



**PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 116/2010, PROTOCOLO Nº201005/15909**

O Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, no uso de suas atribuições e analisando o conteúdo no procedimento licitatório epigrafado, resolve HOMOLOGAR a decisão constante da Ata de julgamento em que os Pregoeiros e equipe de apoio, nomeados pelo Decreto nº 16.756 de 22 de março de 2.010, julgou vencedora a Empresa:

Fornecedor: 4051-7 **CEFEQ FERRAMENTAS LTDA** CNPJ: 01.569.858/0001-45  
 Telefone: (41) 3306-0600 Status: Habilitado

Lote 001	Descrição	UN	QTD	Valor Unit	Valor Total
00130724	Alcova de pração com as seguintes	UN	1,00	21,40	21,40
00230723	Alcova modelo universal com as	UN	2,00	14,50	29,00
00316748	Anelão 18 dentes	UN	9,00	9,90	89,10
00230722	Área de sorte com as seguintes	UN	4,00	9,50	38,00
02320847	Jogo de acetatos de análise com as	UN	1,00	373,00	373,00
02320844	Linha de pedreiro	UN	20,00	3,00	60,00
02430731	Martelo quadrado com as seguintes	UN	8,00	26,90	215,20
02631498	Medidor laser com as seguintes	UN	1,00	80,50	80,50
04130874	Pisarote com as seguintes	UN	12,00	24,70	296,40
0421880	Preu para canhão de mão	UN	10,00	23,00	230,00
04734204	Sarrete 14"	UN	1,00	20,00	20,00
02320849	Tesoura para pade	UN	5,00	18,00	90,00
02320841	Troca longa	UN	10,00	19,00	190,00

**VALOR TOTAL DA EMPRESA: R\$ 2.154,80**

Fornecedor: 331-0 **CLEONICE CONTIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO** CNPJ: 04.911.354/0001-49  
 Telefone: (42) 3273 3282 Status: Habilitado

Lote 001	Descrição	UN	QTD	Valor Unit	Valor Total
00821573	Cavadeira reta	UN	5,00	10,40	52,00
01030845	Conde com as seguintes especificações	UN	1,00	290,00	290,00
01230833	Enxada 1,1/2 lâmina com as seguintes	UN	25,00	19,20	480,00
01430834	Enxada 1,1/2 lâmina	UN	25,00	10,70	267,50
01623340	Medidor largo 3 lâminas, com cabo	UN	5,00	18,50	92,50
01712585	Enxada tipo catão com as seguintes	UN	4,00	13,70	54,80
01821572	Fedão	UN	5,00	9,95	49,75
01918718	Fedão	UN	3,00	12,50	37,50
02130888	Ferrado com as seguintes especificações	UN	12,00	43,20	518,40
02624203	Lamina de sorte	UN	3,00	31,00	93,00
02630728	Martelo de unha com as seguintes	UN	8,00	10,75	86,00
02734201	Pé ajustadinho	UN	12,00	16,80	201,60
02820881	Pé cortadeira com as seguintes	UN	20,00	18,25	365,00
0401081	Pé cortadeira	UN	24,00	18,50	444,00
04320726	Pulverizador costal com as seguintes	UN	1,00	92,00	92,00
0441100	Regador	UN	17,00	10,40	176,80
04818722	Tesoura para grama	UN	11,00	11,70	128,70
04920724	Tesoura para grama com as seguintes	UN	1,00	11,71	11,71
05232340	Vassoura para jardim com as seguintes	UN	42,00	11,32	475,44

**VALOR TOTAL DA EMPRESA: R\$ 3.905,00**

Fornecedor: 3879-1 **JEAN HAZER** CNPJ: 10.424.033/0001-41  
 Telefone: (42) 3272-3001 Status: Habilitado

Lote 001	Descrição	UN	QTD	Valor Unit	Valor Total
00430725	Anelão com as seguintes especificações	UN	1,00	6,38	6,38
00630884	Baldé metálico com as seguintes	UN	12,00	7,87	94,44
00924198	Colher para Pedreiro.	UN	12,00	6,11	73,32
02730870	Lamina de sorte com as seguintes	UN	89,00	2,07	184,23
02930885	Martelo com as seguintes	UN	9,00	24,08	216,72
03230729	Martelo cilíndrico com as seguintes	UN	12,00	23,88	286,56
03320730	Martelo cilíndrico com as seguintes	UN	12,00	11,30	135,60
03320730	Martelo cilíndrico com as seguintes	UN	8,00	14,73	117,84
03824200	Pé ajustadinho com as seguintes	UN	2,00	17,90	35,80
04624205	Sarrete 14"	UN	1,00	7,50	7,50
0512833	Torçaca armador 12"	UN	10,00	14,29	142,90

**VALOR TOTAL DA EMPRESA: R\$ 975,97**

Fornecedor: 3741-9 **HAQFORT MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA** CNPJ: 09.834.173/0001-38  
 Telefone: (42) 3273-2833 Status: Habilitado

Lote 001	Descrição	UN	QTD	Valor Unit	Valor Total
00734022	Cavadeira Arredada.	UN	16,00	33,20	531,20
01130889	Comentio para molinete com as	UN	4,00	38,00	152,00
01230889	Comentio para molinete com as	UN	5,00	38,00	190,00
01630883	Enxada com as seguintes	UN	14,00	15,20	212,80
02018717	Fedão modelo Parand direito	UN	9,00	13,00	117,00
02231293	Furadão com as seguintes	UN	1,00	510,00	510,00
02430887	Lamina (navalha) para cortar vergalhão	UN	8,00	103,00	824,00
02830888	Lamina (navalha) para cortar vergalhão	UN	8,00	219,00	1.752,00
0403882	Sedão tipo sorção	UN	5,00	9,80	49,00

**VALOR TOTAL DA EMPRESA: R\$ 3.795,00**  
**VALOR TOTAL: R\$ 10.842,77**

E adjudicar os serviços à empresa acima, por apresentar a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Telêmaco Borba, 08 de julho de 2.010.

**EROS DANILO ARAUJO**  
 Prefeito

**PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE N.º 041/2010, PROTOCOLO Nº201005/16554**

O Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, no uso de suas atribuições e analisando o conteúdo no procedimento licitatório epigrafado, resolve HOMOLOGAR a decisão constante da Ata de julgamento em que a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 2261 de 22 de março de 2.010, julgou vencedora a Empresa:

Fornecedor: 6754-7 **SANDRA MARTINS MRP FULL PROFESSIONAL SERVICE- ME** CNPJ: 09.484.179/0001-02  
 Telefone: 41-4113 0838 Status: Habilitado

Lote 001	Descrição	UN	QTD	Valor Unit	Valor Total
00132385	Assessoria técnica com serviço de	ME	12,00	5.200,00	62.400,00

**VALOR TOTAL: R\$ 62.400,00**

E adjudicar os serviços à empresa acima, por apresentar a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Telêmaco Borba, 08 de junho de 2.010.

**EROS DA NILO ARAÚJO**  
 Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 106/2010, PROTOCOLO Nº201004/15852**

O Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, no uso de suas atribuições e analisando o conteúdo no procedimento licitatório epigrafado, resolve HOMOLOGAR a decisão constante da Ata de julgamento em que os Pregoeiros e equipe de apoio, nomeados pelo Decreto nº 16.756 de 22 de março de 2.010, julgou vencedora a Empresa:

Fornecedor: 2341-8 **COMERCIAL BORA & FILHO LTDA** CNPJ: 04.094.110/0001-10  
 Telefone: 41 32723180 Status: Habilitado

Lote 001	Descrição	UN	QTD	Valor Unit	Valor Total
00132303	Acúcar refinado	UN	8.000,00	7,46	44.760,00
01232309	Leite em pó integral instantâneo	UN	18.000,00	3,84	69.120,00

**VALOR TOTAL DA EMPRESA: R\$ 102.350,00**

Fornecedor: 5890-1 **NELTON ALIMENTOS LTDA-ME** CNPJ: 72.272.149/0001-30  
 Telefone: 44-3281022 Status: Habilitado

Lote 001	Descrição	UN	QTD	Valor Unit	Valor Total
00732081	Biscoito waffer com as seguintes	UN	18.000,00	0,70	12.600,00
00832082	Biscoito waffer com as seguintes	UN	18.000,00	0,70	12.600,00
00932083	Biscoito waffer com as seguintes	UN	18.000,00	0,70	12.600,00
01032084	Biscoito waffer com as seguintes	UN	18.000,00	0,70	12.600,00

**VALOR TOTAL DA EMPRESA: R\$ 42.000,00**

Fornecedor: 3302-3 **SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA** CNPJ: 81.284.111/0001-07  
 Telefone: 42 3228329 Status: Habilitado

Lote 001	Descrição	UN	QTD	Valor Unit	Valor Total
00332182	Biscoito doce tipo tortinha com as	UN	1.857,00	2,87	4.400,89
00332183	Biscoito doce tipo tortinha com as	UN	1.857,00	2,87	4.400,89
00432184	Biscoito doce tipo tortinha com as	UN	1.858,00	2,87	4.448,26
00524842	Biscoito pão de mel	UN	100,00	4,91	492,00
00624983	Biscoito saquêdo com as seguintes	PKT	3.000,00	1,34	4.020,00
01228472	Mistura para bolo saquêdo chocolate	UN	100,00	8,58	858,00

**VALOR TOTAL DA EMPRESA: R\$ 18.810,00**  
**VALOR TOTAL: R\$ 162.875,00**

E adjudicar os serviços à empresa acima, por apresentar a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Telêmaco Borba, 09 de julho de 2.010.

**EROS DANILO ARAUJO**  
 Prefeito

**PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE N.º 040/2010, PROTOCOLO Nº201005/15910**

O Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, no uso de suas atribuições e analisando o conteúdo no procedimento licitatório epigrafado, resolve HOMOLOGAR a decisão constante da Ata de julgamento em que a Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria nº 2261 de 22 de março de 2.010, julgou vencedora a Empresa:

Fornecedor: 3895-8 **MULTICE COMERCIO DE PECAS PARA REFRIGERACAO LTDA** CNPJ: 09.813.141/0001-08  
 Telefone: Status: Habilitado

Lote 001	Descrição	UN	QTD	Valor Unit	Valor Total
00131585	Contratação de empresa especializada	GLB	1,00	5.240,00	5.240,00

**VALOR TOTAL: R\$ 5.240,00**

E adjudicar os serviços à empresa acima, por apresentar a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Telêmaco Borba, 08 de julho de 2.010.

**EROS DA NILO ARAÚJO**  
 Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 108/2010, PROTOCOLO Nº15913**

O Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, no uso de suas atribuições e analisando o conteúdo no procedimento licitatório epigrafado, resolve HOMOLOGAR a decisão constante da Ata de julgamento em que os Pregoeiros e equipe de apoio, nomeados pelo Decreto nº 16.756 de 22 de março de 2.010, julgou vencedora a Empresa:

Fornecedor: 2174-1 **CALUX & ABRAHAO LTDA** CNPJ: 03.578.434/0001-61  
 Telefone: (16) 3021-7579 Status: Habilitado

Lote 001	Descrição	UN	QTD	Valor Unit	Valor Total
00131101	Adesivo de contato com as seguintes	UN	180,00	19,77	2.965,50
Lote 002					
00131099	Espuma com as seguintes especificações	UN	180,00	13,00	1.950,00
Lote 003					
00131098	Papelão com as seguintes especificações	UN	180,00	1,50	225,00

**VALOR TOTAL: R\$ 5.140,50**

E adjudicar os serviços à empresa acima, por apresentar a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Telêmaco Borba, 08 de julho de 2.010.

**EROS DA NILO ARAUJO**  
 Prefeito

**Boletim Oficial Município de Telêmaco Borba-PR.**

Órgão Oficial do Município Editado e Impresso pela Seção de Comunicação

Praça Dr. Horácio Klabin 37 - CEP - 84.261-170 - Fone: (42) 3271-1091/3271-1167 - Fax: (42) 3273-1067

- GABINETE DO PREFEITO - PRAÇA DR. HORÁCIO KLABIN 37 - FONE: (42) 3271-1003
- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM - PRAÇA DR. HORÁCIO KLABIN 37 - FONE: (42) 3271-1062
- SECRETARIA GERAL DE GABINETE - PRAÇA DR. HORÁCIO KLABIN 37 - FONE: (42) 3271-1003
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - PRAÇA DR. HORÁCIO KLABIN 37 - FONE: (42) 3271-1065
- SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E INDÚSTRIA CONVENCIONAL - R. PRUDENTE DE MORAES, 109 - FONE: (42) 3904-1648/1704
- SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SAMUEL KLABIN, 725 - FONE: (42) 3904-1560
- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - RUA GOV. BENTO MUINHOZ DA ROCHA NETO, 116 - FONE: (42) 3904-1590
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - AV. CHANCELER HORÁCIO LAFFER, 1200 - FONE: (42) 3904-1522
- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - PRAÇA DR. HORÁCIO KLABIN 37 - FONE: (42) 3271-1066
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA E RECREAÇÃO - AV. CHANCELER HORÁCIO LAFFER 1200 - FONE: (42) 3904-1577
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - RUA AFONSO PENA, 300 - FONE: (42) 3273-7450

**PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 109/2010, PROTOCOLO N.º 15918**

O Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, no uso de suas atribuições e analisando o contido no procedimento licitatório epigrafado, resolve HOMOLOGAR a decisão constante da Ata de julgamento em que os Pregoeiros e equipe de apoio, nomeados pelo Decreto nº 16.756 de 22 de março de 2010, julgou vencedora a

Empresa:

Formecedor: 3625-1	EDITORA FTD S/A	Status:	Habilitado
CNPJ: 61.186.490/0009-04	Telefone: (41) 3206-8400		
Lot 005			
001 29694	Livro: Título: Um jeito bom de brincar	UN	86,00
			15,75
			1.354,50
<b>VALOR TOTAL DA EMPRESA: R\$ 1.354,50</b>			
Formecedor: 3673-1	JEAN MAZER	Status:	Habilitado
CNPJ: 10.424.013/0001-41	Telefone: (42) 3272-3001		
Lot 001			
001 29690	Livro: Literatura infantil: Título: Gost	UN	86,00
			25,69
			2.209,34
Lot 002			
001 29691	Livro: Título: Ou isto ou aquilo. Autora	UN	86,00
			24,84
			2.136,24
Lot 003			
001 29692	Livro: Título: Medos, medinhos, medo	UN	86,00
			18,63
			1.602,18
Lot 004			
001 29693	Livro: Título: Varal de poesia.	UN	86,00
			14,78
			1.271,08
Lot 006			
001 29696	Livro: Título: Contos de Andersen	UN	86,00
			99,75
			8.578,50
Lot 007			
001 29697	Livro: Título: Quadrinhas brasileiras.	UN	86,00
			20,24
			1.740,64
Lot 008			
001 30366	Livro: Título: Música. Autora: Coelho	UN	86,00
			32,00
			2.752,00
Lot 009			
001 30367	Livro: Título: Uma idéia toda azul.	UN	86,00
			16,20
			1.393,20
<b>VALOR TOTAL DA EMPRESA: R\$ 21.683,18</b>			
<b>V A L O R T O T A L : R\$ 23.037,68</b>			

E adjudicar os serviços à empresa acima, por apresentar a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Telêmaco Borba, 09 de julho de 2.010.

**EROS DANILO ARAUJO**  
Prefeito

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE:**

Órgão: Secretaria Municipal de Ação Social  
 Nome do Gestor: Rita Mara de Paula Araújo  
 Endereço: Avenida Samuel Klabin, nº 725 – Centro  
 Horário de Funcionamento: das 08h00min às 11h30min – das 13h00min às 17h30min  
 Fone: (42) 3904-1560 Fax: (42) 3904-1560 E-mail: acaosocial@telmacoborba.pr.gov.br

**2. PROGRAMAS E ENTIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL QUE EXECUTAM AS POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE:**

**2.1. Casas Lares e Abrigos Transitórios:**  
 O Município de Telêmaco Borba conta com quatro Entidades de cunho governamental, Casa Lar Vida Nova (casa Lar I), Casa Lar Novo Amanhã (Casa Lar II), Abrigo Transitório Feminino e Abrigo Transitório Masculino, as quais apresentam em sua essência de trabalho o acolhimento institucional de crianças e adolescentes desassistidos e/ou expostos a situações adversas de risco pessoal, domiciliar e emocional, entre outras situações que caracterizam violação de direitos, encaminhados sob Medida de Proteção pela Vara da Infância e Juventude, Ministério Público ou Conselho Tutelar. As Entidades têm por finalidade ofertar às crianças e aos adolescentes um atendimento adequado e personalizado, oportunizando integração social e promovendo um ambiente o mais próximo possível de um contexto familiar, como também, propiciar orientação, apoio e acompanhamento temporário tanto às crianças e aos adolescentes, quanto as suas respectivas famílias, cumprindo as determinações do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Ressaltamos que tanto Casas Lares quanto Abrigos Transitórios possuem registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em se tratando da Equipe Técnica, as Entidades Municipais acima citadas dispõem de duas psicólogas e uma assistente social.

Com relação ao atendimento psicológico voltado às crianças e aos adolescentes, atualmente este está sendo realizado semanalmente nas dependências da Secretaria Municipal de Ação Social, através de atendimentos individuais e grupais. Quanto ao atendimento psicológico oferecido às famílias das crianças e adolescentes, o mesmo também é realizado semanalmente nas dependências da Secretaria Municipal de Ação Social, mas somente através de atendimentos individuais.

No que se refere ao acompanhamento social, além do atendimento individual, encaminhamentos direcionados a rede de atendimento, arquivo de cada criança e adolescente e demais atuações inerentes a estes, também é realizado acompanhamento das famílias, através de visitas domiciliares, orientações, encaminhamentos, entre outros.

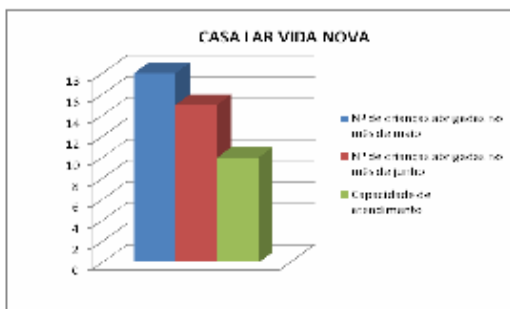
As crianças e adolescentes também são acompanhados pela Nutricionista da Secretaria Municipal de Ação Social, que duas vezes ao mês se dirige às Entidades para avaliação do perfil nutricional e também para supervisão do pré-preparo e preparo dos alimentos com o objetivo de garantir a segurança alimentar das refeições oferecidas.

Público Alvo das Casas Lares: as Casas Lares atendem crianças na faixa etária de 0 (zero) a 11 (onze) anos, 11 (onze) meses e 30 (trinta) dias.

Público Alvo dos Abrigos Transitórios: os Abrigos Transitórios atendem adolescentes de 12 (doze) anos a 17 (dezesete) anos, durante o prazo máximo de 11 (onze) meses e 30 (trinta) dias.

**CASA LAR VIDA NOVA**

MÊS	CAPACIDADE	DEMANDA ATENDIDA
MAIO 2010	10 crianças	18 crianças
JUNHO 2010	10 crianças	15 crianças

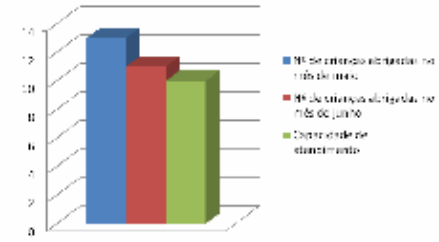


Obs: O número de abrigados refere-se ao último dia de cada mês.

**CASA LAR NOVO AMANHÃ**

MÊS	CAPACIDADE	DEMANDA ATENDIDA
MAIO 2010	10 crianças	13 crianças
JUNHO 2010	10 crianças	11 crianças

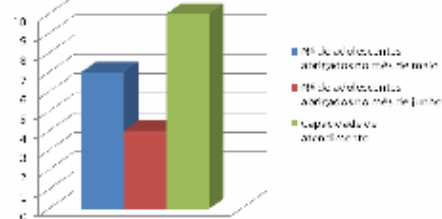
**CASA LAR NOVO AMANHÃ**



Obs: O número de abrigados refere-se ao último dia de cada mês.

MÊS	CAPACIDADE	DEMANDA ATENDIDA
MAIO 2010	10 adolescentes	07 adolescentes
JUNHO 2010	10 adolescentes	04 adolescentes

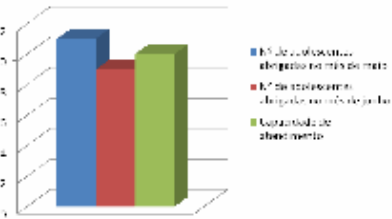
**ARRIGO TRANSITÓRIO MASCULINO**



Obs: O número de abrigados refere-se ao último dia de cada mês.

MÊS	CAPACIDADE	DEMANDA ATENDIDA
MAIO 2010	10 adolescentes	11 adolescentes
JUNHO 2010	10 adolescentes	09 adolescentes

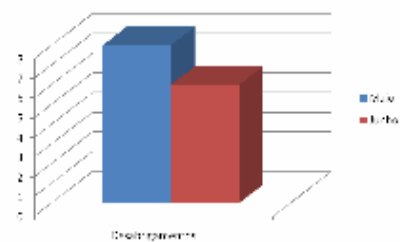
**ARRIGO TRANSITÓRIO FEMININO**



Obs: O número de abrigados refere-se ao último dia de cada mês.

MÊS	CAPACIDADE	DEMANDA ATENDIDA
MAIO 2010	06 desabrigamentos	08 desabrigamentos
JUNHO 2010	06 desabrigamentos	08 desabrigamentos

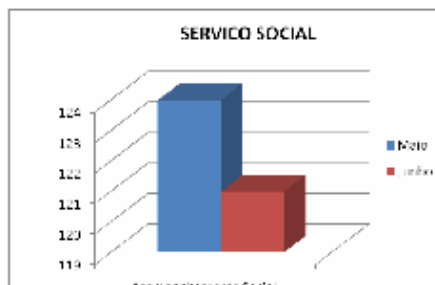
**CASAS LARES E ABRIGOS TRANSITÓRIOS**



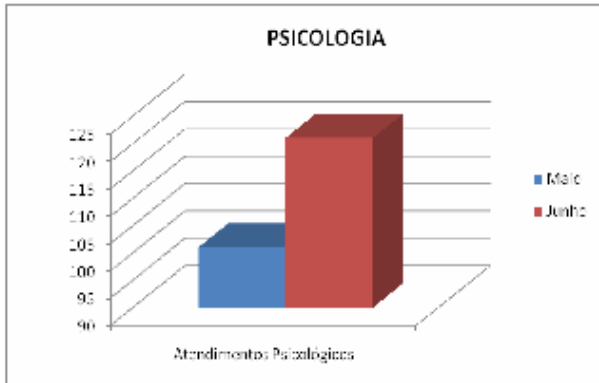
No que se refere aos atendimentos psicológicos, acompanhamentos sociais e nutricionais, demonstramos em tabelas e gráficos a seguir:

**SERVIÇO SOCIAL**

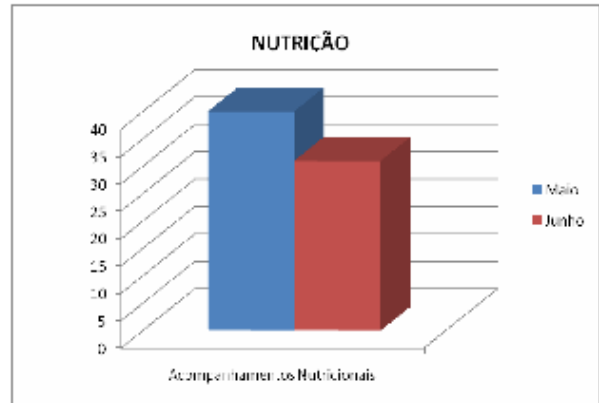
MÊS	Nº DE ACOMPANHAMENTOS
MAIO 2010	124 com perfil ameu m:
	727 acompanhamentos sociais – famílias
	797 acompanhamentos sociais – crianças e adolescentes
JUNHO 2010	121 com perfil ameu m:
	727 acompanhamentos sociais – famílias
	794 acompanhamentos sociais – crianças e adolescentes



PSICOLOGIA	
MÊS	Nº DE ATENDIMENTOS
MAIO 2010	101 atendimentos ? 71 atendimentos – crianças e adolescentes ? 24 atendimentos – famílias
JUNHO 2010	121 atendimentos ? 72 atendimentos – crianças e adolescentes ? 49 atendimentos – famílias



NUTRIÇÃO	
MÊS	Nº DE ACOMPANHAMENTOS
MAIO 2010	40 acompanhamentos
JUNHO 2010	31 acompanhamentos



2.2. Programa Liberdade Cidadã:  
É um Programa Socioeducativo em meio aberto, através do qual são executadas as Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida - LA. Os adolescentes em conflito com a Lei começam a ser atendidos pelo Programa a partir do encaminhamento da Vara da Infância e Juventude.

Atualmente a Equipe Técnica do Programa dispõe de uma profissional da área de Psicologia e de uma profissional da área de Serviço Social.

Em relação à execução das Medidas de PSC, são desenvolvidas atividades voltadas à inclusão do adolescente na prestação de trabalho / atividade em Entidades de cunho governamental e Organizações Não-Governamental. Quanto às Medidas de LA, o trabalho é desenvolvido a partir do acompanhamento da Equipe Técnica aos adolescentes, no que se refere à conduta e comportamento.

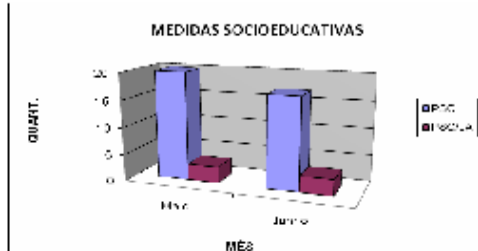
Tanto na PSC quanto na LA, os adolescentes recebem atendimento psicológico semanal e acompanhamento social por meio de visitas domiciliares, orientações, encaminhamentos, entre outras intervenções. Também são realizadas atividades de acompanhamento aos adolescentes em relação à inserção ao ensino formal, primando pela escolarização e pelas atividades socioeducativas em geral.

A Equipe do Programa utiliza uma metodologia de trabalho em rede e parcerias, visando atender às várias necessidades dos adolescentes e respectivas famílias, ou seja, até mesmo aquelas que não podem ser sanadas dentro do espaço institucional.

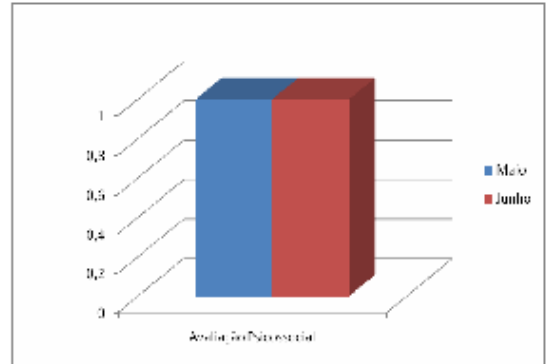
Os profissionais envolvidos também desenvolvem um trabalho com as famílias dos adolescentes através de grupos de reflexão, dinâmicas de grupos e vivências, orientações individuais e grupais com objetivo de trabalhar os vínculos afetivos com o foco na administração de conflitos familiares.

Público Alvo: São adolescentes em conflito com Lei, encaminhados pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de Telêmaco Borba, para o cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida.

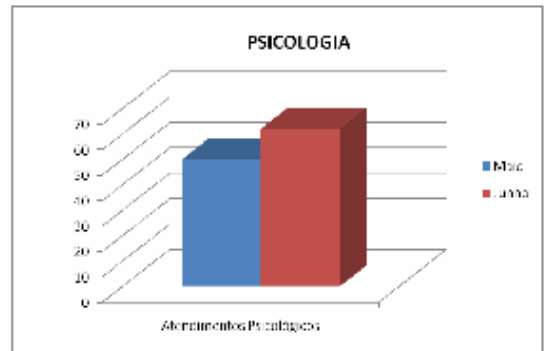
PSC E LA	
MÊS	DEMANDA ATENDIDA
MAIO 2010	23 adolescentes ? 20 adolescentes em PSC ? 03 em PSC e LA
JUNHO 2010	20 adolescentes ? 17 adolescentes em PSC ? 03 em PSC e LA



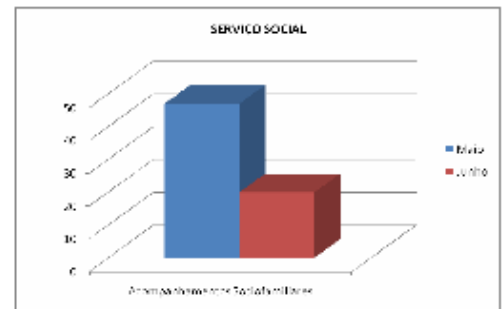
AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL	
MÊS	Nº DE AVALIAÇÕES
MAIO 2010	01 avaliação
JUNHO 2010	01 avaliação



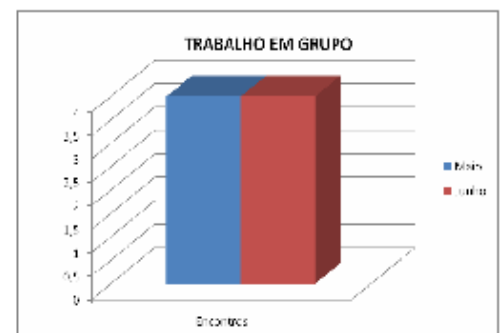
PSICOLOGIA	
MÊS	Nº DE ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS
MAIO 2010	50 atendimentos ? 47 atendimentos com adolescentes ? 03 atendimentos com famílias
JUNHO 2010	62 atendimentos ? 59 atendimentos com adolescentes ? 03 atendimentos com famílias



SERVIÇO SOCIAL	
MÊS	Nº DE ACOMPANHAMENTOS SOCIOFAMILIARES
MAIO 2010	47 acompanhamentos
JUNHO 2010	20 acompanhamentos



TRABALHO EM GRUPO - FAMÍLIAS ENCONTROS	
MÊS	ENCONTROS
MAIO 2010	04 encontros ? 16 famílias inseridas ? 12 famílias participaram
JUNHO 2010	04 encontros ? 16 famílias inseridas ? 12 famílias participaram



2.3. Programa Adolescente Cidadã:

O referido Programa tem por objetivo atender adolescentes do sexo feminino que tiveram seus direitos violados, encaminhadas pela Vara da Infância e Juventude, pelo Ministério Público e Conselho Tutelar. Caracteriza-se e/ou desenvolve-se nos moldes de um contrato, ou seja, as adolescentes encaminhadas permanecem meio período na escola e meio período no Programa.

Para responder à finalidade e garantir as alternativas de inclusão, o Programa disponibiliza uma estrutura física adequada e oferece acompanhamento social e atendimento psicológico às adolescentes.

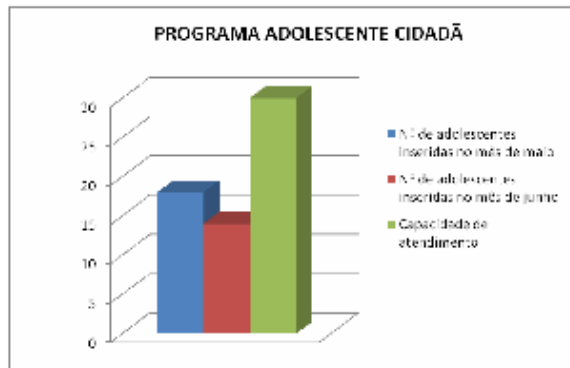
No que se refere às atividades desenvolvidas, informamos que no período em as adolescentes se encontram no Programa, as mesmas realizam seus deveres escolares e estudam para provas e participam de oficinas de culinária alternativa, desenvolvem atividades relacionadas a trabalhos manuais, tais como, pintura em tecido, bordado, crochê, tricô, biscuit, entre outros.

No período em que estão na Entidade às adolescentes recebem duas refeições diárias, ou seja, café da manhã e almoço, considerando o período matutino e, em se tratando do período vespertino, recebem almoço e lanche da tarde.

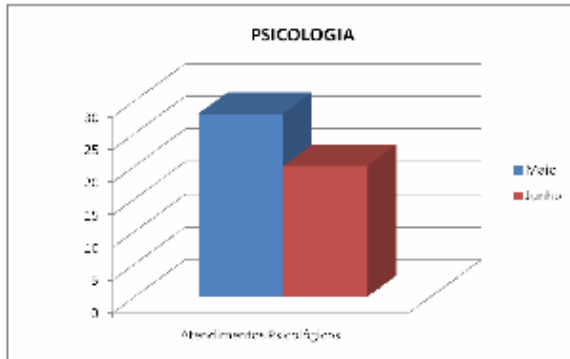
As adolescentes também são acompanhadas pela Nutricionista da Secretaria Municipal de Ação Social, que uma vez ao mês se dirige ao Programa para avaliação do perfil nutricional e também supervisão do pré-preparo e preparo dos alimentos para garantir a segurança alimentar das refeições oferecidas.

Público Alvo: a execução do Programa Adolescente Cidadã tem como destinatários adolescentes do sexo feminino, segmento de 13 a 17 anos.

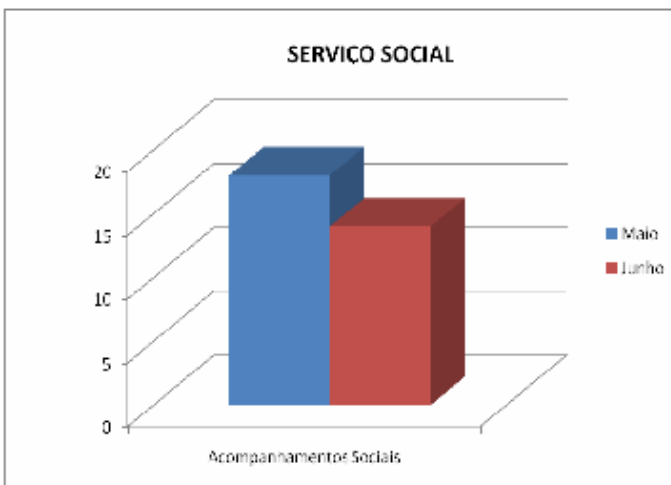
PROGRAMA ADOLESCENTE CIDADÃ		
MES	CAPACIDADE	DEMANDA AT.
MAIO 2010	30 adolescentes	18 adolesc
JUNHO 2010	30 adolescentes	14 adolesc



PSICOLOGIA	
MES	N° DE ATENDIMENTOS
MAIO 2010	28 atendimentos
JUNHO 2010	20 atendimentos



SERVIÇO SOCIAL	
MES	N° DE ACOMPANHAMENTOS
MAIO 2010	18 acompanhamentos
JUNHO 2010	14 acompanhamentos



2.4. Programa de Promoção e Apoio à Família:

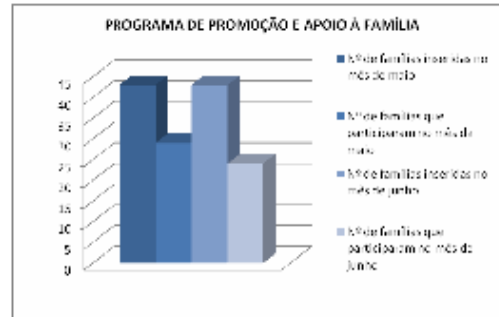
O Programa de Promoção e Apoio à Família segue a linha de proteção à infância e adolescência prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, atendendo as seguintes famílias:

- famílias de crianças e adolescentes abrigados em Entidades Municipais;
- famílias de crianças e adolescentes já desabrigados das Entidades Municipais;
- famílias encaminhadas pelo Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.

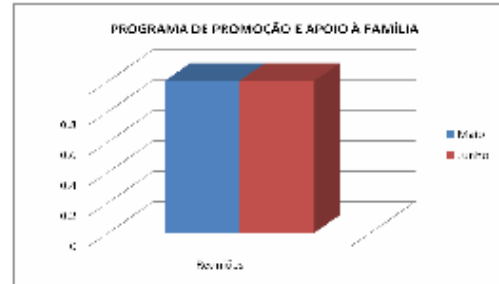
Encontra-se sob a coordenação da Equipe Técnica das Casas Lares e Abrigos Transitórios do Município e tem por objetivo orientar, estimular e apoiar a família, conforme suas particularidades, visando à reestruturação dos vínculos familiares.

Através do Programa as famílias participam de reuniões mensais, nas quais são promovidas ações socioeducativas relacionadas a temáticas importantes ao cotidiano e de intensificação de conhecimento a partir da troca de vivências e experiências entre os participantes.

PROGRAMA DE PROMOÇÃO E APOIO À FAMÍLIA		
MES	CAPACIDADE	N° DE FAMÍLIAS INSERIDAS
MAIO 2010	40 famílias	43 famílias
JUNHO 2010	40 famílias	43 famílias



PROGRAMA DE PROMOÇÃO E APOIO À FAMÍLIA	
MES	N° DE REUNIÕES
MAIO 2010	01 reunião
JUNHO 2010	01 reunião



2.5. Contratumo Socioeducativo para Adolescente:

O Contratumo Socioeducativo para adolescentes tem por objetivos: reduzir a exposição dos adolescentes em situação de risco, desigualdade, discriminação social; desenvolver ações socioeducativas e culturais nas áreas de saúde, esporte e lazer, cultura, informática e de reforço escolar; propiciar através do ingresso no Contratumo Socioeducativo a permanência com sucesso na Escola.

Para o ingresso no Programa são observados os seguintes critérios: renda familiar, dificuldade de aprendizagem, baixa frequência no Ensino Regular, situação de vulnerabilidade socioeconômica, cultural e trabalho infantil.

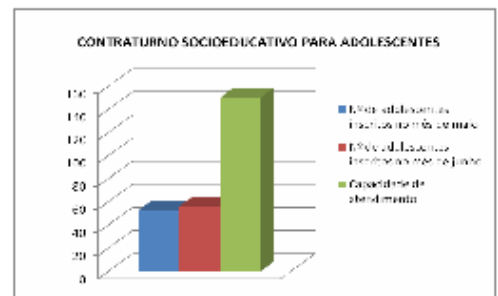
A proposta do Contratumo está relacionada à prática de ações sistemáticas e planejadas de caráter social e educativo, com o intuito de que o adolescente possa enriquecer e complementar as atividades que realiza na escola e ter assegurado seu desenvolvimento integral.

A organização do Programa visa propiciar aos adolescentes a integração das áreas do conhecimento através das seguintes disciplinas: Oficinas de Informática; Motivação Ocupacional; Estudos Complementares; Motivação Ocupacional; Artes Plásticas e Cênicas; Linguagem Corporal; Atividades da Vida Diária.

Os adolescentes e suas respectivas famílias também recebem atendimento e são assistidos por profissional de Serviço Social disponibilizada pela Secretaria Municipal de Ação Social, quando apresentam quadro que necessite intervenção do referido profissional. Dentre as competências do Serviço Social encontram-se as atividades de acompanhamento sociofamiliar, orientações individuais e mediação com as Instituições de Ensino em que os adolescentes encontram-se matriculados.

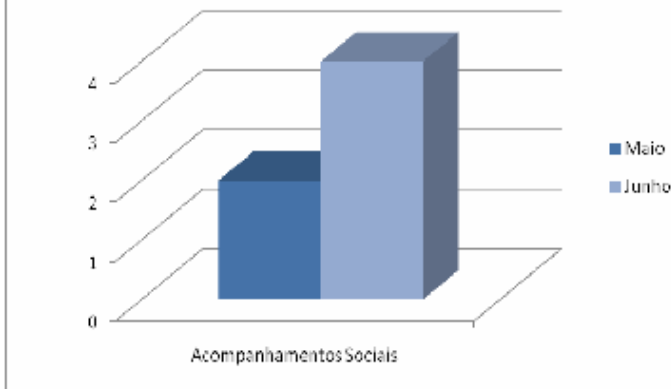
Público Alvo: Adolescentes na faixa etária de 11 anos a completar 12 anos até 31 de julho a 13 anos, 11 meses e 30 dias.

CONTRATUMO SOCIOEDUCATIVO PARA ADOLESCENTES		
MES	CAPACIDADE	DEMANDA ATENDIDA
MAIO 2010	150 adolescentes	53 adolescentes 12 adolescentes no período da manhã 41 adolescentes no período da tarde
JUNHO 2010	150 adolescentes	56 adolescentes 14 adolescentes no período da manhã 42 adolescentes no período da tarde



SERVIÇO SOCIAL	
MES	N° DE ACOMPANHAMENTOS
MAIO 2010	02 acompanhamentos
JUNHO 2010	04 acompanhamentos

## SERVIÇO SOCIAL



Elaborado por:

- Equipe Técnica das Casas Lares e Abrigos Transitórios;

- Equipe Técnica do Programa Liberdade Cidadã.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FUNTE	CODIGO	NATUREZA	TOTAL	VALOR	SALDO
RECURSO			AUTORI-	EMPE-	DOTAÇÃO
			ZADO	NHADO	
<b>13 SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL</b>					
<b>13.001 Gabinete da Secretaria Mun de Ação Social</b>					
<b>08.243.08036-115 Manutenção do Conselho Tutelar</b>					
100000000	319011000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000,00	3.857,22	31.442,78
100000000	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00	4.872,53	10.127,47
100000000	339039000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	30.000,00	19.675,30	10.324,70
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>115.000,00</b>	<b>63.105,05</b>	<b>51.894,95</b>
<b>13.002 Divisão de Promoção Humana</b>					
<b>08.243.08026-118 Manutenção do Desp Pessoal Funcionamento CCJ</b>					
100000000	319011000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00	0,00	30.000,00
100000000	319113000	OBRIGACOES PATRONAIS	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>40.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.000,00</b>
<b>13.003 Divisão de Atendimento ao Menor</b>					
<b>08.243.08036-121 Manutenção da Divisão de Atendimento ao Menor</b>					
100000000	319011000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	300.000,00	63.409,79	236.590,21
300000000	319011000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00	139.600,84	10.399,16
100000000	319013000	OBRIGACOES PATRONAIS	28.000,00	8.374,33	19.625,67
100000000	319016000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	22.000,00	9.620,42	12.379,58
100000000	319094000	RESTITUICOES TRÁBALHISTAS	4.000,00	0,00	4.000,00
100000000	319113000	OBRIGACOES PATRONAIS	59.500,00	9.525,84	49.974,16
100000000	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00	24.369,01	55.630,99
330000715	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	7.947,55	0,00	7.947,55
100000000	339036000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00	0,00	30.000,00
100000000	339039000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00	9.325,72	30.674,28
100000000	449052000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	0,00	10.000,00
330000729	449052000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.613,00	2.613,00	0,00
100000000	319192000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.500,00	3.235,45	3.264,55
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>740.560,55</b>	<b>270.074,40</b>	<b>470.486,15</b>
<b>08.243.08026-125 Manutenção do Contratumo Social</b>					
100000000	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00	49.034,53	965,47
100000000	339036000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	1.000,00
100000000	339039000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1,000,00	0,00	1,000,00
100000000	449052000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.000,00	1.499,00	16.501,00
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>70.000,00</b>	<b>50.533,53</b>	<b>19.466,47</b>
<b>13.005 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>					
<b>08.243.08026-143 Repasses Doações IR ao FMDCA</b>					
510000880	335041000	CONTRIBUIÇÕES	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>
<b>08.243.08026-144 Contratumo Social - CV Guarda Mirim</b>					
100000000	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00	10.677,49	39.322,51
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>50.000,00</b>	<b>10.677,49</b>	<b>39.322,51</b>
<b>08.243.08026-145 Manutenção do Centro de Convivência da Juventude</b>					
100000000	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00	0,00	40.000,00
100000000	339039000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>60.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>
<b>08.243.08026-146 Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente</b>					
100000000	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00	0,00	2.000,00
100000000	339033000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.000,00	0,00	1.000,00
100000000	339036000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	1.000,00
100000000	339039000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	0,00	1.000,00
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>

<b>08.243.08036-147 Manutenção das Casas Lares</b>					
100000000	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00	54.526,42	15.473,58
100000000	339036000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	1.000,00
100000000	339039000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00	0,00	3.000,00
100000000	449052000	MATERIAL PERMANENTE	140.000,00	1.400,00	138.600,00
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>214.000,00</b>	<b>55.926,42</b>	<b>158.073,58</b>
<b>08.243.08036-148 Manutenção do Abrigo Transitório</b>					
100000000	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	58.000,00	30.343,19	27.656,81
100000000	339036000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	1.000,00
100000000	339039000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	350,00	650,00
100000000	449052000	MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>70.000,00</b>	<b>30.693,19</b>	<b>39.306,81</b>
<b>08.243.08036-149 Manutenção do Programa Liberdade Cidadã</b>					
100000000	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	0,00	10.000,00
100000000	339036000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00	0,00	2.000,00
100000000	339039000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00	0,00	2.000,00
100000000	449052000	MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	3.129,99	6.870,01
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>24.000,00</b>	<b>3.129,99</b>	<b>20.870,01</b>
<b>08.243.08036-150 Reforma e Conservação de Casas Lares</b>					
100000000	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	0,00	30.000,00
100000000	339039000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	10.000,00	0,00	10.000,00
100000000	449051000	OBRAS E INSTALAÇÕES	60.000,00	0,00	60.000,00
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>08.243.08036-151 Manutenção do Projeto Adolescente Cidadã</b>					
100000000	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	17.000,00	15.981,92	1.018,08
100000000	339036000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	1.000,00
100000000	339039000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	0,00	1.000,00
100000000	449052000	MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>24.000,00</b>	<b>15.981,92</b>	<b>8.018,08</b>
<b>08.243.08036-152 Manutenção do Programa de Promoção e Apoio à Família</b>					
100000000	339030000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00	1.140,60	13.859,40
100000000	339032000	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1,000,00	0,00	1,000,00
100000000	449052000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	3.129,99	1.870,01
<b>TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE</b>			<b>21.000,00</b>	<b>4.270,59</b>	<b>16.729,41</b>
<b>FONTES DE RECURSO</b>					
1000	Recursos Ordinários (Livres)		1.373.000,00	362.178,74	1.010.821,26
3000	Recursos Ordinários (Livres)		150.000,00	139.600,84	10.399,16
33715	Prog Prot Social Especial a Infância COM/ENIO		7.947,55	0,00	7.947,55
33729	SEC./CDECA/066/08/ LIBERDA DE CIDA DÁ Contribuições e Legados de Entidades não		2.613,00	2.613,00	0,00
51880	Govet. ECA/FMDCA		50.000,00	0,00	50.000,00
<b>TOTAL DA \$ FONTES</b>			<b>1.583.560,55</b>	<b>504.392,58</b>	<b>1.079.167,97</b>

**OUVIDORIA  
MUNICIPAL  
INFORMAÇÕES  
RECLAMAÇÕES  
SUGESTÕES**

**0800 42 2030**

**MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BA LANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2010 / BIMESTRE MAIO-JUNHO**

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receita Realizada				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>92.290.000,00</b>	<b>93.090.016,05</b>	<b>14.941.624,76</b>	<b>16,05</b>	<b>41.839.831,56</b>	<b>44,95</b>	<b>51.250.184,49</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>87.290.000,00</b>	<b>87.290.016,05</b>	<b>14.941.624,76</b>	<b>17,12</b>	<b>41.839.831,56</b>	<b>47,93</b>	<b>45.450.184,49</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.675.000,00	15.675.000,00	3.110.854,42	19,85	6.822.418,09	43,52	8.852.581,91
Impostos	13.791.000,00	13.791.000,00	2.520.965,60	18,28	5.759.533,20	41,76	8.031.466,80
Taxas	1.644.000,00	1.644.000,00	492.608,30	29,96	936.584,01	56,97	707.415,99
Contribuições de Melhoria	240.000,00	240.000,00	97.280,52	40,53	126.300,88	52,63	113.699,12
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.081.000,00	4.081.000,00	715.901,51	17,54	2.149.586,83	52,67	1.931.413,37
Contribuições Sociais	2.433.000,00	2.433.000,00	425.986,38	17,51	1.283.806,18	52,77	1.149.193,82
Contribuições Econômicas	1.648.000,00	1.648.000,00	289.915,13	17,59	865.780,45	52,54	782.219,55
RECEITA PATRIMONIAL	2.249.000,00	2.249.016,05	549.380,19	24,43	1.425.533,51	63,38	823.482,54
Receitas Imobiliárias	107.000,00	107.000,00	12.905,80	12,06	31.494,76	29,43	75.505,24
Receitas de Valores Mobiliários	2.142.000,00	2.142.016,05	536.474,39	25,05	1.394.038,75	65,08	747.977,30
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.042.000,00	1.042.000,00	241.117,11	23,14	691.014,64	66,32	350.985,36
Receita de Serviços	1.042.000,00	1.042.000,00	241.117,11	23,14	691.014,64	66,32	350.985,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.923.000,00	60.923.000,00	10.000.819,21	16,42	29.657.883,94	48,68	31.265.116,06
Transferências Intergovernamentais	60.923.000,00	60.923.000,00	9.902.901,21	16,25	29.559.965,94	48,52	31.363.034,06
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	97.918,00	0,00	97.918,00	0,00	-97.918,00
Transferências para Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.320.000,00	3.320.000,00	323.552,32	9,75	1.093.394,75	32,93	2.226.605,25
Multas e Juros de Mora	496.000,00	496.000,00	81.113,45	16,35	242.606,09	48,91	253.393,91
Indenizações e Restituições	474.000,00	474.000,00	64.237,57	13,55	265.668,84	56,05	208.331,16
Receita de Dívida Ativa	2.083.000,00	2.083.000,00	169.854,27	8,15	558.943,11	26,83	1.524.056,89
Receitas Correntes Diversas	267.000,00	267.000,00	8.347,03	3,13	26.176,71	9,80	240.823,29
RECEITA DE CAPITAL	5.000.000,00	5.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.800.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000.000,00	5.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.800.000,00
Operações de Crédito Internas	5.000.000,00	5.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.800.000,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORT DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div Atv Prov da Amortiz de Emp e Financi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)</b>	<b>5.640.000,00</b>	<b>5.640.000,00</b>	<b>938.534,93</b>	<b>16,64</b>	<b>2.067.740,67</b>	<b>36,66</b>	<b>3.572.259,33</b>
RECEITA CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	5.640.000,00	5.640.000,00	938.534,93	16,64	2.067.740,67	36,66	3.572.259,33
RECEITA TRIBUTÁRIA INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	5.640.000,00	5.640.000,00	938.534,93	16,64	2.067.740,67	36,66	3.572.259,33
Contribuições Sociais / Operações Intraorçamentárias	5.640.000,00	5.640.000,00	938.534,93	16,64	2.067.740,67	36,66	3.572.259,33
Contribuições Econômicas / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receita Industriais / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas / Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>97.930.000,00</b>	<b>98.730.016,05</b>	<b>15.880.159,69</b>	<b>16,08</b>	<b>43.907.572,23</b>	<b>44,47</b>	<b>51.250.184,49</b>

OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>97.930.000,00</b>	<b>98.730.016,05</b>	<b>15.880.159,69</b>	<b>16,08</b>	<b>43.907.572,23</b>	<b>51.250.184,49</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>						
<b>TOTAL (VII) = (V+VI)</b>	<b>97.930.000,00</b>	<b>98.730.016,05</b>	<b>15.880.159,69</b>	<b>16,08</b>	<b>43.907.572,23</b>	<b>44,47</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>					<b>10.308.031,84</b>	

**MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2010 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

Continuação (3/3)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "f" e "g" do Inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (a)	Créditos Adicionais (b)	Dotação Atualizada (c) = (a+b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada			Saldo (c-g)
				No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	No Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)	% (g/c)	
<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (VIII)</b>	<b>92.300.000,00</b>	<b>10.913.047,89</b>	<b>103.213.047,89</b>	<b>12.363.487,83</b>	<b>40.401.496,99</b>	<b>12.762.895,02</b>	<b>36.615.784,01</b>	<b>35,48</b>	<b>66.597.263,88</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>67.147.000,00</b>	<b>8.309.283,33</b>	<b>75.456.283,33</b>	<b>10.973.137,90</b>	<b>35.542.437,88</b>	<b>11.316.501,22</b>	<b>32.062.412,33</b>	<b>42,49</b>	<b>43.393.871,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	37.552.000,00	5.427.567,23	42.979.567,23	6.923.540,05	19.824.697,88	7.245.490,33	19.467.477,77	45,29	23.512.089,46
Juros e Encargos da Dívida	246.000,00	50.000,00	296.000,00	82.720,52	253.514,67	82.720,52	253.514,67	85,65	42.485,33
Outras Despesas Correntes	29.349.000,00	2.831.716,10	32.180.716,10	3.966.877,33	15.464.225,33	3.988.290,37	12.341.419,89	38,35	19.839.296,21
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>21.892.000,00</b>	<b>2.603.764,56</b>	<b>24.495.764,56</b>	<b>1.390.349,93</b>	<b>4.859.059,11</b>	<b>1.446.393,80</b>	<b>4.553.371,68</b>	<b>18,59</b>	<b>19.942.392,88</b>
INVESTIMENTOS	18.964.000,00	2.653.764,56	21.637.764,56	862.508,88	3.119.863,37	918.552,55	2.814.175,94	13,01	18.823.588,62
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.908.000,00	-50.000,00	2.858.000,00	527.841,25	1.739.195,74	527.841,25	1.739.195,74	60,85	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	786.000,00	0,00	786.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	2.475.000,00	0,00	2.475.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.475.000,00
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)</b>	<b>5.630.000,00</b>	<b>195.000,00</b>	<b>5.825.000,00</b>	<b>988.284,70</b>	<b>2.491.431,77</b>	<b>988.284,70</b>	<b>2.491.431,77</b>	<b>42,77</b>	<b>3.333.568,23</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.630.000,00</b>	<b>195.000,00</b>	<b>5.825.000,00</b>	<b>988.284,70</b>	<b>2.491.431,77</b>	<b>988.284,70</b>	<b>2.491.431,77</b>	<b>42,77</b>	<b>3.333.568,23</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.630.000,00	195.000,00	5.825.000,00	988.284,70	2.491.431,77	988.284,70	2.491.431,77	42,77	3.333.568,23
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>97.930.000,00</b>	<b>11.108.047,89</b>	<b>109.038.047,89</b>	<b>13.351.772,53</b>	<b>42.892.928,76</b>	<b>13.751.179,72</b>	<b>39.107.215,78</b>	<b>35,87</b>	<b>69.930.832,11</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DIV. /REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>97.930.000,00</b>	<b>11.108.047,89</b>	<b>109.038.047,89</b>	<b>13.351.772,53</b>	<b>42.892.928,76</b>	<b>13.751.179,72</b>	<b>39.107.215,78</b>		<b>69.930.832,11</b>
<b>SUPERAVIT (XIII)</b>							<b>4.800.356,45</b>		
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>97.930.000,00</b>	<b>11.108.047,89</b>	<b>109.038.047,89</b>	<b>13.351.772,53</b>	<b>42.892.928,76</b>	<b>13.751.179,72</b>	<b>43.907.572,23</b>		<b>69.930.832,11</b>

FONTE: SISTEMA CONTÁBIL

EROS DANILO ARAÚJO  
Prefeito MunicipalPAULO KOROVISKI  
CRC PR 17882-OCELSO ELI BURAKOVSKI  
Controlador Interno

**MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2010 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada			Saldo (a-b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/total)		% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>92.300.000,00</b>	<b>103.213.047,89</b>	<b>12.363.487,83</b>	<b>40.401.496,99</b>	<b>12.762.895,02</b>	<b>36.615.784,01</b>	<b>93,63</b>	<b>66.597.263,88</b>	
<b>LEGISLATIVA</b>	<b>5.033.000,00</b>	<b>5.033.000,00</b>	<b>477.463,19</b>	<b>1.340.731,47</b>	<b>463.730,75</b>	<b>1.277.300,94</b>	<b>3,27</b>	<b>3.755.699,06</b>	
Ação Legislativa	5.033.000,00	5.033.000,00	477.463,19	1.340.731,47	463.730,75	1.277.300,94	3,27	3.755.699,06	
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>13.670.000,00</b>	<b>16.137.000,00</b>	<b>1.737.315,39</b>	<b>6.029.739,23</b>	<b>1.714.306,43</b>	<b>5.539.395,12</b>	<b>14,16</b>	<b>10.597.604,88</b>	
Planejamento e Orçamento	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
Adm. Instrução Geral	9.288.000,00	11.705.000,00	1.295.782,03	4.613.051,17	1.246.946,62	4.247.613,64	10,86	36,29	7.457.386,36
Adm. Instrução Financeira	2.151.000,00	2.201.000,00	335.118,47	995.302,85	340.701,00	908.023,27	2,32	41,26	1.292.976,73
Controle Interno	225.000,00	225.000,00	21.689,21	63.195,70	25.428,71	63.165,70	0,16	28,07	161.834,30
Tecnologia da Informação	336.000,00	336.000,00	2.730,00	18.716,04	11.995,22	15.663,54	0,04	4,66	320.336,46
Adm. Instrução de Receitas	414.000,00	414.000,00	57.857,30	172.819,58	57.096,50	162.354,08	0,42	39,22	251.645,92
Comunicação Social	430.000,00	430.000,00	14.279,27	82.612,66	14.279,27	82.533,66	0,21	19,19	347.466,34
Assistência Comunitária	546.000,00	546.000,00	9.859,11	28.041,23	9.859,11	28.041,23	0,07	5,14	517.958,77
Serviços Urbanos	180.000,00	180.000,00	0,00	56.000,00	8.000,00	32.000,00	0,08	17,78	148.000,00
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>311.000,00</b>	<b>381.000,00</b>	<b>17.429,22</b>	<b>50.270,69</b>	<b>17.103,91</b>	<b>41.557,64</b>	<b>0,11</b>	<b>10,91</b>	<b>339.442,36</b>
Adm. Instrução Geral	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Defesa Civil	251.000,00	321.000,00	17.429,22	50.270,69	17.103,91	41.557,64	0,11	12,95	279.442,36
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>4.548.000,00</b>	<b>5.092.796,71</b>	<b>641.537,75</b>	<b>1.967.995,00</b>	<b>555.988,71</b>	<b>1.455.570,36</b>	<b>3,72</b>	<b>28,58</b>	<b>3.637.226,35</b>
Assistência ao Idoso	120.000,00	120.000,00	18.353,42	31.052,96	5.502,40	9.915,66	0,03	8,26	110.084,34
Assistência ao Importador de Deficiência	84.000,00	85.321,65	0,00	5.783,16	0,00	5.783,16	0,01	6,78	79.538,49
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.347.000,00	1.507.560,55	139.140,82	491.631,29	133.974,03	348.354,62	0,89	23,11	1.159.205,93
Assistência Comunitária	2.997.000,00	3.379.914,51	484.043,51	1.439.527,59	416.512,28	1.091.516,92	2,79	32,29	2.288.397,59
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	<b>6.855.000,00</b>	<b>6.855.000,00</b>	<b>991.849,12</b>	<b>2.639.448,63</b>	<b>992.445,12</b>	<b>2.639.220,63</b>	<b>6,75</b>	<b>0,00</b>	<b>4.215.779,37</b>
Adm. Instrução Geral	699.000,00	699.000,00	53.950,69	163.493,47	54.550,69	163.265,47	0,42	1,00	535.734,53
Adm. Instrução Financeira	138.000,00	138.000,00	2.818,01	36.859,49	2.818,01	36.859,49	0,05	2,00	101.140,51
Previdência do Regime Estatutário	6.018.000,00	6.018.000,00	935.080,42	2.439.095,67	935.080,42	2.439.095,67	6,24	0,00	3.578.904,33
<b>SAÚDE</b>	<b>13.344.750,00</b>	<b>13.825.600,49</b>	<b>1.876.417,52</b>	<b>7.619.398,84</b>	<b>2.459.732,93</b>	<b>6.772.463,45</b>	<b>17,32</b>	<b>48,98</b>	<b>7.053.137,04</b>
Atenção Básica	12.692.750,00	13.127.564,70	1.797.221,16	7.377.835,71	2.388.841,95	6.569.815,46	16,80	50,05	6.557.749,24
Vigilância Sanitária	367.000,00	373.035,79	24.122,74	110.139,29	34.405,36	107.464,84	0,27	28,81	265.570,95
Vigilância Epidemiológica	285.000,00	325.000,00	55.073,62	131.423,84	36.485,62	95.183,15	0,24	29,29	229.816,85
<b>TRABALHO</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>55.419,78</b>	<b>100.592,10</b>	<b>38.544,93</b>	<b>80.967,75</b>	<b>0,21</b>	<b>26,99</b>	<b>219.032,25</b>

Proteção e Benefício ao Trabalhador	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Empregabilidade	200.000,00	200.000,00	56.419,78	100.592,10	38.544,93	80.967,75	0,21	40,48	119.032,25
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>18.561.250,00</b>	<b>21.551.994,90</b>	<b>3.088.638,31</b>	<b>9.660.869,21</b>	<b>3.135.190,83</b>	<b>8.725.850,55</b>	<b>22,31</b>	<b>40,49</b>	<b>12.826.144,33</b>
Administração Geral	2.373.000,00	2.554.756,28	528.675,55	1.384.029,33	529.990,78	1.335.492,76	3,41	52,27	1.219.263,50
Ensino Fundamental	10.536.250,00	12.518.555,52	1.800.034,69	5.923.397,60	1.674.938,83	5.253.910,59	13,43	41,97	7.264.644,93
Ensino Profissional	600.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
Ensino Superior	390.000,00	390.000,00	38.489,27	107.708,08	23.124,86	42.930,01	0,11	11,01	347.089,39
Educação Infantil	4.328.000,00	4.554.683,12	671.430,02	2.191.625,44	853.029,60	2.039.407,81	5,21	44,78	2.515.275,31
Educação de Jovens e Adultos	312.000,00	312.000,00	54.108,78	54.108,78	54.108,78	54.108,78	0,14	17,34	257.891,22
Educação Especial	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
<b>CULTURA</b>	<b>933.000,00</b>	<b>933.000,00</b>	<b>50.453,61</b>	<b>422.705,01</b>	<b>60.851,12</b>	<b>399.196,46</b>	<b>1,02</b>	<b>42,79</b>	<b>533.803,54</b>
Difusão Cultural	933.000,00	933.000,00	50.453,61	422.705,01	60.851,12	399.196,46	1,02	42,79	533.803,54
<b>URBANISMO</b>	<b>17.078.000,00</b>	<b>21.037.655,79</b>	<b>2.005.278,22</b>	<b>6.565.671,96</b>	<b>2.076.162,66</b>	<b>6.066.538,01</b>	<b>15,51</b>	<b>28,84</b>	<b>14.971.117,78</b>
Planejamento e Orçamento	66.000,00	66.000,00	4.318,24	22.478,42	4.318,24	22.478,42	0,06	34,06	43.521,58
Administração Geral	565.000,00	1.053.785,15	244.638,14	542.200,41	148.582,05	443.652,66	1,13	42,10	610.132,49
Infra-Estrutura Urbana	12.411.000,00	14.752.870,64	1.241.151,11	4.226.791,88	1.433.409,12	3.983.109,58	10,19	27,00	10.769.761,08
Serviços Urbanos	3.944.000,00	5.073.000,00	515.172,73	1.774.201,27	491.853,25	1.617.297,35	4,14	31,88	3.455.702,65
Transportes Coletivos e Urbanos	92.000,00	92.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.000,00
<b>HABITAÇÃO</b>	<b>76.000,00</b>	<b>76.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>76.000,00</b>
Habitação Urbana	76.000,00	76.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.000,00
<b>GESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.500,00</b>	<b>0,01</b>	<b>0,00</b>	<b>95.500,00</b>
Preservação e Conservação Ambiental	100.000,00	100.000,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00	0,01	0,00	95.500,00
<b>AGRICULTURA</b>	<b>790.000,00</b>	<b>975.000,00</b>	<b>176.092,58</b>	<b>508.130,19</b>	<b>192.869,58</b>	<b>447.847,46</b>	<b>1,15</b>	<b>45,93</b>	<b>527.152,54</b>
Administração Geral	688.000,00	873.000,00	138.092,58	470.130,19	154.869,58	409.847,46	1,05	46,95	463.152,54
Promoção da Produção Vegetal	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Extensão Rural	42.000,00	42.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	0,10	90,48	4.000,00
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>1.645.000,00</b>	<b>1.735.000,00</b>	<b>102.867,05</b>	<b>406.738,59</b>	<b>142.277,86</b>	<b>389.403,55</b>	<b>1,00</b>	<b>22,44</b>	<b>1.345.596,45</b>
Promoção Industrial	1.645.000,00	1.735.000,00	102.867,05	406.738,59	142.277,86	389.403,55	1,00	22,44	1.345.596,45
<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	<b>167.000,00</b>	<b>167.000,00</b>	<b>10.608,37</b>	<b>14.022,87</b>	<b>2.730,00</b>	<b>3.414,50</b>	<b>0,01</b>	<b>2,04</b>	<b>163.585,50</b>
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	45.000,00	45.000,00	10.608,37	14.022,87	2.730,00	3.414,50	0,01	7,59	41.585,50
Turismo	122.000,00	122.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.000,00
<b>DE ESPORTE E LAZER</b>	<b>2.473.000,00</b>	<b>2.598.000,00</b>	<b>521.555,95</b>	<b>1.077.972,79</b>	<b>300.394,42</b>	<b>779.847,18</b>	<b>1,99</b>	<b>30,02</b>	<b>1.818.152,82</b>
Administração Geral	682.000,00	807.000,00	146.027,36	392.003,59	128.716,70	349.290,57	0,89	43,28	457.709,43
Desporto Comunitário	1.689.000,00	1.689.000,00	354.698,37	636.588,85	151.380,64	381.707,40	0,98	22,80	1.307.292,60
Lazer	102.000,00	102.000,00	20.830,22	49.382,35	20.297,08	48.849,21	0,12	47,89	53.150,79
<b>ENCARGOS ESPECIAIS</b>	<b>3.154.000,00</b>	<b>3.154.000,00</b>	<b>610.561,77</b>	<b>1.992.710,41</b>	<b>610.561,77</b>	<b>1.992.710,41</b>	<b>5,10</b>	<b>63,18</b>	<b>1.161.289,59</b>
Serviço da Dívida Interna	3.154.000,00	3.154.000,00	610.561,77	1.992.710,41	610.561,77	1.992.710,41	5,10	63,18	1.161.289,59
<b>RESERVA DE CONTINGENCIA</b>	<b>786.000,00</b>	<b>786.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>786.000,00</b>
Reserva de Contingência	786.000,00	786.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	786.000,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>2.475.000,00</b>	<b>2.475.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.475.000,00</b>
Reserva do RPPS	2.475.000,00	2.475.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.475.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (II)</b>	<b>5.630.000,00</b>	<b>5.825.000,00</b>	<b>988.284,70</b>	<b>2.491.431,77</b>	<b>988.284,70</b>	<b>2.491.431,77</b>	<b>6,37</b>	<b>42,77</b>	<b>3.333.568,23</b>
<b>LEGISLATIVA</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>5.527,75</b>	<b>20.820,07</b>	<b>5.527,75</b>	<b>20.820,07</b>	<b>0,05</b>	<b>34,96</b>	<b>29.179,93</b>
Ação Legislativa	50.000,00	50.000,00	5.527,75	20.820,07	5.527,75	20.820,07	0,05	34,96	29.179,93
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>606.000,00</b>	<b>606.000,00</b>	<b>81.464,95</b>	<b>211.872,77</b>	<b>81.464,95</b>	<b>211.872,77</b>	<b>0,54</b>	<b>34,96</b>	<b>394.127,23</b>
Administração Geral	498.000,00	498.000,00	62.151,18	162.324,44	62.151,18	162.324,44	0,42	32,73	333.675,56
Administração Financeira	45.000,00	45.000,00	7.692,33	19.732,84	7.692,33	19.732,84	0,05	43,85	25.287,18
Controle Interno	45.000,00	45.000,00	8.854,89	22.731,39	8.854,89	22.731,39	67,10	50,51	22.268,61
Tecnologia da Informação	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Administração de Receitas	17.000,00	17.000,00	2.766,55	7.084,10	2.766,55	7.084,10	0,02	41,67	9.915,90
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>279.000,00</b>	<b>279.000,00</b>	<b>43.694,96</b>	<b>108.526,84</b>	<b>43.694,96</b>	<b>108.526,84</b>	<b>0,28</b>	<b>230,47</b>	<b>170.473,16</b>
Assistência à Criança e ao Adolescente	76.000,00	76.000,00	6.331,35	12.761,29	6.331,35	12.761,29	0,03	138,29	63.238,71
Assistência Comunitária	203.000,00	203.000,00	37.363,61	95.765,55	37.363,61	95.765,55	0,24	92,18	107.234,45
<b>SAÚDE</b>	<b>1.399.000,00</b>	<b>1.399.000,00</b>	<b>256.062,32</b>	<b>644.997,72</b>	<b>256.062,32</b>	<b>644.997,72</b>	<b>1,65</b>	<b>46,10</b>	<b>754.002,28</b>
Atenção Básica	1.384.000,00	1.384.000,00	253.691,07	637.730,97	253.691,07	637.730,97	1,63	46,08	746.269,03
Vigilância Sanitária	15.000,00	15.000,00	2.371,25	7.266,75	2.371,25	7.266,75	0,02	48,45	7.733,25
<b>TRABALHO</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>3.489,79</b>	<b>9.260,29</b>	<b>3.489,79</b>	<b>9.260,29</b>	<b>0,02</b>	<b>61,74</b>	<b>5.739,71</b>
Empregabilidade	15.000,00	15.000,00	3.489,79	9.260,29	3.489,79	9.260,29	0,02	61,74	5.739,71
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>2.415.000,00</b>	<b>2.415.000,00</b>	<b>430.837,73</b>	<b>1.065.059,66</b>	<b>430.837,73</b>	<b>1.065.059,66</b>	<b>2,72</b>	<b>44,10</b>	<b>1.349.940,34</b>
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Ensino Fundamental	1.968.000,00	1.968.000,00	307.818,84	758.508,62	307.818,84	758.508,62	1,94	38,54	1.209.491,38
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	1.708,80	4.996,50	1.708,80	4.996,50	0,01	49,97	5.003,50
Educação Infantil	361.000,00	361.000,00	87.547,89	257.790,34	87.547,89	257.790,34	0,68	74,18	93.209,66
Educação de Jovens e Adultos	66.000,00	66.000,00	33.764,20	33.764,20	33.764,20	33.764,20	0,09	51,16	32.235,80
<b>CULTURA</b>	<b>30.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>6.070,80</b>	<b>16.396,80</b>	<b>6.070,80</b>	<b>16.396,80</b>	<b>0,04</b>	<b>54,66</b>	<b>13.603,20</b>
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00	6.070,80	16.396,80	6.070,80	16.396,80	0,04	54,66	13.603,20
<b>URBANISMO</b>	<b>659.000,00</b>	<b>828.000,00</b>	<b>122.500,76</b>	<b>315.551,16</b>	<b>122.500,76</b>	<b>315.551,16</b>	<b>0,81</b>	<b>38,11</b>	<b>512.448,84</b>
Administração Geral	42.000,00	42.000,00	5.935,82	15.274,62	5.935,82	15.274,62	0,04	36,37	26.725,38
Infra-Estrutura Urbana	318.000,00	402.000,00	66.298,23	172.878,13	66.298,23	172.878,13	0,44	43,00	229.121,87
Serviços Urbanos	299.000,00	384.000,00	50.266,71	127.398,41	50.266,71	127.398,41	0,33	33,18	256.601,59
<b>AGRICULTURA</b>	<b>79.000,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>19.383,22</b>	<b>49.109,14</b>	<b>19.383,22</b>	<b>49.109,14</b>	<b>0,13</b>	<b>46,77</b>	<b>55.890,86</b>
Promoção da Produção Vegetal	79.000,00	105.000,00	19.383,22	49.109,14	19.383,22	49.109,14	0,13	46,77	55.890,86
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>31.000,00</b>	<b>31.000,00</b>	<b>6.004,20</b>	<b>15.961,30</b>	<b>6.004,20</b>	<b>15.961,30</b>	<b>0,04</b>	<b>51,49</b>	<b>15.038,70</b>
Promoção Industrial	31.000,00	31.000,00	6.004,20	15.961,30	6.004,20	15.961,30	0,04	51,49	15.038,70
<b>DE ESPORTE E LAZER</b>	<b>67.000,00</b>	<b>67.000,00</b>	<b>13.248,22</b>	<b>33.876,02</b>	<b>13.248,22</b>	<b>33.876,02</b>	<b>0,09</b>	<b>50,56</b>	<b>33.123,98</b>
Desporto Comunitário	67.000,00	67.000,00	13.248,22	33.876,02	13.248,22	33.876,02	0,09	50,56	33.123,98
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>97.930.000,00</b>	<b>109.038.047,89</b>	<b>13.351.772,53</b>	<b>42.892.928,76</b>	<b>13.751.179,72</b>	<b>39.107.215,78</b>	<b>100,00</b>	<b>35,87</b>	<b>69.930.832,11</b>

FONTE: SISTEMA CONTÁBIL

EROS DANILO ARAÚJO



**MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JULHO/2009 A JUNHO 2010**

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREV. ATUAL
	07/2009	08/2009	09/2009	10/2009	11/2009	12/2009	01/2010	02/2010	03/2010	04/2010	05/2010	06/2010		
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>7.042.553,16</b>	<b>6.747.743,00</b>	<b>9.258.846,20</b>	<b>8.465.106,70</b>	<b>7.563.215,82</b>	<b>8.934.650,25</b>	<b>7.125.821,45</b>	<b>7.426.193,50</b>	<b>7.603.061,08</b>	<b>7.627.421,78</b>	<b>8.676.553,49</b>	<b>7.705.382,17</b>	<b>84.181.045,60</b>	<b>97.215.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.196.192,82	1.046.002,28	1.025.838,96	925.234,50	923.226,97	888.725,82	853.512,66	878.199,19	906.773,17	1.073.078,65	1.948.487,76	1.162.366,66	12.827.539,44	15.675.000,00
IMU	100.797,30	87.347,93	89.618,77	75.821,76	21.967,52	9.050,47	381,38	113,25	21.967,52	117.414,18	690.023,73	98.705,17	1.313.223,03	1.622.000,00
ISSQN	813.946,99	701.194,75	688.223,30	629.823,53	679.765,70	671.921,08	676.265,58	569.328,88	638.985,31	647.356,48	636.618,38	759.575,32	8.113.005,30	10.450.000,00
ITR	73.563,09	79.300,27	45.524,93	82.409,14	65.026,58	37.438,99	42.411,83	33.617,53	89.673,31	56.631,75	56.365,91	101.062,88	733.026,21	447.000,00
IRPJ	104.420,37	99.609,78	100.873,67	96.024,41	107.292,62	147.183,17	73.861,61	92.407,39	88.873,46	89.264,09	86.548,84	92.065,37	1.177.424,78	1.272.000,00
Outras Receitas Tributárias	103.465,07	79.549,55	101.598,29	71.155,66	49.174,55	23.132,11	60.592,26	182.732,14	67.259,52	162.412,15	478.930,90	110.957,92	1.490.960,12	1.884.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	334.107,73	329.019,27	347.995,60	351.651,82	350.727,29	556.216,78	352.565,04	372.689,72	323.015,12	385.415,24	344.582,72	370.942,79	4.418.338,82	4.081.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	105.136,42	83.601,25	83.454,86	103.417,00	105.247,42	108.479,70	92.202,75	87.657,65	102.720,91	93.871,80	109.152,29	124.619,64	1.199.561,69	1.358.000,00
RECEITA AGRICOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	92.536,47	84.226,46	88.691,75	97.351,95	94.818,61	96.208,40	116.677,29	44.257,58	170.545,01	118.417,65	119.737,60	121.379,51	1.244.848,28	1.042.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.190.174,74	5.083.377,76	5.235.610,13	6.864.275,69	5.966.195,55	7.088.106,21	5.552.742,07	5.803.678,11	5.929.771,53	5.754.864,24	5.987.667,98	5.769.466,39	70.225.930,40	71.739.000,00
Conta-Corrente do FPM	1.160.636,95	1.350.203,34	1.195.221,35	1.374.900,87	1.716.237,11	2.640.997,67	1.423.007,41	1.737.203,16	1.289.988,66	1.545.599,96	1.902.948,33	1.651.517,07	18.988.461,89	18.546.000,00
Conta-Corrente do ICMS	2.226.878,75	2.190.193,05	2.483.102,80	2.783.740,34	2.543.423,21	2.654.550,26	2.355.258,50	2.101.635,90	2.373.740,14	2.278.555,22	2.187.980,63	2.186.052,32	28.365.111,12	30.800.000,00
Conta-Corrente do IPVA	339.456,80	177.804,64	153.734,24	135.860,13	141.922,88	145.043,01	116.095,47	536.786,30	480.357,23	362.139,47	343.600,82	344.747,94	3.277.548,94	3.500.000,00
Conta-Corrente do ITR	0,00	0,00	767,20	619.315,90	297,64	37,49	329,26	88,67	0,00	11,00	0,00	0,00	620.847,16	210.000,00
Transferências de Lucro/Prejuízo	37.402,89	37.402,89	37.402,89	37.402,89	37.402,89	37.402,89	32.787,57	32.787,57	32.787,57	32.787,57	32.787,57	32.787,57	421.143,36	620.000,00
Transferências de Lucro/Prejuízo	43.676,50	73.212,14	49.038,24	62.379,88	49.488,65	71.839,13	49.481,75	48.138,04	44.009,36	46.353,56	45.704,11	53.401,56	636.753,42	800.000,00
Transferências do FUNDEF	917.486,22	863.993,01	921.867,75	1.035.797,38	1.009.629,00	1.074.328,09	977.820,21	1.068.830,17	1.100.476,16	1.027.232,95	1.049.506,63	1.028.696,00	12.073.663,57	10.816.000,00
Outras Transferências Correntes	464.636,52	390.568,59	394.475,56	814.878,20	467.794,06	463.907,57	597.961,90	280.208,30	608.411,91	462.154,51	425.139,89	472.263,93	5.842.400,94	6.367.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	124.804,88	121.515,88	2.477.354,90	127.146,04	122.999,98	196.913,34	158.121,64	239.711,25	170.235,34	201.774,20	166.945,14	156.607,18	4.264.129,97	3.320.000,00
deduções ( II )	1.429.719,06	1.379.605,35	1.396.118,21	1.643.766,34	1.594.057,51	1.865.210,06	1.377.716,66	1.478.991,05	1.645.548,48	1.538.789,61	1.550.152,31	1.562.547,09	18.462.222,33	18.843.793,60
Contrib. Plano Seg. Social Serv	206.781,29	208.765,08	201.840,85	210.306,11	213.578,10	405.303,26	217.358,13	215.036,80	176.878,96	248.545,91	205.295,19	220.295,19	2.729.984,87	2.433.000,00
Servidor	206.781,29	208.765,08	201.840,85	210.306,11	213.578,10	405.303,26	217.358,13	215.036,80	176.878,96	248.545,91	205.295,19	220.295,19	2.729.984,87	2.433.000,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Como Fianco Regimes Prev	31.505,19	27.821,16	27.821,16	30.248,59	27.821,16	55.272,30	0,00	106.824,99	29.388,33	29.647,25	29.647,25	29.647,25	425.644,53	360.000,00
Dedução Rec. Formação Fundef	761.607,67	765.763,07	783.853,16	1.002.719,78	897.754,24	954.121,81	795.391,81	891.327,81	844.176,45	853.095,15	902.604,10	853.701,06	10.306.116,11	10.816.000,00
Outras Duplicidades	429.824,91	377.256,04	382.603,04	400.492,46	454.904,01	450.512,69	364.966,72	265.801,55	595.104,74	407.501,30	412.605,77	458.903,59	5.000.476,82	5.234.793,60
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>5.613.234,10</b>	<b>5.368.137,65</b>	<b>7.862.827,99</b>	<b>6.825.339,76</b>	<b>5.969.158,31</b>	<b>7.069.440,19</b>	<b>5.748.104,79</b>	<b>5.947.202,45</b>	<b>5.957.512,60</b>	<b>6.088.632,17</b>	<b>7.126.401,18</b>	<b>6.142.835,05</b>	<b>75.718.826,27</b>	<b>78.971.206,40</b>

**MUNICÍPIO DE TELEMACO BORBA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2010 / BIMESTRE MAIO-JUNHO**

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PRE VISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre
				2010	2009
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) ( I )</b>	<b>3.690.000,00</b>	<b>3.690.000,00</b>	<b>800.889,14</b>	<b>2.324.701,16</b>	<b>2.098.773,85</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.690.000,00</b>	<b>3.690.000,00</b>	<b>800.889,14</b>	<b>2.324.701,16</b>	<b>2.098.773,85</b>
Receita de Contribuições dos Segurados	2.433.000,00	2.433.000,00	425.986,38	1.283.806,18	1.158.330,97
Pessoa Civil	2.433.000,00	2.433.000,00	425.986,38	1.283.806,18	1.158.330,97
Ativo	2.363.000,00	2.363.000,00	421.220,67	1.259.874,77	1.133.342,78
Inativo	70.000,00	70.000,00	4.765,71	23.931,41	24.988,19
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	891.000,00	891.000,00	315.608,26	815.308,47	577.452,19
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	891.000,00	891.000,00	315.608,26	815.308,47	577.452,19
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	366.000,00	366.000,00	59.294,50	225.586,51	362.990,69
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	360.000,00	360.000,00	59.294,50	225.154,97	355.550,07
Demais Receitas Correntes	6.000,00	6.000,00	0,00	431,54	7.440,62
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>( - ) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) ( II )</b>	<b>5.640.000,00</b>	<b>5.640.000,00</b>	<b>938.534,93</b>	<b>2.067.740,67</b>	<b>2.104.062,41</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - ( III ) = ( I + II )</b>	<b>9.330.000,00</b>	<b>9.330.000,00</b>	<b>1.739.424,07</b>	<b>4.392.441,83</b>	<b>4.202.836,26</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre
				2010	2009
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) ( IV )</b>	<b>6.855.000,00</b>	<b>6.855.000,00</b>	<b>992.449,12</b>	<b>2.639.220,63</b>	<b>2.217.640,55</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>855.000,00</b>	<b>855.000,00</b>	<b>58.622,76</b>	<b>202.701,36</b>	<b>189.029,78</b>
Despesas Correntes	705.000,00	705.000,00	58.517,76	202.456,36	189.029,78
Despesas de Capital	150.000,00	150.000,00	105,00	245,00	0,00
<b>PREVIDÊNCIA</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>933.826,36</b>	<b>2.436.519,27</b>	<b>2.028.610,77</b>
Pessoa Civil	6.000.000,00	6.000.000,00	933.826,36	2.436.519,27	2.028.610,77
Aposentadorias	3.500.000,00	3.500.000,00	603.784,49	1.529.317,60	1.297.832,53
Pensões	1.500.000,00	1.500.000,00	190.714,10	487.834,64	400.803,28
Outros Benefícios Previdenciários	1.000.000,00	1.000.000,00	139.327,77	419.367,03	329.974,96
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) ( V )</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS ( VI ) = ( IV + V )</b>	<b>6.855.000,00</b>	<b>6.855.000,00</b>	<b>992.449,12</b>	<b>2.639.220,63</b>	<b>2.217.640,55</b>

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ( VII ) = ( III - VI )</b>		2.475.000,00	2.475.000,00	746.974,95	1.753.221,20	1.985.195,71
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>		<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	869.599,81	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00	0,00			
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00			
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00	869.599,81	0,00
Plano Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00	0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00			
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00			
<b>TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>869.599,81</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>				<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		
<b>VALOR</b>				2.475.000,00		
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>		Ma/2010	<b>PERÍODO DE REFERÊNCIA</b>			
			2010	2009		
CAIXA		0,00	0,00		0,00	
BANCOS CONTA MOVIMENTO		110.105,99	250.756,21		13.589,56	
INVESTIMENTOS		18.077.219,65	18.316.513,93		15.889.923,64	
OUTROS BENS E DIREITOS		201.871,24	201.871,24		201.871,24	
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>		<b>PREVISÃO INICIAL</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
<b>RECEITAS CORRENTES ( VIII )</b>		5.640.000,00	5.640.000,00	938.534,93	2.067.740,67	2.104.062,41
Receita de Contribuições		5.640.000,00	5.640.000,00	938.534,93	2.067.740,67	2.104.062,41
Patronal		5.640.000,00	5.640.000,00	938.534,93	2.067.740,67	2.104.062,41
Pessoal Civil		5.640.000,00	5.640.000,00	938.534,93	2.067.740,67	2.104.062,41
Ativo		5.640.000,00	5.640.000,00	938.534,93	2.067.740,67	2.104.062,41
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL ( IX )</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA ( X )</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS ( XI ) = ( VIII+IX-X )</b>		<b>5.640.000,00</b>	<b>5.640.000,00</b>	<b>938.534,93</b>	<b>2.067.740,67</b>	<b>2.104.062,41</b>
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>		<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
<b>ADMINISTRAÇÃO ( XII )</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS ( XIII ) = ( XII )</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Sistema Contábil

EROS DANILO ARAÚJO  
Prefeito

ADERVAL ANTONIO RIBEIRO CORREA  
CRC - PR 05909/P-O

NEHEMIAS CARNEIRO  
Superintendente Geral

**OUVIDORIA MUNICIPAL**  
**INFORMAÇÕES**  
**RECLAMAÇÕES**  
**SUGESTÕES**  
**0800 42 2030**



**PROTEÇÃO DEVER DE TODOS**  
**VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS e ADOLESCENTES**  
**D E N U N C I E**

**MUNICÍPIO DE TELÉMAGO BORBA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2010 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - ANEXO VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31dez 2009 (a)	Em 30 Abr 2010 (b)	Em 30 Jun 2010 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	25.020.633,46	23.809.278,97	23.281.437,72
Deduções (II)	14.956.848,83	14.660.535,13	15.993.967,76
Ativo Disponível	16.243.867,90	14.868.272,25	16.078.548,33
Haveres Financeiros	1.834,21	805,98	1.397,97
(-) Restos a Pagar Processados	1.288.853,28	208.543,10	85.978,54
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (II)	10.063.784,63	9.148.743,84	7.287.469,96
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (III)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (IV)	20.684.969,04	19.650.576,58	19.213.892,89
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (II + III - IV)</b>	<b>-10.621.184,41</b>	<b>-10.501.832,74</b>	<b>-11.926.422,93</b>
ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)	
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>-1.424.590,19</b>	<b>-1.305.238,52</b>	
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>			<b>VALOR</b>
<b>META DE RES NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>			<b>-500.000,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez2009 (c)	Em 30 Abr 2010 (b)	Em 30 Jun 2010 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	5.383.715,66	5.383.715,66	5.383.715,66
DEDUÇÕES (VIII)	15.904.328,77	17.169.502,36	18.568.085,71
Ativo Disponível	13.589,56	191.294,89	250.756,21
Investimentos	15.889.923,64	16.977.391,90	18.316.513,93
Haveres Financeiros	815,57	815,57	815,57
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-10.520.613,11	-11.785.786,70	-13.184.370,05
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-10.520.613,11</b>	<b>-11.785.786,70</b>	<b>-13.184.370,05</b>

PAULO KOROVISKI  
CRC PR17882-O

CELSE ELI BURAKOVSKI  
Controle Interno

EROS DANILO ARAÚJO  
Prefeito

**MUNICÍPIO DE TELEMAGO BORBA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2010 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - ANEXO IX (LRF, art 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ORGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2009							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	1.288.853,28	0,00	1.202.874,74	85.978,54	3.036.410,35	47.894,46	2.453.825,10	534.690,79
EXECUTIVO	0,00	1.288.853,28	0,00	1.202.874,74	85.978,54	3.021.800,35	47.894,46	2.439.215,10	534.690,79
MUNICÍPIO DE TELÉMAGO BORBA	0,00	1.288.853,28	0,00	1.202.874,74	85.978,54	3.021.800,35	47.894,46	2.439.215,10	534.690,79
FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÉMAGO BORBA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.610,00	0,00	14.610,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE TELÉMAGO BORBA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.610,00	0,00	14.610,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.288.853,28</b>	<b>0,00</b>	<b>1.202.874,74</b>	<b>85.978,54</b>	<b>3.036.410,35</b>	<b>47.894,46</b>	<b>2.453.825,10</b>	<b>534.690,79</b>

EROS DANILO ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PAULO KOROVISKI  
CRC PR 17882-O

CELSE ELI BURAKOVSKI  
Controle Interno

**MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2010 / BIMESTRE MAIO-JUNHO**

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS FISCAIS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>90.788.000,00</b>	<b>15.343.685,30</b>	<b>42.513.533,48</b>	<b>40.719.712,87</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.675.000,00	3.110.854,42	6.822.418,09	6.483.131,29
IPTU	1.622.000,00	788.728,90	928.619,28	941.316,44
ISS	10.450.000,00	1.396.193,70	3.928.129,95	3.873.255,58
ITBI	447.000,00	157.428,79	379.763,21	221.561,17
IRRF	1.272.000,00	178.614,21	523.020,76	549.710,59
Outras Receitas Tributárias	1.884.000,00	589.888,82	1.062.884,89	897.287,51
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	9.721.000,00	1.654.436,44	4.217.327,30	4.033.255,56
Receita Previdenciária	8.073.000,00	1.364.521,31	3.351.546,85	3.262.393,38
Outras Contribuições	1.648.000,00	289.915,13	865.780,45	770.862,18
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	107.000,00	12.905,80	31.494,76	29.676,46
Receita Patrimonial	2.249.016,05	460.939,81	1.425.533,51	1.296.826,12
(-) Aplicações Financeiras	2.142.016,05	448.034,01	1.394.038,75	1.267.149,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.923.000,00	10.000.819,21	29.657.883,94	28.448.458,55
FPM	18.070.000,00	3.554.465,40	9.550.264,59	8.383.668,51
ICMS	30.800.000,00	4.374.032,95	13.483.222,71	13.377.337,76
Convênios	0,00	97.918,00	97.918,00	0,00
Outras Transferências	12.053.000,00	1.974.402,86	6.526.478,64	6.687.452,28
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	4.362.000,00	564.669,43	1.784.409,39	1.725.191,01
Dívida Ativa	2.083.000,00	169.854,27	558.943,11	493.959,24
Diversas Receitas Correntes	2.279.000,00	394.815,16	1.225.466,28	1.231.231,77
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>5.800.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>447.342,19</b>
Operações de Crédito (III)	5.800.000,00	0,00	0,00	432.042,19
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	15.300,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)</b>	<b>90.788.000,00</b>	<b>15.343.685,30</b>	<b>42.513.533,48</b>	<b>40.719.712,87</b>

DESPESAS FISCAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>81.281.283,33</b>	<b>12.304.185,92</b>	<b>34.554.072,10</b>	<b>34.783.804,94</b>
Pessoal e Encargos Sociais	48.804.567,23	8.233.775,03	21.958.909,54	21.098.608,92
Juros e Encargos da Dívida (IX)	296.000,00	82.720,52	253.514,67	268.053,25
Outras Despesas Correntes	32.180.716,10	3.987.690,37	12.341.647,89	13.417.142,77
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)</b>	<b>80.985.283,33</b>	<b>12.221.465,40</b>	<b>34.300.557,43</b>	<b>34.515.751,69</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>27.495.764,56</b>	<b>1.446.393,80</b>	<b>4.553.371,68</b>	<b>4.453.058,61</b>
Investimentos	21.637.764,56	918.552,55	2.814.175,94	2.913.624,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis de Título Cap já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	5.858.000,00	527.841,25	1.739.195,74	1.539.434,33
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)</b>	<b>21.637.764,56</b>	<b>918.552,55</b>	<b>2.814.175,94</b>	<b>2.913.624,28</b>
<b>RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)</b>	<b>786.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>2.475.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)</b>	<b>105.884.047,89</b>	<b>13.140.017,95</b>	<b>37.114.733,37</b>	<b>37.429.375,97</b>

<b>RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII-XVIII)</b>	<b>-15.096.047,89</b>	<b>2.203.667,35</b>	<b>5.398.800,11</b>	<b>3.290.336,90</b>
---	-----------------------	---------------------	---------------------	---------------------

<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>			<b>10.308.031,84</b>	
--	--	--	----------------------	--

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-3.097.000,00</b>

Fonte: SISTEMA CONTÁBIL

EROS DANILO ARAÚJO  
Prefeito MunicipalPAULO KOROVISKI  
CRC PR17882-0CELSE ELLI BURAKOVSKI  
Controle Interno

MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2010 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - ANEXO X (Lei nº9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>					
RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x 100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	15.705.000,00	15.705.000,00	2.662.475,63	6.203.871,54	39,50
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	2.515.000,00	2.515.000,00	892.001,90	1.256.021,34	49,94
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.622.000,00	1.622.000,00	788.728,90	928.619,28	57,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.000,00	25.000,00	1.132,67	1.202,05	4,81
Dívida Ativa do IPTU	625.000,00	625.000,00	68.169,15	229.394,23	36,74
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	243.000,00	243.000,00	33.971,18	96.605,78	39,76
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> – ITBI	448.000,00	448.000,00	157.653,93	380.602,26	84,96
Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> – ITBI	447.000,00	447.000,00	157.428,79	379.763,21	84,96
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	225,14	839,05	83,91
Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	11.470.000,00	11.470.000,00	1.434.205,59	4.044.227,18	35,26
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	10.450.000,00	10.450.000,00	1.396.193,70	3.928.129,95	37,59
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	50.000,00	50.000,00	4.532,46	10.843,32	21,69
Dívida Ativa do ISS	920.000,00	920.000,00	24.686,17	79.107,17	8,60
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	8.799,26	26.146,74	52,29
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.272.000,00	1.272.000,00	178.614,21	523.020,76	41,12
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.272.000,00	1.272.000,00	178.614,21	523.020,76	41,12
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	54.556.000,00	54.556.000,00	8.781.527,92	25.701.487,76	47,11
2.1- Cota-Parte FPM	18.546.000,00	18.546.000,00	3.554.465,40	9.550.264,59	51,50
2.1.1- Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	18.070.000,00	18.070.000,00	3.554.465,40	9.550.264,59	
2.1.2- Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	476.000,00	476.000,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	30.800.000,00	30.800.000,00	4.374.092,95	13.483.222,71	43,78
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	620.000,00	620.000,00	65.575,14	196.725,42	31,73
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	880.000,00	880.000,00	99.105,67	287.118,88	32,63
2.5- Cota-Parte ITR	210.000,00	210.000,00	0,00	428,93	0,20
2.6- Cota-Parte IPVA	3.500.000,00	3.500.000,00	688.348,76	2.183.727,23	62,39
2.7- Cota-Parte ICF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>70.261.000,00</b>	<b>70.261.000,00</b>	<b>11.444.008,55</b>	<b>31.905.359,30</b>	<b>45,41</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x 100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO</b>	235.000,00	235.000,00	3.135,43	17.487,27	7,44
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.641.000,00	1.641.000,00	272.482,55	784.337,72	47,80
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	172.606,17	581.051,23	48,42
5.2- Outras Transferências do FNDE	441.000,00	441.000,00	99.876,38	203.286,49	46,10
<b>6- TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO</b>	5.000,00	5.000,00	1.022,80	1.684,65	32,69
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	1.022,80	1.684,65	32,69
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO</b>	0,00	800.000,00	0,00	0,00	
<b>8- OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>9- TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.881.000,00</b>	<b>2.681.000,00</b>	<b>276.640,78</b>	<b>803.459,64</b>	<b>29,97</b>

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x 100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	10.816.000,00	10.816.000,00	1.756.305,16	5.140.298,38	47,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1)	3.814.000,00	3.814.000,00	710.893,04	1.910.052,78	52,85
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	6.160.000,00	6.160.000,00	874.808,55	2.896.844,44	43,78
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	124.000,00	124.000,00	13.115,02	39.345,06	31,73
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	176.000,00	176.000,00	19.821,14	57.423,79	32,63
10.5- Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.5)	42.000,00	42.000,00	0,00	85,77	0,20
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	700.000,00	700.000,00	137.669,41	436.744,54	62,39
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	10.946.000,00	10.946.000,00	2.103.532,52	6.311.747,14	57,68
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	10.816.000,00	10.816.000,00	2.078.202,63	6.250.562,12	57,79
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	130.000,00	130.000,00	25.329,89	61.185,02	47,07
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (10.1 – 9)</b>	0,00	0,00	321.897,47	1.110.265,74	
<b>[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (11) &gt; 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS</b>					<b>1.110.265,74</b>
<b>[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (11) &lt; 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS</b>					<b>0,00</b>

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x 100
<b>13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	7.010.000,00	7.010.000,00	1.375.349,86	3.683.474,95	52,55
13.1- Com Educação Infantil	652.000,00	652.000,00	139.749,27	554.861,68	85,10
13.2- Com Ensino Fundamental	6.358.000,00	6.358.000,00	1.235.600,59	3.128.613,27	49,21
<b>14- OUTRAS DESPESAS</b>	3.936.000,00	4.690.587,88	798.540,34	2.411.525,74	51,41
14.1- Com Educação Infantil	0,00	21.126,07	0,00	21.126,07	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	3.936.000,00	4.669.461,81	798.540,34	2.390.399,67	51,19
<b>15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)</b>	<b>10.946.000,00</b>	<b>11.700.587,88</b>	<b>2.173.890,20</b>	<b>6.095.000,69</b>	<b>52,08</b>

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	143.193,89
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	143.193,89
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I ((13 - 18) / (11) x 100) %	56,09

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	754.587,88
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010*	754.587,88

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	16.804.750,00	16.804.750,00	2.447.260,14	10.038.885,36	59,74

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.649.000,00	4.875.683,12	751.568,20	2.424.601,60	49,73
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	652.000,00	673.126,07	139.749,27	554.861,68	82,43
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.997.000,00	4.202.557,05	611.818,93	1.869.739,92	44,49
24- ENSINO FUNDAMENTAL	13.601.250,00	14.516.468,07	2.575.002,07	6.851.019,26	47,19
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	10.294.000,00	11.027.461,81	2.034.140,93	5.396.945,12	48,94
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.307.250,00	3.489.006,26	540.861,14	1.454.074,14	41,68
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	400.000,00	400.000,00	38.196,07	112.704,56	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	600.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.250.250,00	20.992.151,19	3.364.766,34	9.388.325,42	44,72

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- PERDA NA TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO/GANHO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	811.510,42
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	61.185,02
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	754.587,88
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	357.313,31
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	674,43
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	1.985.271,06
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	7.290.349,80
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3)) x 100 %	22,85

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.280.000,00	1.713.586,40	38.955,50	950.219,70	55,45
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	446.000,00	461.257,31	115.754,20	387.383,75	83,98
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.726.000,00	2.974.843,71	154.709,70	1.337.603,45	44,96
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	20.976.250,00	23.966.994,90	3.519.476,04	10.725.928,87	44,75

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2010 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	66.840,26	674,43

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	1.147.368,59	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.250.562,12	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.602.855,68	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	61.185,02	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.856.260,05	0,00

**FONTE: SISTEMA CONTÁBIL**

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação de União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

3 Caput do art. 212 de CF/1988

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

MUNICÍPIO DE TELÉMACO BORBA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2010 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
<b>RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)</b>	69.785.000,00	69.785.000,00	31.905.359,30	45,72
Impostos	13.791.000,00	13.791.000,00	5.759.533,20	41,76
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.914.000,00	1.914.000,00	444.338,34	23,22
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	54.080.000,00	54.080.000,00	25.701.487,76	47,52
Da União	18.900.000,00	18.900.000,00	9.747.418,94	51,57
Do Estado	35.180.000,00	35.180.000,00	15.954.068,82	45,35
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)</b>	3.883.000,00	3.883.000,00	1.872.153,05	48,21
Da União para o Município	3.071.000,00	3.071.000,00	1.445.390,48	47,07
Do Estado para o Município	150.000,00	150.000,00	40.000,00	0,00
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	662.000,00	662.000,00	386.762,57	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	25.748.000,00	25.748.000,00	10.877.914,43	42,25
<b>(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB</b>	10.816.000,00	10.816.000,00	5.140.296,38	47,52
<b>TOTAL</b>	<b>88.600.000,00</b>	<b>88.600.000,00</b>	<b>39.515.130,40</b>	<b>44,60</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	13.722.750,00	14.228.600,49	8.226.592,87	57,82
Pessoal e Encargos Sociais	9.999.000,00	10.398.229,65	5.836.526,75	56,13
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.723.750,00	3.830.370,84	2.390.066,12	62,40
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	1.021.000,00	996.000,00	37.803,69	3,80
Investimentos	1.021.000,00	996.000,00	37.803,69	3,80
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>14.743.750,00</b>	<b>15.224.600,49</b>	<b>8.264.396,56</b>	<b>54,28</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/desp.saúde
<b>DESPESAS COM SAÚDE</b>	14.743.750,00	15.224.600,49	8.264.396,56	100,00
(-) <b>DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS</b>				
(-) <b>DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE</b>	3.661.000,00	3.661.000,00	2.129.680,78	25,77
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.661.000,00	3.661.000,00	1.643.697,49	19,89
Recursos de Operações de Crédito			0,00	0,00
Outros Recursos			485.983,29	5,88
(-) <b>R P INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS</b>			0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>11.082.750,00</b>	<b>11.563.600,49</b>	<b>6.134.715,78</b>	<b>74,23</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em 31/12/2009	Cancelados em 2010 (VI)
<b>RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE</b>	237.429,22	6.747,30

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% [(V - VI) / D]</b>	<b>19,21</b>
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (i)	% (i) total (j)
Atenção Básica	14.076.750,00	14.511.564,70	8.015.566,68	96,99
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico				
Vigilância Sanitária	382.000,00	388.035,79	117.406,04	1,42
Vigilância Epidemiológica	285.000,00	325.000,00	131.423,84	1,59
Alimentação e Nutrição				
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.743.750,00</b>	<b>15.224.600,49</b>	<b>8.264.396,56</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SISTEMA CONTÁBIL

EROS DANILO ARAÚJO  
PrefeitoPAULO KOROVSKI  
CRC PR 17882/O-0CELSO ELLI BURAKOVSKI  
Controlador Interno

**MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2010 / BIMESTRE MAIO-JUNHO**

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2010		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>				0
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
<b>TOTAL DE PASSIVOS (I)</b>				0
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
<b>GARANTIAS DE PPP (II)</b>				0
<b>SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I - II)</b>				0
<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>				0
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
<b>ATIVOS CONTINGENTES</b>				0
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2010	2011	2012	2013	2014	2014	2015	2016	2017	2018
<b>DESPESAS DE PPP</b>											
Do Ente Federado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Das Entes Não-Dependentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)</b>											
<b>TOTAL DAS DESPESAS/ RCL (%)</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Nota: O Município não realizou PPP

FONTE: SISTEMA CONTÁBIL

EROS DANILO ARAÚJO

PAULO KOROVSKI  
CRC PR 17882/O-0CELSO ELLI BURAKOVSKI  
Controle Interno

# OUVIDORIA MUNICIPAL

## INFORMAÇÕES RECLAMAÇÕES SUGESTÕES

# 0800 42 2030



**MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2010 / BIMESTRE MAIO-JUNHO**

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS		No bimestre	Até o Bimestre		
Previsão Inicial da Receita		97.930.000,00	97.930.000,00		
Previsão Atualizada da Receita		98.730.016,05	98.730.016,05		
Receitas Realizadas		15.880.159,69	43.907.572,23		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		10.308.031,84	10.308.031,84		
Deficit Orçamentário		0,00	0,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DE SPESAS		No bimestre	Até o Bimestre		
Dotação Inicial		97.930.000,00	86.460.000,00		
Dotação Atualizada		109.038.047,89	109.038.047,89		
Despesas Empenhadas		13.351.772,53	42.892.928,76		
Despesas Liquidadas		13.751.179,72	39.107.215,78		
Superavit Orçamentário		2.128.979,97	4.800.356,45		
DE SPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		13.351.772,53	42.892.928,76		
Despesas Liquidadas		13.751.179,72	39.107.215,78		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida				75.718.826,27	
RECEITAS / DE SPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No bimestre	Até o Bimestre		
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos</b>					
Receitas Previdenciárias (III)		1.739.424,07	4.392.441,83		
Despesas Previdenciárias (IV)		992.449,12	2.639.220,63		
Resultado Previdenciário (III - IV)		746.974,95	1.753.221,20		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		-500.000,00	-1.305.238,52	261,05	
Resultado Primário		-3.097.000,00	5.398.800,11	-174,32	
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo
<b>POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>					
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>					
Poder Executivo		1.288.853,28	0,00	1.202.874,74	85.978,54
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS</b>					
Poder Executivo		3.036.410,35	47.894,46	2.453.825,10	534.690,79
Poder Legislativo		3.021.800,35	47.894,46	2.439.215,10	534.690,79
		14.610,00	0,00	14.610,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>4.325.263,63</b>	<b>47.894,46</b>	<b>3.656.699,84</b>	<b>620.669,33</b>
DE SPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		Valor apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até 31 de Out	
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE		7.290.349,80	25%	22,85	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração dos Professores do Ensino Básico		3.540.281,06	60%	56,09	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE SPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Operação de Crédito		0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida		0,00		0,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos</b>					
Receitas Previdenciárias (III)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III - IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00		0,00	
DE SPESAS COM AÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		6.134.715,78	15%	19,21	

Fonte: SISTEMA CONTÁBIL

EROS DANLO ARAÚJO  
Prefeito

PAULO KOROVSKI  
CRC PR. 17882/O-0

CELSO ELLIBURAKOVSKI  
Controle Interno

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
TELEMACO BORBA - PR

Rua Presidente do Brasil, 202 - Vila dos Mártires - Fone/Fax: 43 3394-1321 - www.telmaco.org.br - CxP 06040-200 - Telêmaco Borba - PR


**RESOLUÇÃO Nº 004/2010-CMS/TE**

*Na uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o que se estabelece no Regimento Interno do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TELÊMACO BORBA, o seu Presidente abelto assinado, de acordo com o decidido em Plenário, realizado em 18 de março de 2010,*


**RESOLVE:**

**APROVAR o PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2010-2013 apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde de Telêmaco Borba.**

*Sala da Presidência do Conselho Municipal de Saúde de Telêmaco Borba, em 16 de abril de 2010.*

  
**Arildo Kutchenki**  
Presidente CMS/TE

*Homologo a Resolução n.º 004/2010-CMS/TE datada de 16 de abril de 2010.*

  
**Ricardo Arcaño**  
Secretário Municipal de Saúde

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
2010 - 2013  
Telêmaco Borba PR  
2009

**SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO.....	06
2. ANÁLISE SITUACIONAL .....	08
2.1 Dados Gerais.....	08
2.2 Perfil Demográfico.....	09
2.2.1 População residente em Telêmaco Borba.....	10
2.2.2 Informações Populacionais Estimada.....	10
2.3 Perfil Sócio Econômico.....	11
2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano e Pobreza.....	13
2.3.2 Condições dos Domicílios e Meio Ambiente.....	14
2.4 Situação de Saúde.....	16
2.4.1 Mortalidade.....	16
2.4.1.1 Mortalidade Infantil.....	16
2.4.1.2 Principais Causas de Mortalidade.....	18
2.4.2 Morbidade.....	20
2.4.2.1 Morbidade por Doenças Transmissíveis.....	20
2.4.2.2 Morbidade por Doenças não Transmissíveis.....	23
2.5 Saúde da Mulher e da Criança.....	24
2.5.1 Saúde da Criança.....	25
2.6 Saúde do Idoso.....	30
2.7 Promoção à Saúde.....	30
2.7.1 Ações de Promoção a Atividade Física.....	31
2.7.2 Programa de Combate do Tabagismo.....	32
2.8 Saúde Mental.....	32
3. Sistema Municipal de Saúde.....	34
3.1 Estratégia Saúde da Família.....	34
3.2 Atendimento de Urgência e Emergência.....	36
3.3 Atenção Especializada Média e Alta Complexidade.....	35
3.4 Atenção Farmacêutica.....	43
3.5 Vigilância em Saúde.....	43
3.5.1 Vigilância Epidemiológica.....	46
3.5.2 Vigilância Sanitária.....	25
3.5.3 Programa Municipal DST/AIDS.....	51
3.6 Gestão.....	53
3.6.1 Financiamento.....	54
3.6.1.1 Bloco de Atenção Básica.....	54
3.6.1.2 Bloco de Vigilância em Saúde.....	55
3.6.1.3 Bloco de financiamento para a Assistência Farmacêutica.....	56
3.6.1.4 Financiamento para Investimentos.....	57
3.6.2 Recurso Próprio.....	58
3.6.3 Planejamento no SUS.....	60
3.6.4 Estrutura.....	61
4. Diretrizes - Pacto pela Vida.....	62
5. METAS, AÇÕES E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.....	63
5.1 Atenção Básica.....	63
5.1.1 Meta.....	63
5.1.2 Ações.....	66
5.2 Saúde do Idoso.....	67
5.2.1 Meta.....	67
5.2.3 Ações.....	68
5.3 Controle do câncer de colo de útero e de mama.....	69
5.3.1 Meta.....	69
5.3.2 Ações.....	69
5.4 Redução da mortalidade materna e infantil.....	70
5.4.1 Meta.....	70
5.4.2 Ações.....	71
5.5 Fortalecimento da capacidade de respostas às doenças emergentes e	

endemias.....	71
5.5.1 Metas.....	71
5.5.2 Ações.....	74
5.6 Promoção da saúde.....	75
5.6.1 Metas.....	75
5.6.2 Ações.....	76
5.7 Saúde Mental.....	77
5.7.1 Metas.....	77
5.7.3 Ações.....	79
5.8 Atenção Integral as pessoas em situação ou risco de violência.....	80
5.8.1 Metas.....	80
5.8.2 Ações.....	81
5.9 Saúde do Trabalhador.....	81
5.9.1 Metas.....	81
5.9.2 Ações.....	82
5.10 Gestão do SUS.....	83
5.10.1 Metas.....	83
5.10.2 Ações.....	86
ANEXOS.....	
Anexo 1: Prioridades da 9ª Conferência Municipal de Saúde.....	90
Anexo 2: Termo de Compromisso de Gestão.....	94
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	
Governo do Município de Telêmaco Borba	
Prefeito Municipal: Dr Eros Danilo de Araújo	
Secretário Municipal de Saúde: Sr. Ricardo Arcaño	
<b>COLABORADORES</b>	
Luiz Lopacinski – Divisão de Administração	
Enf. Ana Paula Fernandes - Coordenação ESF	
Enf Ketlin Thaise Pereira Bueno - Coordenação ESF	
Dra Circe Lourenço Nunes – Coordenadora Técnica ESF	
Rozilda Vila-Boas Calado – Apoio Administrativo	
Dr. Renato Yaedu – Seção Odontológica	
José Castorino – Chefe de Seção Coordenação Comunitária	
Rodrigo Milleo – Coordenador Pronto Atendimento Municipal	
Dr Fernando José dos Santos– Coordenador Centro de Apoio Psicossocial	
Enf. Katia Cristiane de Almeida Alves - Vigilância Epidemiológica	
João Valdeci Fontinelli - Vigilância Sanitária	
Linda Mara Nogueira – Vigilância Sanitária	
Heloisa Biesteker – Serviço de Inspeção Municipal	
Veridyana Margraf – Assistência Farmacêutica	
Celso Burakovski – Controlador Geral do Município	
Conselho Municipal de Saúde	
Coordenação e Elaboração	
Enf. Isabela Mariluz Storihont Mudri - Divisão de Saúde Pública	
<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	
O Plano Municipal de Saúde é um dos instrumentos de Planejamento do Sistema Único de Saúde - SUS, regulamentado pelas portarias 3085/06, 3332/06 e 3176/08, que apresenta, a partir de uma análise situacional as intenções e os resultados a serem buscados no período de 2010 a 2013, expresso em diretrizes, metas e ações.	
Para nortear a elaboração deste plano utilizamos a ferramenta do Planejamento Estratégico Situacional de Carlos Mattos. Em várias discussões realizadas pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde, guiadas por esta metodologia, resultou no conhecimento e na descrição dos principais causas dos problemas de saúde encontrados, de estratégias para o seu enfrentamento.	
O ponto de partida para as discussões e embasamento deste Plano foi, a análise do Pacto pela Saúde numa discussão ampla, democrática e participativa realizada de maio a outubro de 2009, entre profissionais da secretaria municipal de saúde e as propostas e diretrizes aprovadas na 9ª Conferência Municipal de Saúde de 2009, o resultado destas discussões estruturaram a construção do presente documento.	
Este Plano foi elaborado em consonância com a realidade do SUS, de seu financiamento, nas várias discussões realizadas, na Conferência Municipal de Saúde, que serviram de embasamento para propostas realizáveis e também para viabilização financeira de sua execução, para que este plano seja factível.	
E por isto que se destaca a importância do presente trabalho que temos a satisfação de apresentar, o Plano Municipal de Saúde para o quadriênio 2010-2013. Buscando explicitar as prioridades e os problemas de saúde do Município, para propor medidas e ações factíveis que melhorem os perfis de saúde existentes, o Plano revela-se um instrumento imprescindível dado a complexidade dos fatores condicionantes da saúde e o envolvimento de vários participantes, sem os quais se tornaria impossível dar continuidade aos avanços que almejamos alcançar.	
Com o objetivo maior do contínuo aperfeiçoamento e concretização do SUS, o Plano revela-se um instrumento indispensável para os gestores, técnicos e todos os cidadãos na medida em que propõe medidas e ações que buscam principalmente a melhoria dos diferentes perfis de Saúde no Município.	
<i>Ricardo Arcaño</i> Secretário Municipal de Saúde	
<b>2. ANÁLISE SITUACIONAL</b>	
2.1 Dados Gerais	
O Município de Telêmaco Borba teve a sua instalação oficial em 21 de março de 1964, tendo sido empossado como o primeiro Prefeito, o Sr. Pércles Pacheco da Silva, está situado na região leste do Estado do Paraná, no segundo planalto paranaense, inserido regionalmente no bloco planáltico de Ponta Grossa, ocupando uma área de 1.508,38 Km2, segundo o IBGE.	
O Município de Telêmaco Borba insere-se na Região Administrativa 4, AMCG- Associação dos Municípios dos Campos Gerais que integram a Micro-Região dos Campos Gerais, sendo Ponta Grossa a Cidade Pólo.	
Dentro da região geográfica em que se situa, possui uma localização privilegiada, por encontrar-se em uma área do Estado bem servida de acessos rodoviários, além de estar relativamente próxima a centros maiores como Curitiba, Ponta Grossa e Londrina, como os quais mantém uma relação regida pela regionalização.	
Tomando-se por base sua situação econômica e político-administrativa, polariza os Municípios mais próximos como Ortigueira, Curitiba, Imbaú, Ventania, Tibagi, Reserva e Cândido de Abreu, principalmente quando as suas populações a procuram para suprir necessidades de um serviço ou um comércio mais sofisticado.	
A nível Estadual, se destaca por possuir um desenvolvido setor secundário, ressaltando a Indústria Papelreira, consequentemente, mantem um expressivo intercâmbio comercial com diversos Estados Brasileiros e com vários países através da exportação de seus produtos.	
O clima predominante é do tipo Subtropical úmido mesotérmico, com verão quente, e no inverno, geadas poucos frequentes, de acordo com dados da região, os meses mais chuvosos se verificam na estação de verão, e as estiagens na estação de inverno.	
A precipitação pluviométrica anual média é de 1.877 mm, a temperatura média anual varia de 25°C a 13°C, com o valor médio anual de 18°C e a umidade relativa do ar com valores oscilando de 70% a 82%, com a média anual de 79,4%.	
<b>2.2 Perfil Demográfico</b>	
A população de Telêmaco Borba, em 2009 conforme o Censo 2000 e a projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE chega a 69.276 habitantes, tendo uma taxa de crescimento de 2006 a 2009 de 2,6%, comparada a do taxa de crescimento do Estado do Paraná de 0,9% e no interior do Estado de 0,7% no mesmo período, demonstrando maior crescimento geométrico da população residente total e comparada ao interior do Estado do Paraná.	
De acordo com o Censo 2000 o município possui 2876 habitantes em zona rural indicando que a população é predominantemente urbana, mais que 95% dos habitantes são residentes urbanos, a densidade populacional do município é de 49,5 hab/Km.	
A área ocupada com reflorestamento atinge hoje o percentual aproximado de 95% da área rural do município, sobrepondo-se assim a silvicultura de forma preponderante sobre a atividade agropecuária. Atualmente, o Município está rodeado por uma grande área de reflorestamento (silvicultura) que serve de matéria prima para Klabin Paraná.	
2.2.1 População residente em Telêmaco Borba	
Tabela 1 – Estimativa da População Residente em Telêmaco Borba 2000/2009	

Ano	População	Método
2009	69.276	Estimativa
2008	68.584	Estimativa
2007	64.635	Estimativa
2006	64.191	Estimativa
2005	63.743	Estimativa
2004	62.859	Estimativa
2003	62.469	Estimativa
2002	62.079	Estimativa
2001	61.625	Estimativa
2000	61.238	Censo

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas 2009

Tabela 2 – Taxa de crescimento anual estimada

Taxa de crescimento anual estimada (%) (2006-2009)	2,6
Mulheres em idade fértil (10-49 anos), 2009	22,040
Proporção da pop. feminina em idade fértil, 2009 (%)	62,1

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas 2009

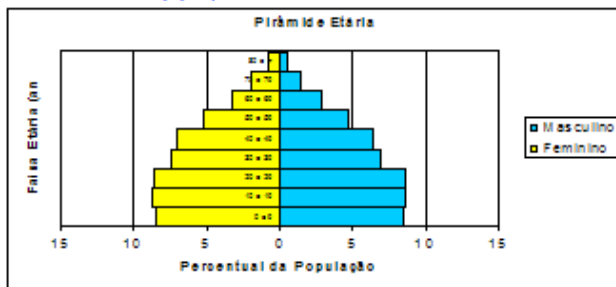
### 2.2.2 Informações Populacionais Estimada

Tabela 3 - População Residente por Faixa Etária e Sexo, 2009

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
Menor de 1 ano	505	484	989
De 1 a 4	2.187	2.128	4.315
De 5 a 9	3.179	3.183	6.362
De 10 a 14	3.051	3.103	6.154
De 15 a 19	2.899	2.945	5.844
De 20 a 29	5.971	5.990	11.961
De 30 a 39	4.832	5.158	9.990
De 40 a 49	4.449	4.844	9.293
De 50 a 59	3.294	3.645	6.939
De 60 a 69	1.983	2.209	4.192
De 70 a 79	1.025	1.320	2.345
De 80 e +	384	508	892
Ignorada	-	-	-
<b>Total</b>	<b>33.759</b>	<b>35.517</b>	<b>69.276</b>

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas 2009

Gráfico 1 - Pirâmide Etária da população de Telémaco Borba 2009



### 2.3 Perfil Sócio Econômico

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento econômico e Social IPARDES / IBGE em 2000 a população Economicamente ativa era de 25.176 pessoas e a população ocupada de 21.105 pessoas, sendo que 16,17% da população economicamente ativa, neste período se

Tabela 4 - População Economicamente Ativa (PEA) por zona e sexo - 2000

URBANA	RURAL	MASCULINO	FEMININO
23.921	1.255	16.559	8.617

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Resultados da amostra 2000

NOTA: PEA de 10 anos e mais.

Tabela 5 - População Ocupada Segundo Atividades Econômicas - 2000

ATIVIDADES ECONÔMICAS	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	1.295
Indústria extractiva, distribuição de eletricidade, gás e água	243
Indústria de transformação	4.657
Construção	2.301
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	3.609
Alojamento e alimentação	790
Transporte, armazenagem e comunicação	1.428
Intermediações financeiras, atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados a empresas	845
Administração pública, defesa e seguridade social	1.301
Educação	1.239
Saúde e Serviços sociais	516
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	674
Serviços domésticos	1.386
Atividades maldefinidas	291
<b>TOTAL</b>	<b>21.105</b>

Fonte IPARDES, Caderno Municipal 2009

### 2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano e Pobreza

O Índice de desenvolvimento Humano Municipal IDH-M é construído a partir de informações fundamentais para dimensionar as condições sociais da população, os indicadores utilizados são: esperança de vida, escolaridade, analfabetismo e renda. Tendo como referência a média de IDH-M do Estado do Paraná que é de 0,787 o município encontra-se em uma posição desfavorável com IDH-M de 0,767, o ideal é que o IDH-M seja superior a 0,80, considerado de alto desenvolvimento Humano. No Paraná apenas 30% dos municípios possuem IDH superior a 0,80.

Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) - 2000

Esperança de vida ao nascer	68,56 anos
Taxa de alfabetização de adultos	89,54 %
Taxa bruta de frequência escolar	80,33 %
Renda per capita	275,60 R\$ 1,00
Longevidade (IDH-M-L)	0,726
Educação (IDH-M-E)	0,865
Renda (IDH-M-R)	0,711
<b>IDH-M</b>	<b>0,767</b>

Fonte IPARDES, Caderno Municipal 2009

Tabela 7 - Proporção População Residente Alfabetizada por Faixa Etária

Faixa Etária	1991	2000
De 5 a 9 anos	55,2	63,4
De 10 a 14	96,5	98,8
De 15 a 19	96,0	98,6
De 20 a 49	87,2	94,1
De 50 e +	59,4	71,4
<b>Total</b>	<b>81,2</b>	<b>87,8</b>

Fonte: IBGE/Censos 2000

O indicador que quantifica e qualifica a situação de pobreza é a renda familiar, constituindo um referencial analítico de privação e necessidades básicas insatisfeitas, em 2000 segundo a pesquisa do IPARDES/IBGE, a população com renda familiar per capita de até ¼ salário mínimo era de 21,6% da população.

O Índice de Gini mede o grau de concentração de distribuição de renda, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima). O município apresenta em comparação com o estado melhor distribuição de renda, sendo que o índice de GINI no Estado é de 0,607.

Tabela 7 - Índice de Gini - 2000

<b>ÍNDICE DE GINI</b>	<b>0,58</b>
-----------------------	-------------

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

### 2.3.2 Condições dos Domicílios e Meio Ambiente

O abastecimento de água é executado pela SANEPAR, a qual realiza captação, tratamento e distribuição da água tratada, conforme o Censo 2000 IBGE 97,4% da população recebe água tratada em seu domicílio e conforme informação da SANEPAR em 2009 atinge 100%.

A Vigilância Sanitária controla a qualidade da água por meio do programa SI/SAGUA, coletando amostras de água de vários pontos da cidade para avaliação, são prioritizadas amostras de regiões que apresentem dados epidemiológicos críticos com relação a doenças vinculadas pela água.

Tabela 9 - Proporção de Moradores por Tipo de Abastecimento de Água

Abastecimento Água	1991	2000
Rede geral	91,9	97,4
Poço ou nascente (na propriedade)	6,8	1,9
Outra forma	1,3	0,8

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

A cobertura de imóveis ligados à rede de esgoto, conforme censo 2000 IBGE, atinge 47,4% da população, sabemos que houve ampliação da cobertura para 71,92% conforme informação da SANEPAR. Entretanto, há locais que mesmo após a expansão da rede de esgoto não tiveram ligação do esgoto domiciliar na rede. Ocasionalmente contaminação do solo e dos cursos de água.

Tabela 10 - Proporção de Moradores por tipo de Instalação Sanitária

Instalação Sanitária	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	31,8	47,4
Fossa séptica	20,5	13,0
Fossa rudimentar	35,7	27,2
Vaia	2,2	1,9
Rio, lago ou mar	-	4,9
Outro escoadouro	3,0	3,8
Não sabe o tipo de escoadouro	0,2	-
Não tem instalação sanitária	6,7	1,9

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

A Coleta de lixo comum é realizada periodicamente três vezes por semana em 100% das localidades do município, a coleta seletiva do lixo reciclável e a compostagem dos resíduos orgânicos estão em fase de implantação. A coleta e transporte são realizados por transporte e serviço próprio.

O aterro Sanitário municipal esta funcionando de acordo com a legislação vigente e possui licença ambiental.

Os resíduos de saúde são coletados, transportados e armazenados por empresas terceirizadas, as quais devem ser licenciadas e contratadas pelo gerador do resíduo. O Plano de Gerenciamento de Resíduos do município esta em fase de elaboração e a empresa contratada para a coleta dos resíduos é a Medic - Tec, a qual possui licença ambiental.

Tabela 11 - Proporção de Moradores por tipo de destino de lixo

Coleta de lixo	1991	2000
Coletado	79,6	97,4
Queimado (na propriedade)	8,1	1,4
Enterrado (na propriedade)	1,1	0,1
Jogado	10,7	0,9
Outro destino	0,4	0,2

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

### 2.4 Situação de Saúde

#### 2.4.1 Mortalidade

##### 2.4.1.1 Mortalidade Infantil

O coeficiente de mortalidade infantil mostra evidente redução na última década de 47/1000 nascidos vivos em 1995 para 17/1000 nascidos vivos em 2009, refletindo a melhoria das condições de vida, saúde e educação. Entretanto, ainda o coeficiente de mortalidade infantil é maior do que o coeficiente estadual 13,71 em 2006.

A maior proporção dos óbitos infantis ocorre principalmente em decorrência da prematuridade. Há predominância de mortes no período neonatal (0 a 28 dias), sendo que neste período os óbitos são influenciados principalmente por fatores relacionados à gestação, parto e assistência ao parto.

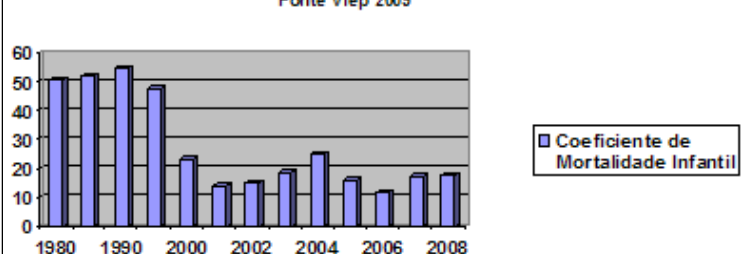
Este desempenho está francamente relacionado com um conjunto de medidas que incluem: a ampliação da oferta de serviços, a captação precoce de gestantes, o controle e busca de gestantes faltosas e da qualificação da assistência materno-infantil na Atenção Primária de saúde.

Também, a disponibilização das ações de promoção, vigilância e prevenção em saúde, permitindo a intervenção precoce nas principais complicações da infância. Portanto, para proporcionar a redução da taxa de mortalidade infantil em Telémaco Borba é necessária a reorientação do modelo de atenção a saúde da gestante e da criança.

Gráfico 2 - Coeficiente de Mortalidade Infantil

Coeficiente de Mortalidade Infantil em Telémaco Borba 1980 a 2008

Fonte Viej 2009



Segundo dados do Ministério da Saúde a mortalidade infantil do Norte é de 21,7 óbitos por mil nascidos vivos, a do Nordeste, de 27,2, a do Centro-oeste, de 16,9, a do Sudeste, de 13,8, e a do Sul, de 12,9, indicando que mesmo com a redução significativa e a manutenção do coeficiente de mortalidade infantil em torno de 15, existe ainda um grande desafio para o município em propor estratégias para a redução de mortalidade infantil.

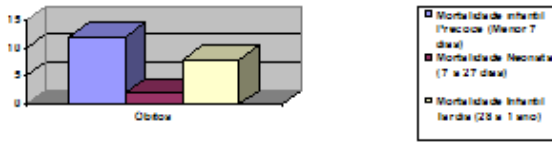
Tabela 12 - Coeficiente de Mortalidade Infantil em Telêmaco Borba de 2005 a 2008.

DADOS	2005	2006	2007	2008
Coeficiente de Mortalidade Infantil	16,02	11,92	17,08	17,74

Fonte: Vlep 2009

Gráfico 3

Mortalidade Menor de Um Ano Neonatal Precoce, Neonatal e Tardia. Telêmaco Borba 2008 FONTE: 21RS SIM



2.4.1.2 Principais Causas de Mortalidade

As doenças não transmissíveis, com predominância das do aparelho circulatório, representam a principal causa de mortalidade na população, esta incidência esta associada à frequência de fatores de risco como a hipertensão arterial, diabetes, e as condições e hábitos de vida como tabagismo, sedentarismo, obesidade e stress.

As causas externas representam à segunda causa de morte, sendo a principal entre adultos jovens, também observamos a maior ocorrência no sexo masculino e aumento na incidência nos últimos anos passando da quarta causa de morte em 2006 para segunda em 2007 e 2008. É necessário que seja efetivada a análise detalhada das causas e circunstâncias dos acidentes e violências mais frequentes, que é fundamental para nortear as medidas preventivas.

O município apresenta maior incidência de mortalidade por causa externa em comparação com o estado, sendo que neste a causa externa representa a terceira causa de morte.

Portanto, a consolidação das medidas de promoção de saúde na rotina da atenção primária pode, juntamente com o diagnóstico precoce e tratamento adequado, colaborar na redução da morbi-mortalidade por doenças do aparelho circulatório.

Tabela 13 - Principais Causas de Mortalidade em Telêmaco Borba

2006	2007	2008	2009 (Janeiro a Abril)
Doença do Aparelho Circulatório 32%	Doença do Aparelho Circulatório 24%	Doença do Aparelho Circulatório 26%	Doença do Aparelho Circulatório 26%
Neoplasia 12%	Causa Externa 17%	Causa Externa 17,9%	Causa Externa 19%
Doenças do Aparelho Respiratório 12%	Neoplasia 14%	Doenças do Aparelho Respiratório 12%	Doenças do Aparelho Respiratório 13%
Causas Externas 9,6%	Doenças do Aparelho Respiratório 15%	Neoplasia 11,9%	Doenças Endócrinas 9%
Doenças Endócrinas 6%	Infecção originada no Período Perinatal 15%	Doenças Endócrinas 7%	Neoplasia 9%

Fonte: VIEP/SIM 2009

Tabela 14 - Outros Indicadores de Mortalidade em Telêmaco Borba de 2000 a 2008

Outros Indic. de Mortalidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	402	396	425	348	459	396	419	466	434
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	6,6	6,4	6,8	5,6	7,3	6,2	6,5	7,2	6,3
% óbitos por causas mal definidas	6,7	2,0	4,5	5,7	7,4	4,0	4,8	4,0	2,3
Nº de óbitos infantis causas mal definidas	1	1	1	1	2	-	4	-	1

Fonte: Vlep/SIM/2009

2.4.2 Morbidade

2.4.2.1 Morbidade por Doenças Transmissíveis

Nas últimas décadas as doenças transmissíveis apresentaram reduções drásticas nas taxas de incidência de morbidade e mortalidade, decorrendo principalmente das medidas efetivas de prevenção como a imunização, da melhoria de condições socioeconômicas, melhoria das condições de saúde e de acesso aos serviços de saúde.

Entretanto observamos que há persistência na ocorrência de doenças como a Tuberculose, Hanseníase e as Hepatites virais, nas quais não se observou acentuada diminuição no número de casos.

As hepatites são importante causa de doenças hepáticas, e potencialmente preveníveis, tanto através de saneamento básico (A), como por imunização, prática de sexo seguro e cuidados adequados com material biológico (B e C). A do tipo A apresenta alta prevalência nos países em desenvolvimento, onde as condições sanitárias e sócio-econômicas são precárias. A prevalência de hepatite B tem sido reduzida em países onde a vacinação foi implantada, porém permanece alta em populações de risco e em países onde a transmissão vertical e horizontal intradomiciliar não é controlada. Desta forma, a prevalência das hepatites também reflete a organização social e a qualidade dos cuidados com a saúde de uma região.

Apesar da redução do coeficiente de prevalência, a hanseníase ainda constitui um problema de saúde pública no Brasil. A taxa de cura em tempo oportuno de Hanseníase é de 100% nos anos de 2007 e 2008. Estes indicadores avaliam a efetividade do serviço medindo a qualidade do acesso a informação sobre a doença, diagnóstico precoce, acompanhamento dos casos e a disponibilidade de recursos humanos e materiais para o tratamento o que é determinante para diminuição da prevalência de Hanseníase e no município. portanto é necessário que haja intensificação das ações de tratamento e detecção precoce de casos novos, e de vigilância resolutive e contínua dos familiares e contatos íntimos dos pacientes diagnosticados, afim de captar precocemente, diminuindo as complicações e

seqüelas, assim como a circulação e contaminação da população pelo do bacilo.

A taxa de cura de casos novos de tuberculose 70% em 2007 e 93% em 2008, demonstra que o principal desafio ainda é aumentar a adesão ao tratamento e diminuir a taxa de abandono, havendo necessidade de incorporação do acompanhamento de pacientes e familiares nas equipes de saúde da família, contribuindo para a melhoria destes índices, facilitando a supervisão e adesão ao tratamento, acompanhamento da família e diagnóstico precoce.

A Aids é um problema de saúde emergente, havendo perspectiva de aumento no número de casos de Aids no município devido ao aumento significativo de pessoas soropositivas para o HIV nos últimos cinco anos.

Em relação à transmissão vertical de HIV não temos nenhum caso confirmado desde 2001, no ano de 2007 tivemos 1 caso de Sífilis congênita.

A incidência de casos de AIDS é de 13,69/100.000 e a prevalência desde a notificação do primeiro caso em 1989 é de 92,85/100.000. Observamos que os indivíduos atingidos de forma mais intensa são os heterossexuais e usuários de drogas não injetáveis, há tendência a feminização. A faixa etária está, em sua maioria, entre os 20 (vinte) e 49 (quarenta e nove) anos de idade e em geral os portadores têm baixo desenvolvimento sócio econômico.

No Paraná a Dengue é considerada uma doença transmissível reemergente de grande importância devido ao número de casos registrados e das variações clínicas e com períodos irregulares e incidência importante em anos epidêmicos.

No município não houve caso autóctone (infecção ocorrida no município), no entanto segundo parâmetros do Ministério da Saúde o município é considerado infestado pelo mosquito transmissor da dengue *Aedes Aegypti*, apresentando possibilidade e vulnerabilidade para o desenvolvimento desta epidemia, devido ao índice de infestação predial, as condições climáticas favoráveis a proliferação deste e do intenso transito de pessoas de localidades que apresentam a doença.

Tabela 15 - Série Histórica de Agravos Notificáveis

Agravos	2002	2003	2004	2005	2007	2008
AIDS	2	8	6	51	4	16
Adoente com Anemia Peçonhento	22	26	16	17	40	38
Atendimento Anti-Rábido	198	230	251	241	295	372
Dengue	2	1	1	0	0	2
Doenças Exantemáticas	0	0	0	0	2	0
Hanseníase	17	36	13	21	9	7
Hepatite Víria A	35	6	0	1	27	23
Hepatite Víria B	7	2	2	7	10	13
Hepatite Víria C	1	9	12	8	4	7
Intoxicação Agrotóxica	11	4	1	3	2	5
Intoxicação por Medicamentos	0	17	6	7	27	20
Intoxicação por Pestícidia Doméstico	0	0	1	0	7	5
D. Meningocócica	1	0	0	2	0	0
Meningite Bacteriana	7	7	7	3	3	3
Sífilis em adultos	6	2	1	0	1	0
Síndrome do Corrimento Cervical	10	0	484	563	594	528
Tuberculose	24	22	21	20	21	23
Variola	0	0	0	70	42	82

Fonte: Vlep 2009

2.4.2.2 Morbidade por Doenças não Transmissíveis

Nas últimas décadas houve a transição do perfil epidemiológico da população da predominância das doenças transmissíveis para as doenças não transmissíveis. Entre os fatores que contribuíram para essa transição epidemiológica podemos destacar a redução da natalidade, aumento da expectativa de vida, transição nutricional, aumento da violência e acidentes de trânsito.

De acordo com o Ministério da Saúde estima-se que 35% da população com idade superior a 40 anos são hipertensos e 11% na faixa etária seja diabético. Em Telêmaco Borba, nesta faixa 34,8% da população é hipertensa e 13% são diabéticos (Fonte: pacientes cadastrados na Farmácia Municipal 2009).

Em decorrência do grande número de pessoas acometidas pelas doenças crônico degenerativa, e da necessidade destas pessoas de acompanhamento permanente de saúde, e do comprometimento da saúde pelas complicações destas, houve encarecimento das ações e dos serviços de saúde. No Brasil o gasto com doenças crônico degenerativa e suas complicações representam 70% do orçamento de saúde.

Tabela 16 - Morbidade Hospitalar em Telêmaco Borba de 2005 a 2008.

2005	2006	2007	2008
Doença do Aparelho Circulatório 28,9%	Doença do Aparelho Circulatório 33,4%	Doença do Aparelho Circulatório 33,6%	Doença do Aparelho Circulatório 30%
Doença do Aparelho Respiratório 24%	Doença do Aparelho Respiratório 26%	Doença do Aparelho Respiratório 22%	Doença do Aparelho Respiratório 22%
Doenças infecciosas e Parasitárias 12%	Doença do Aparelho Digestivo 6,7%	Doenças infecciosas e Parasitárias 11,6%	Doenças infecciosas e Parasitárias 13%
Doença do Aparelho Digestivo 8,3%	Doenças infecciosas e Parasitárias 6,5%	Doença do Aparelho Digestivo 6,8%	Doença do Aparelho Digestivo 9,8%
Causas Externas 6,2%	Causas Externas 6,2%	Causas Externas 6,3%	Causas Externas 6,6%

Fonte: DATASUS 2009

2.5 Saúde da Mulher e da Criança

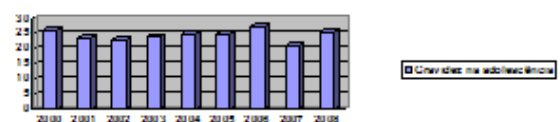
A Política Nacional da Saúde da Mulher visa a promoção e prevenção a saúde, utilizando como estratégia a ampliação do conhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, disponibilização de Planejamento Familiar, prevenção e tratamento dos principais agravos e problemas de saúde que afetam as mulheres, como o câncer de colo de útero e mama, gravidez de alto risco, violência contra a mulher, DST/AIDS, entre outros.

Atualmente as ações realizadas no município visam o planejamento familiar, redução do câncer de mama e de colo de útero, a atenção a mulher no seu ciclo gravídico. Estas são desenvolvidas nas Unidades Básicas de Saúde, com apoio da Clínica da Mulher. O principal objetivo destas ações é a diminuição dos agravos, planejamento familiar e redução da mortalidade materna. De acordo com a projeção do IBGE 62,1% da população feminina encontram-se em idade fértil (22.040 mulheres na faixa etária de 10 a 49 anos), demonstrando que há necessidade do desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento das ações realizadas.

Os métodos contraceptivos preconizados pelo Ministério da Saúde (MS) estão disponíveis em todas as Unidades Básicas de Saúde e Clínica da Mulher, também são realizadas ações de prevenção da gravidez na adolescência por meio de orientações em escolas. Entretanto como demonstra o gráfico abaixo a gravidez na adolescência é um problema, que precisa de ações que ampliem o conhecimento sobre corpo, sobre os direitos sexuais e reprodutivos e a disponibilização e adesão ao Planejamento Familiar. As ações para o empoderamento e o desenvolvimento de atitudes de promoção e qualidade de vida com relação a gravidez na adolescência ou indesejada e violência contra a mulher são extremamente complexas, indicando a necessidade de formar parcerias principalmente com as escolas, para implementação medidas educativas específicas para esse grupo.

Gráfico 4

Proporção de Gestantes Adolescentes em Telêmaco Borba, de 2000 a 2008. Fonte: VIEP/SINASC 2009



A abordagem preventiva do câncer do colo do útero é realizada pelo exame Cervico Vaginal, disponível nas Unidades básicas de Saúde e na Clínica da Mulher. Conforme preconizado pelo Ministério da Saúde e a cobertura ideal de realização de exame Cervico Vaginal é a razão de 0,8, em mulheres de 14 a 49 anos. O gráfico abaixo apresenta a cobertura de exames Papanicolau realizados no município desde 2000 a 2008, embora a disponibilização do serviço constatamos que não estamos com a cobertura adequada de coleta de exames, se conclui que o trabalho de orientação sobre a necessidade de realização do exame precisa ser ampliado.

As mulheres que apresentam alterações no exame cervico vaginal são comunicadas, ou é realizada busca ativa e atendidas pelo ginecologista para tratamento e acompanhamento, quando necessário a paciente é encaminhada para serviço de maior complexidade.

Gráfico 5

Razão de Exames Cervico Vaginais realizados em Telêmaco Borba, de 2000 a 2008. Fonte: Clínica da Mulher 2009



### 2.5.1 Saúde da Criança

O declínio do coeficiente de mortalidade infantil nas últimas décadas, de 54/1000 em 1990 para 17/1000 em 2008, está associado às condições de vida, ao acesso aos serviços básicos de saúde e realização de programas direcionados a situações específicas da infância como incentivo à amamentação, imunização, acompanhamento do crescimento, desenvolvimento e tratamento de doenças prevalentes na infância.

A diminuição da mortalidade pós-neonatal (28 dias) é o responsável pela maior parte da redução da mortalidade infantil nas últimas décadas, ao passo que o componente neonatal representa a maior parcela da taxa de mortalidade infantil. Nos óbitos neonatais, esta redução é bem menor, pois estão associados com a oferta e a qualidade do pré natal, parto e puerpério e ao desenvolvimento tecnológico das UTI's neonatais, bem como com uma equipe de Saúde qualificada. Demonstrando a necessidade de melhorar e manter as ações de Puericultura e melhorar o acesso e a qualidade da assistência pré natal, afim de evitar a mortalidade infantil.

O Comitê Municipal de mortalidade infantil tem o intuito de investigar cada óbito procurando determinar a evitabilidade e nessa hipótese especificar as medidas de prevenção e nortear as ações e serviços de saúde. Atualmente a vigilância epidemiológica investiga todos os óbitos em menor de um ano e são realizadas reuniões com o Comitê para estudar e determinar as causas dos óbitos.

Tabela 17 - Número de Nascidos Vivos Residentes em Telêmaco Borba de 2005 a 2008. Fonte: VIEP/SINASC 2009

Número de Nascidos Vivos	2005	2006	2007	2008
	1204	1182	1230	1251

Todas as unidades básicas de saúde são responsáveis pelo atendimento periódico de puericultura. No ano de 2008 foram realizados 22.232 atendimentos nesta modalidade e 4.058 consultas na especialidade de pediatria. Neste trabalho é observado o desenvolvimento físico e psicomotor da criança e a mãe orientada sobre cuidados básicos como incentivo ao aleitamento materno e a alimentação saudável. Apesar do número de atendimentos realizados, a qualidade da puericultura ainda é incipiente, devendo ser melhorada com relação a busca ativa de faltosos, ao acompanhamento periódico das crianças em situações de risco.

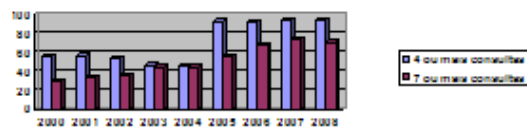
O número de mães com mais de 6 consultas de pré-natal melhorou muito no período analisado, passando de 30% em 2000, para 71,4% em 2008. No entanto, essa proporção ainda é considerada baixa. Considerando que em 2008 94% dos nascidos vivos eram de mães que realizaram pelo menos 4 consultas de pré-natal, os dados indicam a necessidade de investir na captação precoce (ainda no 1º trimestre) das gestantes. Há de se considerar que a taxa de cobertura das consultas de pré-natal é calculada sobre o número total de gestantes do município, acarretando na diluição dos esforços da abordagem da equipe de saúde em relação as gestantes que realizam pré natal particular.

As gestantes de baixo risco realizam Pré natal na UBS, quando a gestante é considerada de risco, esta é encaminhada para a Clínica da Mulher, onde receberá acompanhamento por médico especialista (Obstetra).

São realizados ofertados no primeiro trimestre exames de Tipagem Sanguínea, Hepatite B, Toxoplasmose, Parasitológico de Fezes e no primeiro e segundo trimestre, Glicemia de jejum, VDRL, HIV, Hemograma, Parcial de Urina.

Gráfico 6

Número de Consultas realizadas no Pré Natal, em Telêmaco Borba de 2000 a 2008. Fonte: VIEP/SINASC, 2009



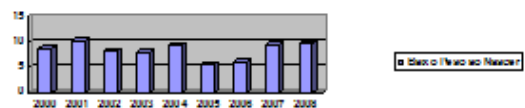
O baixo peso é um importante fator de risco para a morbi-mortalidade neonatal e infantil, contribui para orientar as iniciativas de intervenções nutricionais como as do Pré-natal, subsídio dos processos de planejamento e gestão da Saúde Reprodutiva, bem como a proteção e a Saúde Infantil. Conforme informações do Ministério da Saúde os valores de 5 a 6% são encontrados em países desenvolvidos.

Convênções internacionais e do MS estabelecem que esta proporção não deva ultrapassar 10%. A proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer tem se mantido entre 7% e 9% no município, nos últimos 8 anos, sendo necessário monitorar o indicador para que se mantenha nesses níveis.

Foram realizados pelo programa do SISVAN 6.553 acompanhamentos de peso de gestantes de 1.014 gestantes inscritas

Gráfico 7

Proporção de Nascidos Vivos Com Baixo Peso em Telêmaco Borba, de 2000 a 2008. Fonte: VIEP/SINASC 2009



A cobertura esperada para as vacinas aplicadas em menores de 1 ano, para o controle das doenças, é de 95%. As menores coberturas observadas na vacina Tríplice viral podem ser devidas a um menor registro pelos profissionais, talvez associado a uma menor procura, pelos pais, do serviço de vacinação das UBS, a não realização de busca ativa de faltosos e a perda de oportunidade de vacinação por essas unidades.

Importante ressaltar que a cobertura vacinal é alcançada para várias vacinas, conforme preconizado, outra observação importante é que apesar das menores coberturas detectadas não foi observado aumento no número de casos notificados de doenças imunopreveníveis.

Tabela 18 - Cobertura Vacinal

Vacina	2005	2006	2007	2008
BCG %	112	104	100	97
Tetra %	106	105	96	96
Tríplice Viral %	98	99	93	91
Anti-Hepatite B %	101	99	96	97

### 2.6 Saúde do Idoso

Atualmente aproximadamente 11% da população do município é idosa, tendo como porta de entrada no sistema de saúde, preferencialmente, as equipes da estratégia saúde da família. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 85% dos idosos convivem com alguma doença crônica e 15% destes possuem no mínimo 5 doenças, considerando estes dados, o sistema de saúde tem um grande desafio para atender de forma organizada e resolutiva esta demanda crescente.

Entretanto, é notória a precariedade de recursos humanos e de conhecimento sobre as repercussões do envelhecimento sobre a saúde da pessoa idosa por parte dos profissionais de saúde. Portanto, para buscar maior resolutividade nesse nível de atenção exige o investimento na capacitação desses profissionais, instrumentalizando-os para uma prática mais adequada e possibilitando a estruturação do serviço para implantação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e Avaliação Funcional do Idoso.

### 2.7 Promoção à Saúde

A Promoção da Saúde, segundo a Carta de Ottawa conceitua-se a promoção da saúde "como o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo". E acrescenta-se que "para atingir um estado de completo bem estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. Este documento contempla 5 amplos campos de ação: implementação de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes saudáveis, capacitação da comunidade (empoderamento), desenvolvimento de habilidades individuais e reorientação de serviços de saúde".

O principal objetivo das ações de promoção à saúde realizadas no município é de motivar à população a auto-gerir sua saúde, mudando hábitos e atitudes, melhorando a qualidade de vida pessoal, laboral, familiar e comunitária.

A política de promoção a saúde instituída no município ainda é incipiente sendo que atua de maneira mais efetiva nos eixos da promoção da atividade física e de em ações anti tabagismo, havendo necessidade de investir em ações que contemplem todos os eixos da política de Promoção à Saúde.

### 2.7.1 Ações de Promoção a Atividade Física

A prática da atividade física está sendo difundida no mundo como um fator de proteção para saúde dos indivíduos. Além dos benefícios já conhecidos, como a melhoria da circulação sanguínea e o aumento da disposição para as atividades diárias, ressaltam-se também os aspectos de socialização e a influência na redução de estados de ansiedade ou de estresse, o que conferem à prática da atividade física a capacidade de favorecer a melhora do bem-estar dos indivíduos praticantes.

O município conta com dois profissionais de educação física que trabalham junto à comunidade e unidades básicas de saúde na formação e condução de grupos de atividade física. Também, contamos com 8 acadêmicas ao ar livre que propiciam ambiente para o desenvolvimento de atividade física. Atualmente, existem 18 grupos de atividade física nas diversas comunidades do município.

### 2.7.2 Programa de Combate do Tabagismo

O Programa foi implantado em agosto de 2007, nos último quatro anos a mortalidade por doenças relacionadas ao tabagismo foi de 50% da mortalidade geral, porém não há levantamento da prevalência de tabagistas o que dificulta a avaliação da efetividade do programa no município.

O objetivo geral deste programa é reduzir a prevalência de fumantes e a consequente morbi-mortalidade relacionada ao consumo de derivados do tabaco. Para tanto, são desenvolvidas ações educativas de orientação aos fumantes e não fumantes, prevenção a iniciação do tabagismo, tratamento do tabagista visando a abstinência e prevenção de recaídas, ações políticas para efetivação da lei de ambientes livre de tabaco com objetivo de proteger a população dos riscos do tabagismo passivo.

### 2.8 Saúde Mental

A prevalência de Transtornos mentais é elevada na população brasileira, apesar de não haver registro preciso do número de pessoas com transtornos mentais no município sabemos que conforme a Organização Mundial de Saúde de 10% a 20% da população adulta e adolescente sofre de algum transtorno mental.

O Ambulatório Municipal de Saúde Mental conta com psiquiatra, psicólogo que atuam de forma generalista, dando apoio e atenção a adultos, idosos, crianças e adolescentes. A porta preferencial de entrada para o atendimento destas pessoas são as Unidades Básicas de saúde, que devem realizar o tratamento de transtornos leves e encaminhar para o serviço de referência aqueles que necessitam de atendimento de maior complexidade, devendo sempre continuar acompanhando o paciente e a família.

Para referência dos pacientes o município foi dividido em três grandes áreas, sendo que cada área de abrangência contava com um profissional para atendimento dos pacientes e apoio matricial a área. Em julho e em setembro de 2009 houve o desligamento de profissionais, ficando temporariamente ou até a contratação de outros profissionais a referência de todas as áreas do município a um único profissional psiquiatra.

O planejamento e execução de atividades de promoção e tratamento necessitam serem feitos conjuntamente entre as equipes de Saúde Mental e Saúde da Família. Algumas ações como discussões de tópicos e casos que envolvam questões relacionadas ao tema foram realizadas junto as equipes.

Além disso, os indivíduos que necessitarem de cuidado mais intensivo e/ou de reinserção psicossocial que ultrapassem as possibilidades de intervenção do Ambulatório de Psiquiatria, serão acompanhados no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município. Atualmente, contamos com um CAPS, o qual não conta com a equipe multidisciplinar completa.

A articulação entre as equipes de Saúde da Família, Saúde Mental e dos CAPS e outros serviços de interesse deve sempre ser efetivada, para criação de uma rede de assistência e organização do fluxo e o processo de trabalho.

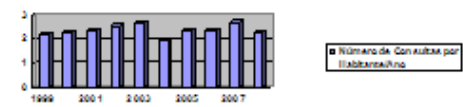
Nos últimos anos houve aumento no registro de roubos, furtos e homicídios no município em muitos deles existe o envolvimento com o consumo e/ou tráfico de drogas. Neste mesmo período o número de cidadãos que procuram os serviços de saúde em busca de atendimento também aumentou.

Na maior parte os casos são referendados para outros municípios para desintoxicação e ao retornar não encontram no município um atendimento organizado especificamente para a manutenção de abstinência e prevenção de recaídas. Desde 2008 funcionários vem sendo capacitados, elaborando proposta de atendimento, procurando parcerias para iniciar atendimento neste setor, que envolva o paciente e sua família, inserindo-o novamente na sociedade.

### 3. Sistema Municipal de Saúde

Gráfico 8

Número de Consulta por habitante/mês, em Telêmaco Borba de 1999 a 2008. Fonte: SIN/SIA/SUS, 2009



### 3.1 Estratégia Saúde da Família

Atenção Primária é um conjunto de ações de saúde individuais e coletivas que englobam a Promoção, Prevenção, Diagnóstico, Tratamento e Reabilitação.

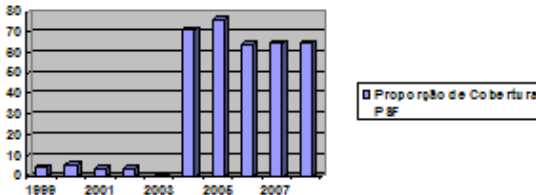
Utiliza tecnologias de elevada complexidade de saberes e práticas e baixa densidade de equipamentos, que devem resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância.

A Atenção Primária tem a Estratégia Saúde da Família como estruturante para sua organização, tendo como principal desafio promover a reorientação das práticas e ações de saúde de forma integral e contínua é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação,

reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade. Esta concepção supera a antiga proposição de caráter exclusivamente centrado na doença, desenvolvendo-se por meio de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipes, dirigidas às populações de territórios delimitados, pelos quais assumem responsabilidade.

Os princípios fundamentais da atenção básica no Brasil são: integralidade, qualidade, equidade e participação social. Mediante a adstrição de clientela, as equipes Saúde da Família estabelecem vínculo com a população, possibilitando o compromisso e a co-responsabilidade destes profissionais com os usuários e a comunidade. Seu desafio é o de ampliar suas fronteiras de atuação visando uma maior resolubilidade da atenção, onde a Saúde da Família é compreendida como a estratégia principal para mudança do modelo de saúde, que deverá sempre se integrar a todo o contexto de reorganização do sistema de saúde.

Gráfico 9: Proporção de Cobertura de Estratégia Saúde da Família em Telêmaco Borba. Fonte: SIAB, 2009.



A atenção básica está organizada por meio da Estratégia Saúde da Família, a qual foi implantada em 1999 e se efetivou em 2004 com a implantação de 12 equipes, sendo dividido o município em 12 áreas de abrangência. No entanto, conforme a determinação da portaria da Estratégia Saúde da Família, cada equipe deve ser responsável por 3500 a 4000 habitantes. Atualmente 100% dos habitantes são atendidos pelas Unidades de Estratégia Saúde da Família, apesar de termos o número das equipes para atendimento de apenas 65% da população.

Em decorrência do número inadequado de habitantes por equipe, a assistência prestada, os programas estratégicos e principalmente o trabalho de promoção e prevenção à saúde são realizados de forma incipiente.

Com relação à força de trabalho no ano de 2008 realizou-se o concurso público com o objetivo de fixar os profissionais na Atenção básica, no entanto ainda existem muitas dificuldades como: o perfil do profissional para o atendimento conforme as diretrizes da estratégia; dificuldade de fixação de profissionais; principalmente os médicos, ocasionando alta rotatividade e baixa resolução de problemas da população.

A avaliação e o monitoramento das ações não estão instituídos de forma sistematizada, havendo dificuldade na visualização clara do desempenho dos serviços realizados, bem como sobre a organização da estratégia.

3.2 Atendimento de Urgência e Emergência

A assistência de Urgência e emergência é realizada pelo Pronto atendimento Municipal -PAM, que disponibiliza atendimento 24 horas população, atendendo diariamente casos de urgência e emergência de procura espontânea ou conduzidos por meios particulares e pelos serviços municipais (Ambulâncias e carros municipais) em média 112 atendimentos dia. São realizadas consultas eletivas, as quais chegam através de encaminhamentos das unidades básicas de saúde e procura espontânea, o que em muitos casos aumenta o tempo de espera desses pacientes por estarem atendendo casos de urgência e emergências.

O Serviço de Transporte conta com quatro ambulâncias, sendo: duas destinadas a transferências e locomoção, diárias, de pacientes acamados ou de estado grave para outros municípios. As outras ambulâncias atendem os chamados dos pacientes via telefone 192 para remoção de pacientes que relatam não poderem ser transportados por outro tipo de veículo, informação que nem sempre condiz com a realidade e para realizar os traslados do PAM ao hospital ou domicílio, do hospital à clínica de hemodiálise ou ao domicílio, quando fizer necessário.

O Corpo de Bombeiros- SIATE atende os casos de trauma, ficando sob responsabilidade do município o atendimento dos casos clínicos, por meio do 192, sendo este atendimento incipiente, considerado a o número insuficiente de ambulâncias, a falta de ambulâncias devidamente equipadas e equipe treinada e qualificada para realizar o atendimento móvel de urgência e emergência.

O corpo de Bombeiros- SIATE utiliza o PAM e o HDF -Hospital Dr. Feitosa, como porta de entradas para as vítimas atendidas, os casos de mais leves (código 1 e 2) são levados até o PAM, onde são devidamente atendidos pela equipe plantonista e encaminhados para as devidas entidades se assim fizer necessário; ex: serviços de ortopedias, exames complementares, ou para o hospital de referência. Os casos de vítimas de uma maior gravidade (código 3) são removidos diretamente para o HDF.

Segundo levantamento estatístico realizado com o Corpo de Bombeiros- SIATE referente ao ano de 2008, foram 927 atendimentos, sendo 433 acidentes em meio de transporte e 494 atendimentos pré-hospitalar incluindo neste número 101 casos clínico e meio de transporte de pacientes, os quais foram realizados por não haver ambulância municipal disponível no momento da solicitação.

Diante desta perspectiva, faz-se necessário à implantação de um sistema regulatório que venha organizar o atendimento de urgência deste município, seguindo a política nacional de atenção à urgência, baseado no atendimento pré-hospitalar de forma hierarquizada e compartilhada com outras instituições que subsidiarão esta assistência, a exemplo do Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária, Militar e Defesa Civil.

O projeto de implantação e implementação do serviço de atendimento de urgências – SAMU 192 esta em andamento com previsão de início das atividades em 2010.

Figura 1: Organograma dos Atendimentos de Urgência e Emergência

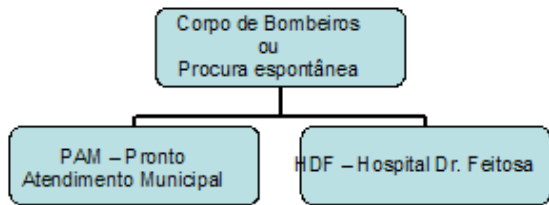


Tabela 19: Reação de solicitações de serviços de Urgência e Emergência em 2008.

Corpo de Bombeiros	Solicitações de Ambulâncias	Atendimento Médico no PAM
927 atendimentos	10.848 atendimentos/2008	40.846 Atendimentos/ano
826 casos de trauma e APM	904 atendimentos/mês	3.404 Atendimentos/mês
101 casos clínicos e de transporte	30 atendimentos/dia	112 Atendimentos / dia

3.3 Atenção Especializada Média e Alta Complexidade

A atenção especializada representa o conjunto de procedimentos de alta tecnologia e alto custo e os serviços qualificados. A Média Complexidade Ambulatorial envolve a maioria dos procedimentos necessários para o diagnóstico, tratamento e reabilitação que pelo seu caráter complementar e suplementar à Atenção Básica são de extrema relevância na redução da demanda para a alta complexidade.

O município é responsável por alguns procedimentos e atendimentos de média complexidade ambulatorial: Patologia clínica, Radiodiagnóstico, Ultrassonografia, Diagnose-EEG/ECG, Angiologia, Cardiologia Fisioterapia, Fonoaudiologia, Gastroenterologia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Psiquiatria, Psicologia, entre outros, além das demais especialidades básicas.

O acesso à assistência especializada é feito a partir da referencia realizadas pelas Unidades Básicas de Saúde.

Tabela 20: Grades de Referência e contra Referência das Urgências

Baixa Complexidade	Média Complexidade	Alta Complexidade
Telêmaco Borba	Telêmaco Borba	Ponta Grossa e Curitiba

O encaminhamento para alta complexidade são referências e contra-referência de urgência dimensionadas para os municípios de Ponta Grossa e Curitiba de acordo com as especialidades: Cardiologia, Urologia, Ortopedia, Cirurgia Vasosular, Nefrologia, Neurologia Clínica, Neurologia Cirúrgica, Oncologia Clínica, Cirúrgica e Mastologia, como mostra a baixo.

Tabela 21: Média Complexidade - Telêmaco Borba

Especialidade	Estabelecimento
Cardiologia	Hospital Dr. Feitosa
Neurologia	Hospital Dr. Feitosa
Ortopedia	Hospital Dr. Feitosa
Pediatria	Hospital Dr. Feitosa
Clínica Médica	Hospital Dr. Feitosa
Clínica Cirúrgica	Hospital Dr. Feitosa
Vascular	Hospital Dr. Feitosa
Ginecologia	Hospital Dr. Feitosa
Obstetrícia	Hospital Dr. Feitosa

Tabela 22: Atendimento de Alta Complexidade

ESPECIALIDADE	ESTABELECIMENTO
ALERGIA E IMUNOLOGIA	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	CRE-KENNEDY(CURITIBA)
	CAIF(CURITIBA)
CIRUR. BUÇO MAXILO	HOSPITAL DO TRABALHADOR(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE(CURITIBA)
CARDIOLOGIA ADULTO	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL SANTA CASA(PONTA GROSSA)
	HOSPITAL BOM JESUS(PONTA GROSSA)
CARDIOLOGIA INFANTIL	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
	CRE-KENNEDY(CURITIBA)
	CENTRO DE ESPECIALIDADES SANTA FELICIDADE(CURITIBA)
CIRUR. APARELHO DIGESTIVO	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
	E DEPENDENDO SE FOR CASO DE CANCERO PACIENTE É ENVIADO PARA O HOSPITAL ERASTO GAERTNER(CURITIBA)
CIRUR. CABEÇA E PESCOÇO	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
	E DEPENDENDO SE FOR CASO DE CANCERO PACIENTE É ENVIADO PARA O HOSPITAL ERASTO GAERTNER(CURITIBA)
CIRUR. GERAL	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL ANGELINA CARON(CURITIBA)
	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
CIRUR. GINECOLOGICA	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	AMBULATORIO DE SANTA CASA(CURITIBA)
	HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE(CURITIBA)
CIRUR. PEDIATRICA	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL ANGELINA CARON(CURITIBA)
	AMBULATORIO DE SANTA CASA(CURITIBA)
CIRUR. PLASTICA	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
CIRUR. TORACICA	HOSPITAL DO TRABALHADOR(CURITIBA)
	AMBULATORIO DE SANTA CASA(CURITIBA)
	HOSPITAL ANGELINA CARON(CURITIBA)
CIRUR. VASCULAR	HOSPITAL SANTA CASA(PONTA GROSSA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL BOM JESUS(PONTA GROSSA)
CIRUR. OBESIDADE MORBIDA	CLINICA PRÓ SAÚDE(TELÊMACO BORBA)
	CRUZ VERMELHA(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
Dermatologia	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
	CRE-KENNEDY(CURITIBA)
	UMS SALGADO FILHO(CURITIBA)
Endocrinologista	AMBULATORIO DE SANTA CASA(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	CRE-KENNEDY(CURITIBA)
Endocrinologista	UMS SALGADO FILHO(CURITIBA)
	CRE-KENNEDY(CURITIBA)
	HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE(CURITIBA)
Gastroenterologista	CRE-KENNEDY(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	UMS SALGADO FILHO(CURITIBA)
Genética	GASTROCLINICA(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL SANTA CASA(PONTA GROSSA)
Mastologista	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
	CRUZ VERMELHA(CURITIBA)
Mastologista	HOSPITAL CAJURU(CURITIBA)
	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
	AMBULATORIO DE SANTA CASA(CURITIBA)

NEFROLOGISTA	CLINICA DO RIM(TELEMACO BORBA)
	HOSPITAL BOM JESUS(PONTA GROSSA)
	CENTRO DE ESPECIALIDADES SANTA FELI CIDADE(CURITIBA)
	HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE(CURITIBA)
NEUROLOGISTA	UMS SALGADO FILHO(CURITIBA)
	CRE-KENNEDY(CURITIBA)
	CENTRO DE ESPECIALIDADES SANTA FELI CIDADE(CURITIBA)
	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
NEUROQUIRURGIA	HOSPITAL BOM JESUS(PONTA GROSSA)
	HOSPITAL CAJURU(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
OFTALMOLOGISTA	CLINICA DE OLHOS DO PARANÁ(CURITIBA)
	CLINICA DE OLHOS FILIAL DO CARMO(CURITIBA)
	CENTRO DE ESPECIALIDADES SANTA FELI CIDADE(CURITIBA)
	HOSPITAL ANGELINA CARON(CURITIBA)
ONCOLOGISTA	AMBULATORIO DE SANTA CASA(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE(CURITIBA)
	OFTALMOCLINICA(CURITIBA)
ORTESE E PROTESE	HOSPITAL DE OLHOS VICENTE MACHADO(CURITIBA)
	CLINICA DE OLHOS BATEL(CURITIBA)
	HOSPITAL SANTA CASA(PONTA GROSSA)
	HOSPITAL VICENTINO(PONTA GROSSA)
ORTOPEDA	HOSPITAL ERASTO GAERTNER(CURITIBA)
	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
	APR(CURITIBA)
	HOSPITAL VICENTINO(PONTA GROSSA)
TODOS OS MEMBROS	HOSPITAL DO TRABALHADOR(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE(CURITIBA)
	HOSPITAL CAJURU(CURITIBA)
OTORRINO	HOSPITAL ANGELINA CARON(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
	UMS SALGADO FILHO(CURITIBA)
PNEUMOLOGISTA	CRE-KENNEDY(CURITIBA)
	UMS BAIRRO NOVO(CURITIBA)
	HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
PNEUMOLOGISTA	UMS SALGADO FILHO(CURITIBA)
	CRE-KENNEDY(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	UMS BAIRRO NOVO(CURITIBA)
PROCTOLOGISTA	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	UMS SALGADO FILHO(CURITIBA)
REUMATOLOGISTA	CRE-KENNEDY(CURITIBA)
	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO(CURITIBA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	UMS SALGADO FILHO(CURITIBA)
UROLOGISTA	HOSPITAL ANGELINA CARON(CURITIBA)
	HOSPITAL VICENTINO(PONTA GROSSA)
	HOSPITAL DE CLINICAS(CURITIBA)
	UMS SALGADO FILHO(CURITIBA)
	CRE-KENNEDY(CURITIBA)

#### 3.4 Atenção Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica é componente fundamental para efetiva implementação da assistência a população e o seu principal objetivo é garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional e o acesso aos medicamentos considerados essenciais.

A política Nacional de Medicamentos, definida por meio da Portaria do Ministério da Saúde (MS) nº 3916/98, assim como algumas novas diretrizes de Assistência Farmacêutica apresentada e referendada pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 338/04, remetem e orientam para a prática de uma assistência farmacêutica descentralizada, pactuada entre as esferas de Governo e com ações centradas no usuário, comunidade e profissionais de saúde.

O processo de descentralização da Assistência Farmacêutica Básica trouxe avanços ao nosso município, levando-o a uma melhor estruturação de serviços nesta área. A Assistência Farmacêutica Básica é programada por meio do elenco básico de medicamentos (Anexo I) do Plano Municipal de Assistência Farmacêutica e das ações e serviços do SUS, considerando um conjunto de ações inseridas no contexto mais amplo da atenção à saúde. O elenco é baseado em critérios epidemiológicos visando contemplar prioritariamente o tratamento dos indivíduos atendidos na atenção básica.

A Assistência Farmacêutica é organizada em listas de medicamentos, sendo as listas de medicamentos essenciais (Elenco básico de medicamentos) de fornecimento obrigatório e regular através da farmácia e das outras unidades dispensadoras de medicamento no município.

Os medicamentos essenciais são aqueles que satisfazem as necessidades sanitárias da maioria da população; os medicamentos especiais, cuja responsabilidade de repasse ao usuário é da Secretaria de Estado da Saúde, são aqueles indicados nos protocolos pré-estabelecidos, definidos por critérios técnicos e estudos de medicina baseada em evidências clínicas para a terapêutica de agravos mais prevalentes ou de maior demanda local. Os medicamentos estratégicos direcionados ao tratamento de um grupo de agravos agudos ou crônicos específicos contemplados em programas do Ministério da Saúde, como os tratamentos para DST/AIDS, tuberculose e Hanseníase.

A rede de Assistência Farmacêutica é organizada pela Farmácia Central onde é realizado o gerenciamento dos medicamentos: coordenando, planejando, acompanhando, controlando e avaliando todas as etapas desde a seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição até a dispensação para garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade, bem como o uso racional e o acesso da população a queles considerados medicamentos essenciais.

O serviço de Assistência Farmacêutica conta com 15 Unidades dispensadoras de medicamentos sendo: 01 unidade central, onde são distribuídos medicamentos dos diversos programas e os medicamentos controlados; 12 Unidades Básicas de Saúde – Estratégia Saúde da Família, em diferentes bairros do município, onde são distribuídos medicamentos básicos, medicamentos do Programa Hipertensão e administração de medicamentos injetáveis; 01 ambulatório central com distribuição de medicamentos básicos e administração de medicação injetável; e 01 Pronto Atendimento Municipal – PAM, com distribuição de medicamentos básicos e administração de medicamentos injetáveis.

O uso racional de medicamentos (URM), é estabelecido pela OMS como a utilização dos medicamentos próprios para determinada situação clínica, em dosagens que satisficam as necessidades individuais por um período adequado e ao menor custo possível, requer a revisão permanente do Plano Municipal de Assistência Farmacêutica e do respectivo elenco de medicamentos. Portanto, foi instituída a Comissão de Farmácia e Terapêutica composta por profissionais de saúde

de diferentes áreas de atuação e o Plano Municipal foi atualizado em 2009.

No gráfico abaixo, observamos aumento da dispensação de medicamentos, sugerindo o uso irracional e é importante ressaltar a importância de promover ações consistentes para o uso racional de medicamentos. Portanto, demonstra-se necessária a implantação de programa para instituir ações para o Uso Racional de Medicamentos.

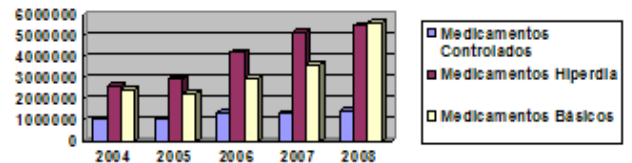
A estrutura física da farmácia central é inadequada para viabilização das ações da Assistência Farmacêutica, não há espaço apropriado para atenção farmacêutica, o almoxarifado não contempla a espaço físico para a capacidade de armazenagem necessária, assim como não há possibilidade de seguir as Boas Práticas de Armazenagem, conforme a legislação vigente.

Gráfico 10:

#### Medicamentos distribuídos no Município de Telêmaco Borba

2004 a 2008

Fonte: Farmácia Municipal



#### 3.5 Vigilância em Saúde

A Vigilância em Saúde é um conceito que se expressa no acompanhamento da saúde da população através de um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos e agravos à saúde do indivíduo, da coletividade e ambiental pela intervenção nos problemas que podem desencadear-se. Seguindo uma das diretrizes do SUS que é a descentralização, o município tem assumido gradativamente as ações de vigilância em saúde, permitindo assim maior agilidade na identificação de doenças, agravos e outros fatores que possam comprometer a saúde dos indivíduos e do meio-ambiente.

Vigilância em Saúde tem como suas áreas de responsabilidade: Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância das Doenças Transmissíveis e não Transmissíveis, Vigilância Água, Vigilância Ambiental, Controle de Zoonoses, Programa DST/AIDS e Vigilância da Saúde do Trabalhador. A avaliação do risco epidemiológico e a análise do impacto de determinados eventos sobre a saúde da população fundamentam a programação das atividades da Vigilância em Saúde.

##### 3.5.1 Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica tem por missão conhecer o perfil dos agravos ocorridos no município, monitorando a ocorrência de agravos de notificação compulsória e buscando conhecer os fatores relacionados à sua ocorrência. A análise das informações referentes aos eventos vitais e o perfil de morbidade que subsidiam o planejamento e avaliação das ações em saúde com informações oportunas. Também, coordena as ações necessárias à prevenção e controle de doenças transmissíveis, identificando mudanças de comportamento das doenças e atuando de forma oportuna e coordenada na ocorrência de surtos ou surgimento de doenças inusitadas.

E de responsabilidade da Vigilância Epidemiológica: Planejar, acompanhar, coordenar e organizar atividades de controle de doenças agudas e inusitadas, a vigilância dos óbitos maternos e infantis por meio dos comitês de mortalidade materno infantil, a operacionalização do Programa de Imunizações, bem como a alimentação e gestão dos sistemas de informação vigentes.

Os Planos específicos para a erradicação, eliminação e ou controle de doenças imunopreveníveis e de doenças de interesse a Saúde pública no Estado do Paraná são elaborados pelo Governo Estadual e implantados por meio da Vigilância Epidemiológica no município, que deve articular com os vários setores para efetivação do plano.

É imprescindível para o planejamento de ações na assistência o conhecimento do Perfil Epidemiológico, assim se faz necessária a criação de mecanismo de comunicação com os profissionais de saúde e gestores para nortear as ações e serviços de saúde do município.

O Comitê de Prevenção a Mortalidade Materno Infantil visa a identificação dos óbitos e apontamento de medidas de intervenção para a redução da mortalidade. Tem por objetivo promover a avaliação contínua das mudanças nos índices de mortalidade perinatal e infantil e dos fatores que as provocam e apresentar propostas de medidas de intervenção estimulando a criação de estratégias para redução da mortalidade materna infantil.

As investigações dos óbitos são realizadas a partir da vigilância epidemiológica, utilizando como metodologia a busca ativa desses óbitos. Os dados são levantados por meio dos prontuários, da Unidade Básica de Saúde, Carteira de Pré Natal, prontuário hospitalar onde ocorreu o nascimento e o óbito nos casos neonatais e ambulatório quando houver, visita domiciliar, declaração de óbito, declaração de nascido vivo, informações de agentes comunitários de Saúde.

O Comitê cria um espaço importante de reflexão sobre a qualidade da assistência materno-infantil subsidiando o planejamento das ações e medidas concretas de intervenção diretamente articulada a realidade local.

##### 3.5.2 Vigilância Sanitária

O objeto de interesse da Vigilância Sanitária são os riscos sanitários decorrentes da produção, distribuição, comercialização e uso de bens de capital e de consumo e da prestação de serviços de interesse da saúde. A Vigilância Sanitária deve exercer também a fiscalização e o controle sobre o meio ambiente e os fatores que interferem na sua qualidade, abrangendo os processos e ambientes de trabalho, habitação e de lazer.

A VISA Municipal está organizada administrativamente da seguinte forma: dividida por área de atuação: Área de serviços e produtos, Alimentos, Meio Ambiente, Controle de Zoonoses, Controle de Vetores e Saúde do Trabalhador.

Na área de vigilância ambiental em saúde, a atuação está voltada para agravos em que o meio ambiente representa fator de risco para a saúde, incluindo as zoonoses (em especial as transmitidas por vetores); intoxicações e acidentes por animais peçonhentos; e, também, para a vigilância de fatores ambientais, que podem representar risco à saúde pública, como: a água para consumo humano, ar, solo, contaminantes ambientais e produtos perigosos.

A responsabilidade do controle e monitoramento da qualidade da água é compartilhada entre o município e o estado, sendo que o município realiza coleta de 20 amostras mês e o estado realiza a análise da amostra coletada. Na ocorrência de amostras insatisfatórias a VISA realiza ações corretivas necessárias para adequação do sistema de distribuição de água de acordo com legislação vigente.

O planejamento das ações é realizado anualmente por meio da PAP-VS (Pactuação de Ações Prioritárias em Vigilância à Saúde) conforme as diretrizes Nacionais e Estaduais e o critério de risco dos estabelecimentos, sendo que os considerados de risco são realizados inspeções em 100% dos estabelecimentos.

Gráfico 11

#### Estabelecimentos de Interesse e Saúde Inspeccionados, em Telêmaco Borba de 2002 a 2008. Fonte: VISA/2008

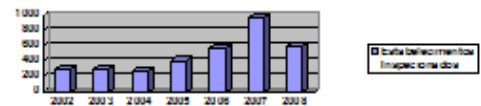
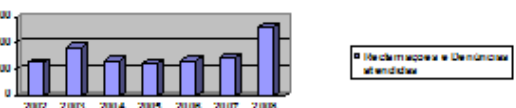


Gráfico 12

#### Reclamações e Demandas Atendidas pela Vigilância Municipal de Telêmaco Borba de 2002 a 2008. Fonte: VISA/2008



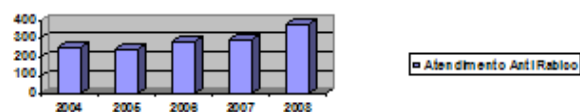
Atualmente são cadastrados 1042 Estabelecimentos de Interesse a Saúde, apesar do aumento significativo do número de estabelecimentos inspeccionados pela equipe da Vigilância Sanitária, pode-se dizer que as ações são insuficientes para garantir a ausência de risco devido ao consumo de produtos ou serviços de interesse a saúde. Esta insuficiência é decorrente da grande demanda e da diversidade dos ramos de atividade de interesse sanitário e da ausência do profissional veterinário exclusivo para o desenvolvimento das ações. Há necessidade de contratação de médico veterinário para adequação da equipe.

Em relação ao controle de zoonose da espécie canina, observamos grande número de animais em locais públicos, aumento do número de reclamações em decorrência destes animais e na figura abaixo nota-se o aumento significativo do número de atendimentos a vítimas de animais agressores. As ações de controle da população canina são realizadas em parceria com a Secretaria de Obras que custeia as castrações e da Associação do Melhor amigo do Homem nas ações de proteção e tratamento.

Percebe-se que as ações são insuficientes e que há necessidade de efetivação das ações do controle de zoonoses.

Gráfico 13

Número de atendimento Anti-Rábico em Telêmaco Borba, de 2004 a 2008. Fonte: VEP/ SINAN, 2009



Visando o controle das doenças transmitidas pelo meio ambiente e por vetores como: insetos, ratos, morcegos, animais peçonhentos, entre outros, realizam-se ações de inspeções nos imóveis, terrenos e estabelecimentos de risco ambiental, com o objetivo de diagnosticar situações de risco e eliminá-las, estas inspeções são realizadas pela Equipe de Controle de endemias. Considerando que o município é infestado pelo mosquito Aedes Aegypti (Mosquito da Dengue) são priorizadas as ações de orientação, controle e eliminação do mosquito transmissor. Para o controle adequado destas ações são necessárias visitas bimestrais nos imóveis existentes. Entretanto, atualmente a equipe executora está incompleta tendo em decorrência a não realização destas ações. Portanto é necessária a adequação da equipe, para o controle adequado.

O consumo de medicamentos anorexígenos, e a comercialização de cola de sapateiro e solventes, são controlados pela vigilância, por meio de registro interno, autorização para aquisição, avaliação e controle de balanço apresentado pelos fornecedores. Este serviço é de grande importância, tendo em vista o controle da comercialização de produtos entorpecentes como inalantes, visando impedir o uso indiscriminado destes produtos.

São realizadas ações esporádicas de educação para a população visando a higiene ambiental e a orientação quanto ao consumo de bens e serviços. Assim como são orientados os proprietários e responsáveis técnicos para adequação dos estabelecimentos a legislação vigente.

Portanto torna-se necessário a realização de ações educativas para a população, para que esta reconheça riscos e não consuma produtos, bens ou serviços que coloquem sua saúde em risco, assim como mantenham hábitos que comprometam o meio ambiente e favoreçam a proliferação de vetores e controle de doenças, desenvolvendo a população para criação da consciência sanitária.

3.5.3 Programa Municipal DST/AIDS

O Programa Municipal tem a missão de reduzir a incidência e melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem com DST/HIV/AIDS. Apresentando como principais estratégias para conter a epidemia a promoção, ampliação e melhoria do diagnóstico e tratamento dos portadores de HIV e AIDS; Promover ações que promovam a prática sexual segura; Fortalecer as instituições para realização de trabalho de prevenção;

Para atendimentos aos Pacientes HIV/AIDS, o município conta com um Serviço de Assistência Especializada (SAE), este serviço é mantido com recursos municipais, e iniciou suas atividades em julho de 2000.

A dispensação dos medicamentos antiretrovirais e para as infecções oportunistas é realizada pela Unidade Dispensadora de Medicamentos UDM na 21ª Regional de Saúde, e os medicamentos para tratamento das Doenças Sexualmente Transmissíveis são dispensados na farmácia municipal, UBS, Clínica da Mulher e AMOA, conforme disponibilização pactuada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PPF).

Em relação à transmissão vertical de HIV não temos nenhum caso confirmado desde 2001; Em 2007 tivemos 1 caso de Sífilis congênita confirmada e até Outubro de 2009 não houve caso de sífilis congênita no município.

A incidência de casos de AIDS em outubro de 2009 é de 17,26/100.000 e a prevalência desde a notificação do primeiro caso em 1989 é de 140/100.000. Sendo em sua maioria pessoas heterossexuais e usuários de drogas não injetáveis, também houve aumento de casos em mulheres. A faixa etária prevalente é de 20 (vinte) a 49 (quarenta e nove) anos de idade. Em geral os portadores têm baixo desenvolvimento socio econômico.

Neste ano houve um aumento no número de detecção de pacientes soropositivos, em comparação com outros anos, isto se deu principalmente pela acessibilidade ao exame para diagnóstico por meio da testagem rápida.

Também, consideramos fator relevante da mobilização envolvimento da Atenção Básica fazendo com que os profissionais despertassem para uma visão mais sensível e crítica com relação à vulnerabilidade, saído da visão de grupos de risco, acarretando em um maior encaminhamento de usuários para a testagem rápida.

Há um alto número da incidência da gravidez na adolescência em 2005 25,3%, 2006 27,06%, 2007 21,01%, 2008 25,43% o que demonstra iniciação sexual precoce e prática sexual não segura.

A Vigilância Epidemiológica do Município realiza registro de ocorrência de DST, foram notificadas no SINAN em 2005 - 564 casos de DST, em 2006 - 699 casos de DST, em 2007 - 594 casos de DST e 528 em 2008, a maioria dos registros é do sexo feminino, sendo que a coleta de dados se dá principalmente a partir dos resultados dos exames preventivos de Ca de útero deste município.

3.6 Gestão

A Secretaria Municipal de Saúde, parte integrante do Sistema Único de Saúde (SUS) é signatária do Pacto pela Saúde desde 2007. Com a adesão ao Pacto o município deve ser capaz de garantir o atendimento em seu território para sua população, ofertando, além dos procedimentos assistenciais da atenção básica, e referência para outros níveis de complexidade, através da pactuação com outros serviços de média e alta complexidade conforme o plano diretor de regionalização.

O referido plano foi elaborado pelo Estado em parceria com os Municípios, aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite.

A implantação do Pacto, nas suas três dimensões – Pacto pela Vida, em defesa do SUS e de Gestão, possibilita a efetivação de acordos entre as três esferas de gestão do SUS, promovendo inovações nos processos e instrumentos de gestão que visam a consolidação do SUS e maior equidade social, buscando superar a fragmentação das políticas e programas de saúde por meio da qualificação da organização de uma rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde.

A Gestão da saúde possui como diretriz a política de descentralização baseada nas necessidades da comunidade. O município já vinha assumindo suas responsabilidades sanitárias (descritas no Termo de Compromisso de Gestão), construindo sua política de saúde a partir da sua realidade.

A adesão ao Pacto pela Saúde, reafirma o compromisso público com base nos princípios constitucionais do SUS. As ações de planejamento possuem especial importância neste processo de consolidação, nas quais as necessidades de saúde da população devem ser adotadas como critério para o processo de planejamento, monitoramento e a avaliação, sendo o Plano Municipal de Saúde o instrumento referencial básico por refletir as diferentes realidades locais.

Entretanto, o planejamento ainda ocorre de modo incipiente, destacando-se a necessidade de instituição do planejamento situacional participativo e da consonância das ações e o plano estabelecido.

3.6.1 Financiamento

São princípios gerais do financiamento para o Sistema Único de Saúde: Repasse Fundo a Fundo e Responsabilidade das três esferas de gestão – União, Estados e Municípios pelo financiamento do Sistema Único de Saúde.

Os blocos de financiamento para o custeio são:

- Atenção básica
- Atenção de média e alta complexidade
- Vigilância em Saúde
- Assistência Farmacêutica
- Gestão do SUS

3.6.1.1. Bloco de Atenção Básica

O financiamento da Atenção Básica é de responsabilidade das três esferas de gestão do SUS, sendo que os recursos federais compoem o Bloco Financeiro da Atenção Básica dividido em dois componentes: Piso da Atenção Básica e Piso da Atenção Básica Variável e seus valores serão estabelecidos em Portaria específica, com memórias de cálculo anexas.

O Piso de Atenção Básica - PAB consiste em um montante de recursos financeiros, que agregam as estratégias destinadas ao custeio de ações de atenção básica à saúde.

Os recursos financeiros do PAB serão transferidos mensalmente, de forma regular e automática, do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Municípios e do Distrito Federal.

O Piso da Atenção Básica Variável - PAB Variável consiste em um montante financeiro destinado ao custeio de estratégias específicas desenvolvidas no âmbito da Atenção Básica em Saúde.

O PAB Variável passa a ser composto pelo financiamento das seguintes estratégias: Saúde da

Família; Agentes Comunitários de Saúde; Saúde Bucal; Compensação de especificidades regionais.

3.6.1.2 Bloco de Vigilância em Saúde

Os recursos financeiros correspondentes às ações de Vigilância em Saúde compoem o Limite Financeiro de Vigilância e representam o agrupamento das ações da Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Sanitária;

O Limite Financeiro da Vigilância em Saúde é composto por dois componentes: da Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde e o componente da Vigilância Sanitária em Saúde;

O financiamento para as ações de vigilância sanitária consolida a reversão do modelo de pagamento por procedimento, oferecendo cobertura para o custeio de ações coletivas visando garantir o controle de riscos sanitários inerentes ao objeto de ação, avançando em ações de regulação, controle e avaliação de produtos e serviços associados ao conjunto das atividades.

O Limite Financeiro de Vigilância em Saúde será transferido em parcelas mensais e o valor da transferência mensal para cada um dos Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como o Limite Financeiro respectivo será estabelecido em Portaria específica e detalhará os diferentes componentes que o formam, com memórias de cálculo.

Compoem ainda, o bloco do financiamento da Vigilância em Saúde – Sub bloco Vigilância Epidemiológica, os recursos que se destinam às seguintes finalidades, com repasses específicos: Fortalecimento da Gestão da Vigilância em Saúde em Estados e Municípios (VIGISUS II)

- Campanhas de Vacinação e Incentivo do Programa DST/AIDS

3.6.1.3 Bloco de financiamento para a Assistência Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica será financiada pelos três gestores do SUS devendo agregar a aquisição de medicamentos e insumos e a organização das ações de assistência farmacêutica necessárias, de acordo com a organização de serviços de saúde.

O Bloco de financiamento da Assistência Farmacêutica se organiza em três componentes: Básico, Estratégico e Medicamentos de Dispensação Excepcional.

O Componente Básico da Assistência Farmacêutica consiste em financiamento para ações de assistência farmacêutica na atenção básica em saúde e para agravos e programas de saúde específicos, inseridos na rede de cuidados da atenção básica, sendo de responsabilidade dos três gestores do SUS.

O Componente Básico é composto de uma Parte Fixa e de uma Parte Variável, sendo:

Parte Fixa: valor com base per capita para ações de assistência farmacêutica para a Atenção Básica, transferido Municípios, Distrito Federal e Estados, conforme pactuação nas CIB e com contrapartida financeira dos estados e dos municípios.

Parte Variável: valor com base per capita para ações de assistência farmacêutica dos Programas de Hipertensão e Diabetes, exceto insulina; Asma e Rinite; Saúde Mental; Saúde da Mulher; Alimentação e Nutrição e Combate ao Tabagismo.

A parte variável do Componente Básico será transferida ao município ou estado, conforme pactuação na CIB, à medida que este implementa e organiza os serviços previstos pelos Programas específicos.

O Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica consiste em financiamento para ações de assistência farmacêutica de programas estratégicos.

O financiamento e o fornecimento de medicamentos, produtos e insumos para os Programas Estratégicos são de responsabilidade do Ministério da Saúde e reúne:

- Controle de Endemias: Tuberculose, Hanseníase, Malária e Leishmaniose,
- Chagas e outras doenças endêmicas de abrangência nacional ou regional;
- Programa de DST/AIDS (anti-retrovirais);
- Programa Nacional do Sangue e Hemoderivados;
- Imunobiológicos e
- Insulina

O Ministério da Saúde repassará aos Estados, mensalmente, valores financeiros apurados em encontro de contas trimestrais, de acordo com as informações encaminhadas pelos Estados, com base nas emissões das Autorizações para Pagamento de Alto Custo – APAC.

O Componente de Medicamentos de Dispensação Excepcional será repadequado através de pactuação entre os gestores do SUS, das diretrizes para definição de política para medicamentos de dispensação excepcional.

3.6.1.4 Financiamento para Investimentos

Os recursos financeiros de investimento devem ser alocados com vistas à superação das desigualdades de acesso e à garantia da integralidade da atenção à saúde.

Os investimentos deverão priorizar a recuperação, a re-adequação e a expansão da rede física de saúde e a constituição dos espaços de regulação.

Os projetos de investimento apresentados para o Ministério da Saúde deverão ser aprovados nos respectivos Conselhos de Saúde e na CIB, devendo refletir uma prioridade regional.

São eixos prioritários para aplicação de recursos de investimentos:

Estímulo à Regionalização - Deverão ser priorizados projetos de investimentos que fortaleçam a regionalização do SUS, com base nas estratégias nacionais e estaduais, considerando os PDI (Plano de Desenvolvimento Integrado) atualizados, o mapeamento atualizado da distribuição e oferta de serviços de saúde em cada espaço regional e parâmetros de incorporação tecnológica que compatibilizem economia de escala e de escopo com equidade no acesso.

Investimentos para a Atenção Básica, recursos para investimentos na rede básica de serviços, destinados conforme disponibilidade orçamentária, transferidos fundo a fundo para municípios que apresentarem projetos selecionados de acordo com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite.

3.6.2 Recurso Próprio

A Emenda Constitucional nº. 029/2000 preconiza a aplicação mínima na saúde de 15% dos recursos oriundos da transferência de impostos municipais, estaduais e da União. A Tabela abaixo demonstra a evolução do percentual do repasse municipal, que tem se mantido acima do mínimo exigido legalmente. Para 2009, foi previsto o repasse de 15% para aplicação em saúde, visando atender a programação orçamentária-financeira anual definida nas Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, calçadas nas responsabilidades decorrentes do preceito constitucional e da missão institucional. Porém o município tem a perspectiva de investimento de 17 a 18% dos recursos de impostos e transferências constitucionais e legais, este incremento é significativo e reflete o compromisso da gestão com as ações e serviços a serem realizados frente as responsabilidades assumidas com o Pacto pela Saúde.

O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) é um sistema de coleta e consolidação de informações sobre as receitas totais e despesas com ações e serviços públicos de saúde das três esferas de governo, proporcionando à sociedade o conhecimento sobre a aplicação dos recursos públicos nesta área através de um instrumento de acompanhamento do cumprimento da Emenda Constitucional nº. 29/2000. As informações dos gestores são transmitidas eletronicamente para o banco de dados da DATASUS/MS, gerando indicadores, conforme apresentado na tabela abaixo.

tabela 23: Indicadores de Execução Orçamentária Financeira, comparativo 2004 a 2008.

INDICADOR	2004	2005	2006	2007	2008
Receita de Impostos Oritamente Arrecadados por Habitante	R\$72,13	R\$96,36	R\$131,71	R\$249,09	R\$201,78
Receita de Transferência do FPM e do ICM Spor Habitante	R\$432,62	R\$502,56	R\$552,35	R\$612,54	R\$601,60
Percentuais Transferências para a saúde em relação à Despesa Total do Município com saúde	29,54%	26,99%	27,35%	18,20%	16,64%
Participação Percentual de Despesa com Pessoa na Despesa Total com Saúde	69,90%	74,96%	74,10%	67,40%	71,35%
Participação Percentual de Despesa com Serviços de Terceiros- Pessoas Jurídicas na Despesa Total com Saúde	9,90%	9,07%	10,67%	13,65%	16,25%
Participação Percentual dos Investimentos na Despesa Total com Saúde	6,50%	2,52%	3,69%	5,18%	2,02%
Percentual de Recursos Próprios, Provenientes de Impostos e Transferências Aplicados em Saúde	16,65%	17,53%	15,36%	16,83%	16,13%
Despesa Total com Saúde por Habitante	R\$125,59	R\$144,25	R\$168,78	204,13%	223,82%
Percentual de Recursos Próprios Orçados, Provenientes de Impostos e Transferências Destinados para a Saúde	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15%



Contudo, para que o município possa realizar a contento todas as ações e serviços de saúde de sua responsabilidade, é imprescindível que o recurso para investimento em ações de saúde seja maior, sendo que o financiamento seja efetivamente compartilhado entre as três esferas de gestão, havendo necessidade de maior participação de outras esferas de governo no financiamento da saúde.

3.6.3 Planejamento no SUS

O processo de planejamento no âmbito do SUS deve ser desenvolvido de forma articulada, integrada e solidária entre as três esferas de gestão. Essa forma de atuação representará o Sistema de Planejamento do Sistema Único de Saúde baseado nas responsabilidades de cada esfera de gestão, com definição de objetivos e conferindo direcionalidade ao processo de gestão do SUS, compreendendo nesse sistema o monitoramento e avaliação.

Este sistema de planejamento pressupõe que cada esfera de gestão realize o seu planejamento, articulando-se de forma a fortalecer e consolidar os objetivos e diretrizes do SUS, contemplando as peculiaridades, necessidades e realidades de saúde local regionais.

No cumprimento da responsabilidade de coordenar o processo de planejamento se levará em conta as diversidades existentes nas três esferas de governo, de modo a contribuir para a consolidação do SUS e para a resolubilidade e qualidade, tanto da sua gestão, quanto das ações e serviços prestados à população brasileira.

3.6.4 Estrutura

Refere-se à disponibilidade de recursos humanos, físicos, financeiros e organizacionais para operacionalização das ações de Saúde.

Tabela 23: Estabelecimentos do Município de Telêmaco Borba cadastrado no CNES. Fonte: DATASUS 2009

Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
Centro de Atenção Psicossocial	0	1	0	1
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	1	0	1	2
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	0	5	3	8
Consultório Isolado	0	19	22	41
Farmácia Medic. Excepcional e Prog.				
Farmácia Popular	0	1	0	1
Hospital Dia	1	0	0	1
Hospital Geral	1	0	0	1
Policlínica	0	4	1	5
Posto de Saúde	0	0	14	14
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnóstico e Terapia	0	5	2	7
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>35</b>	<b>43</b>	<b>81</b>

Tabela 25: Leitos por Especialidade (SUS)

Clinica Cirúrgica	35 Leitos
Obstetrícia e Ginecologia	15 Leitos
Clinica Médica	61 Leitos
Pediatria	25 Leitos
Unidade de Terapia Intensiva	10 Leitos
<b>Total de Leitos Ofertados</b>	<b>146 Leitos</b>

Fonte: 21ª Regional de Saúde

4. Diretrizes - Pacto pela Vida

O Pacto pela Vida está constituído por um conjunto de compromissos sanitários, expressos em objetivos de processos e resultados e derivados da análise da situação de saúde do País e das prioridades definidas pelos governos federal, estaduais e municipais.

Uma ação prioritária no campo da saúde que deverá ser executada com foco em resultados e com a explicitação inequívoca dos compromissos orçamentários e financeiros para o alcance desses resultados.

**CÂNCER DE COLO DE ÚTERO, MAMA:** Contribuir para a redução da mortalidade por câncer de colo do útero e de mama.

**MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA:** Reduzir a mortalidade materna, infantil neonatal, infantil por doença diarreica e por pneumonias.

**DOENÇAS EMERGENTES E ENDEMIAS:** Fortalecer a capacidade de resposta do sistema de saúde às doenças emergentes e endemias.

**PROMOÇÃO DA SAÚDE:** Trabalhar com todos os eixos da Política Nacional de Promoção da Saúde, com ênfase na adoção de hábitos e ambientes saudáveis por parte da população brasileira, de forma a internalizar a responsabilidade individual da prática de atividade física regular, alimentação saudável e combate ao tabagismo, promoção da cultura da Paz e não violência, alcoolismo e drogas em geral.

**ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE:** Consolidar e qualificar a estratégia da Saúde da Família como modelo de atenção básica à saúde e como centro ordenador das redes de atenção à saúde do SUS.

5. METAS, AÇÕES E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.

5.1 Atenção Básica

5.1.1 Meta

- Garantir a realização de 2 consultas por habitante/ano, nos anos de 2010 a 2013.
- Ampliar a cobertura da Estratégia Saúde da Família chegando a 75% no ano de 2013.
- Garantir a infra-estrutura necessária ao funcionamento da Atenção Básica, disponibilizando recursos materiais e humanos, equipamentos, insumos e infra-estrutura física suficientes para o conjunto de ações propostas deste serviço, nos anos de 2010 a 2013.
- Implantar equipe de Saúde Bucal no mínimo em 50% das equipes de Saúde da Família até o ano 2013.
- Implantar o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) até 2013.
- Realizar 2 procedimentos odontológicos por ano, nos anos de 2010 a 2013;
- Garantir acesso a Assistência Farmacêutica Básica, nos anos de 2010 a 2013.
- Disponibilizar atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência, para a população de Telêmaco Borba, nos anos de 2010 a 2013;
- Manter 95% de cobertura vacinal de em menores de 1 ano, nos anos de 2010 a 2013.

Tabela 26 - Previsão Orçamentária

Ação	Recurso				Resultado Esperado
	2010	2011	2012	2013	
Manutenção das atividades de Atenção Básica	R\$5.831.750	R\$6.073.850	R\$6.361.250	R\$6.654.500	2 consultas por habitante. Disponibilização de atendimento pré-hospitalar e ambulatorial de Urgência e Emergência; Manter 95% de cobertura vacinal de em menores de 1 ano, nos anos de 2010 a 2013; Garantir acesso a Assistência Farmacêutica Básica, nos anos de 2010 a 2013.

5.1.2 Ações

- Priorização da estratégia de saúde da família como estratégia para o fortalecimento da atenção básica;
- Desenvolvimento de ações de qualificação dos profissionais da atenção básica por meio de estratégias de educação permanente;
- Implantação de sistema de monitoramento e avaliação das ações.
- Adequação da infra-estrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, dotando-as de recursos materiais e humanos, equipamentos, insumos e infra-estrutura física suficientes para o conjunto de ações propostas para esses serviços.
- Priorização da contratação de profissionais por meio de concurso público;
- Redução das desigualdades sociais e territoriais e promover a equidade e o conceito de cuidado à saúde no território e fortalecendo o serviço de saúde em regiões de maior desigualdade social;
- Promoção da integralidade na atenção à saúde, ampliando o conceito de cuidado à saúde no processo de reordenamento das ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação com garantia de acesso a todos os níveis de complexidade do sistema;
- Manutenção e aprimoramento dos serviços de urgência/emergência;
- Implantação do Serviço Atendimento Médico de Urgência (SAMU).
- Implantação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA)
- Manutenção do acesso aos serviços de média e alta complexidade, por meio de pactuação e do PDR;

- Adequação do número de profissionais de equipes de saúde da família de acordo com os parâmetros do Ministério da saúde e população cadastrada.

- Regularização do vínculo empregatício dos profissionais de saúde com o município, nas formas previstas em lei, priorizando profissionais com experiência e formação em Saúde Pública (Saúde Coletiva e Saúde da Família), e estabelecer o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, específico.

- Capacitação das diferentes categorias para desempenho da lógica do PSF (acolhimento, humanização, saúde bucal, urgência e emergência, saúde mental e outras linhas de cuidados);

- Adequação da Estrutura física da Farmácia Central, garantindo armazenamento adequado dos medicamentos que não interfiram na qualidade da assistência farmacêutica;

- Implantação das equipes de Saúde Bucal.

- Implantação do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

5.2 Saúde do Idoso

5.2.1 Meta

Implantar até 2013, serviço de atendimento à Saúde da Pessoa Idosa, de acordo com a Política Nacional, nas Unidades Básicas de Saúde do Município.

Tabela 27 - Previsão Orçamentária

Ação	Recurso				Resultado Esperado
	2010	2011	2012	2013	
Ação não orçamentária recurso previsto na manutenção das atividades de Atenção Básica.	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Implantação de serviço de atendimento a saúde da pessoa idosa, nas UBS, até 2013.

5.2.3 Ações

Implantação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa - Instrumento de cidadania com informações relevantes sobre a saúde da pessoa idosa, possibilitando um melhor acompanhamento por parte dos profissionais de saúde.

Implantação do protocolo baseado no Manual de Atenção Básica e Saúde para a Pessoa Idosa - Para indução de ações de saúde, tendo por referência as diretrizes contidas na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.

Elaboração de projetos a serem aprovados pelo Pólo regional de educação permanente em saúde (PREPS), tendo em vista a educação permanente na área do envelhecimento e saúde do idoso, voltado para profissionais que trabalham na rede de atenção básica em saúde, contemplando os conteúdos específicos das repercussões do processo de envelhecimento populacional para a saúde individual e para a gestão dos serviços de saúde.

Reorganização do processo de humanização e acolhimento à pessoa idosa nas unidades de saúde, como uma das estratégias de enfrentamento das dificuldades atuais de acesso.

Desenvolvimento de ações que visem qualificar a dispensação e o acesso a medication para população idosa.

Instituição da atenção domiciliar ao idoso que possui impossibilidade de locomoção, valorizando o ambiente familiar no processo de recuperação de pacientes. Implementação de ações de orientações do cuidador de idosos. Disponibilização de transporte aos pacientes acamados para tratamento complementar e Instituição a avaliação global da pessoa idosa.

5.3 Controle do câncer de colo de útero e de mama

5.3.1 Meta

Aumentar em 50% a cobertura atual (2009) de exames citopatológico, até o ano de 2013

Tabela 28 - Previsão Orçamentária

Ação	Recurso				Resultado Esperado
	2010	2011	2012	2013	
Ação não orçamentária recurso previsto na manutenção das atividades de Atenção Básica.	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Aumento em 50% da cobertura de exames citopatológico.

5.3.2 Ações

- Realização da busca ativa das mulheres da área de abrangência das UBS à realização do exame ginecológico e busca das mulheres com alterações no exame citopatológico;

- Disponibilização do acesso ao nível secundário e terciário, quando necessário.

- Promoção de ações que visem o estímulo do aleitamento materno e Estimulação à realização do auto exame de mama;

5.4 Redução da mortalidade materna e infantil

5.4.1 Meta

- Ampliar a cobertura de Pré Natal para 80% de mulheres com mais de 7 consultas durante o Pré Natal até 2013.

- Reduzir o coeficiente de Mortalidade Infantil para 15/1000 até 2013 e

- Implantar em 2011 o Centro de Atenção Integral a Saúde da Mulher e da Criança.

Tabela 29 - Previsão Orçamentária

Ação	Recurso				Resultado Esperado
	2010	2011	2012	2013	
Ação não orçamentária recurso previsto na manutenção das atividades de Atenção Básica.	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Redução da Mortalidade Infantil; Ampliar a cobertura de Pré Natal para 80% de mulheres com mais de 7 consultas durante o Pré Natal até 2013.
Manutenção do Centro de Atenção Integral a Saúde da Mulher e da Criança	Não se Aplica	R\$ 300.000	R\$ 313.000	R\$ 327.000	Implantação e manutenção do Centro de Atenção Integral a Saúde da Mulher e da Criança

5.4.2 Ações

- Implantação do Programa Nascer no Paraná.

- Realização de busca ativa de gestantes novas e faltosas;

- Realização da análise situacional da morbidade e mortalidade materno infantil e articular com os serviços públicos e privados para Apoiar a elaboração de propostas de intervenção da atenção às doenças prevalentes;

- Fortalecimento dos comitês técnico de vigilância e de mobilização social da mortalidade

infantil e materna:

- Qualificação das equipes para aumento da cobertura e qualidade do pré-natal;
- Realização de exames de HIV e sífilis na gestação e tratamento adequado quando necessário visando a prevenção da transmissão vertical;
- Elaborar projetos a serem aprovados pelo PREPS visando a educação permanente para qualificação da atenção a gestante e a criança;
- 5.5 Fortalecimento da capacidade de respostas às doenças emergentes e endemias
- 5.5.1 Metas
  - Implantar Vigilância Epidemiológica das Doenças não Transmissíveis, no município de Telêmaco Borba, até 2013;
  - Adequar as Unidades Básicas de Saúde para realização de imunobiológicos, até o ano de 2013;
  - Atingir pelo menos 85% de cura de casos novos de Tuberculose Bacilífera e Hanseníase diagnosticada a cada ano, de 2010 a 2013;
  - Elaborar e executar o Plano de Ações e Metas de DST/HIV/AIDS, nos anos de 2010 a 2013;
  - Realizar plano estratégico para contenção de doenças emergentes conforme a necessidade;
  - Articular com Secretaria de Estado da Saúde a criação da rede de atenção para o atendimento dos portadores de hepatite B e C.

Tabela 30 - Previsão Orçamentária

Ação	Recurso				Resultado Esperado
	2010	2011	2012	2013	
Manutenção dos serviços de Vigilância Epidemiológica	R\$195.000	R\$204.000	R\$212.000	R\$222.000	Implantação de Vigilância Epidemiológica das Doenças não Transmissíveis, no município de Telêmaco Borba, até 2013; Atingir pelo menos 85% de cura de casos novos de Tuberculose Bacilífera e Hanseníase diagnosticada a cada ano, de 2010 a 2013; Realização de plano estratégico para contenção de doenças emergentes conforme a necessidade;
Manutenção do Programa Municipal DST/AIDS	R\$90.000	R\$85.000	R\$85.000	R\$85.000	Articulação com Secretaria de Estado da Saúde e criação da rede de atenção para o atendimento dos portadores de hepatite B e C. Adequação das Unidades Básicas de Saúde para realização de imunobiológicos, até o ano de 2013;

5.5.2 Ações

- Realização de ações educativas para a população em geral visando o diagnóstico precoce da Hanseníase;
- Garantia de acesso ao tratamento da Hanseníase;
- Realização de ações educativas para a população em geral visando o diagnóstico precoce da Tuberculose;
- Garantia de acesso ao tratamento adequado e supervisionado da Tuberculose;
- Qualificação da equipe para descentralização do diagnóstico e acompanhamento de comunicante e dos casos de tuberculose e hanseníase para a atenção básica;
- Elaboração de projetos, a serem aprovados e executados pelo PREPS, para qualificação da Atenção básica no atendimento de TB e HA;
- Realização de busca ativa dos sintomáticos respiratórios;
- Monitoramento epidemiológico da morbidade e fatores de risco relacionados a Doenças não transmissíveis, assim como garantia da divulgação destes dados;
- Implantação das ações do plano de contingência de enfrentamento da gripe H1N1, se necessário;
- Realização do acompanhamento epidemiológico da influenza H1N1 analise e divulgação do monitoramento e perfil epidemiológico;
- Manutenção do monitoramento e identificação de áreas prioritárias para intervenção e controle da dengue.
- Verificação das condições atuais e adequação das salas de vacinas das UBS;
- Manutenção da equipe mínima de Agente de Controle de Endemias;
- Desenvolvimento, implantação e monitoramento do protocolo de Atenção aos - Portadores de Hepatite B e C. (Rede de atenção para encaminhamento)
- Orientação para população de medidas de prevenção e atenção das hepatites B e C;
- Execução anual do plano de ações e metas do Programa Municipal DST/HIV/AIDS

5.6 Promoção da saúde

5.6.1 Metas

- Adequar o programa de promoção à saúde contemplando as diretrizes da política nacional, até 2010.
- Adequar à estrutura física do canil municipal até 2010.
- Fiscalizar 40% dos estabelecimentos de interesse a saúde, nos anos de 2010 até 2013.

Tabela 31 - Previsão Orçamentária

Ação	Recurso				Resultado Esperado
	2010	2011	2012	2013	
Ação não orçamentária recurso previsto na manutenção das atividades de Atenção Básica.	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Adequação e realização das ações do programa de promoção a saúde contemplando as diretrizes da política nacional, até 2010.
Manutenção de Serviços de Vigilância Sanitária;	R\$312.000	R\$326.000	R\$340.000	R\$356.000	Fiscalizar 40% dos estabelecimentos de interesse a saúde, nos anos de 2010 até 2013.
Construção e/ou ampliação do Canil Municipal	R\$70.000	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Adequação a estrutura física do canil municipal até 2010

5.6.2 Ações

- Articulação, promoção e fortalecimento das ações de promoção à saúde já existente;
- Promoção medidas concretas pelo hábito da alimentação saudável;
- Realização de campanhas pontuais para melhorar o acesso à informação e a promoção à saúde.
- Promoção de ações de fiscalização sanitária que visem à regularização do saneamento básico e controle de zoonoses;
- Realização de ações que visem o controle da população canina, por meio de articulação com outros setores governamentais e não governamentais;
- Promoção a educação para a posse responsável de animais domésticos;
- Adequação da estrutura física do canil municipal;
- Minimização do risco no consumo de bens e produtos e serviços, por meio das ações de fiscalização e educação de vigilância sanitária;
- Realização de ações educativas com a comunidade, proprietários de estabelecimentos para o reconhecimento de situações de risco no consumo de bens, produtos e serviços;
- Realização controle de venda de produtos psicotrópicos, inalantes e anorexígenos;
- Análise e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes de saúde e doença da população, tendo como objetivo nortear as diretrizes das ações executadas, pela secretaria de saúde.

5.7 Saúde Mental

5.7.1 Metas

- Implantar até 2013 a política municipal de atenção integral a usuários de álcool e ou drogas, visando a saúde integral do usuário e a participação familiar no tratamento;
- Garantir a infra-estrutura necessária ao funcionamento do CAPS, disponibilizando recursos materiais e humanos, equipamentos, insumos e infra-estrutura física suficientes para o conjunto de ações propostas deste serviço, nos anos de 2010 a 2013.
- Manter em funcionamento o ambulatório de Saúde mental, com a capacidade de 3600 atendimentos de psiquiatria/ano, e 11500 atendimentos de psicologia/ano, nos anos de 2010 a 2013;
- Implantar, até 2013 sistema de monitoramento e avaliação das ações de saúde mental do município.

Tabela 32 - Previsão Orçamentária

Ação	Recurso				Resultado Esperado
	2010	2011	2012	2013	
Manutenção e Aperfeiçoamento dos Serviços de Saúde Mental	R\$253.000	R\$264.000	R\$276.000	R\$288.000	Garantia de infra-estrutura necessária ao funcionamento do CAPS, disponibilizando recursos materiais e humanos, equipamentos, insumos e infra-estrutura física suficientes para o conjunto de ações propostas deste serviço, nos anos de 2010 a 2013; Realização de 3600 atendimentos de psiquiatria/ano, e 11500 atendimentos de psicologia/ano, nos anos de 2010 a 2013; Implantação, até 2013 de sistema de monitoramento e avaliação das ações de saúde mental do município.
Ação orçamentária não prevista na manutenção das atividades de Atenção Básica.	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Implantação até 2013 de política municipal de atenção integral a usuários de álcool e ou drogas, visando a saúde integral do usuário e a participação familiar no tratamento.

5.7.3 Ações

- Complementação das equipes de saúde mental até dezembro de 2010.
- Garantia de que as primeiras consultas psiquiátricas tenham duração por volta de 60 minutos e as seguintes de 30 minutos;
- Melhoria o transporte dos pacientes intensivos e semi-intensivos do CAPS.
- Contratação de Terapeuta ocupacional para atuar na saúde mental.
- Aquisição de um carro para o transporte coletivo para os pacientes.
- Aquisição de sede própria para o CAPS;
- Realização do processo de qualificação da assistência de saúde mental para os profissionais da atenção básica;
- Formação da equipe matricial de Saúde Mental para ação na Atenção Básica;
- Implantação de serviço de atendimento a Dependência Química; (CAPS-ad).

5.8 Atenção Integral as pessoas em situação ou risco de violência

5.8.1 Metas

- Implantar até 2010 notificação de Situações de Violência nos serviços de interesse da Vigilância Epidemiológica;
- Implantar e Fortalecer redes de atenção a pessoas em situação de violência doméstica e sexual que contemplem grupos de maior vulnerabilidade, até 2013.

Tabela 32 - Previsão Orçamentária

Ação	Recurso				Resultado Esperado
	2010	2011	2012	2013	
Ação orçamentária não prevista na manutenção das atividades de Vigilância Epidemiológica.	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Implantação até 2010 notificação de Situações de Violência nos serviços de interesse da Vigilância Epidemiológica; Implantação e Fortalecimento das redes de atenção a pessoas em situação de violência doméstica e sexual que contemplem grupos de maior vulnerabilidade, até 2013.

5. 8.2 Ações

Manutenção de análise epidemiológica para levantamento dos fatores determinantes e situações de risco, com posterior divulgação dos dados;  
 Capacitação de Recursos Humanos para reconhecer, acolher e tratar adequadamente as pessoas em risco ou vítimas de violência com o objetivo de interromper a prática de comportamentos violentos e de proteger indivíduos em situação de vulnerabilidade a exposição a violência;  
 Implantação da ficha de notificação/investigação de violência doméstica, sexual e outras violências;

Participação das ações de combate ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas;

5.9 Saúde do Trabalhador

Implantar até 2013, serviço de atendimento e vigilância a Saúde do Trabalhador, de acordo com a Política Nacional, nos serviços de Saúde do Município.

Tabela 33 - Previsão Orçamentária

Ação	Recurso					Resultado Esperado
	2010	2011	2012	2013		
Ação não orçamentária recurso previsto na manutenção das atividades de Vigilância Epidemiológica.	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Implantação até 2013, serviço de atendimento e vigilância a Saúde do Trabalhador, de acordo com a Política Nacional, nos serviços de Saúde do Município.

5.9.2 Ações

Elaboração de projetos, a serem aprovados e executados pelo PREPS, para qualificação dos serviços de saúde no atendimento do Trabalhador;  
 Elaboração do instrumento simplificado de notificação municipal;  
 Instituição da notificação de agravos a Saúde do Trabalhador nos serviços de Interesse a Saúde Públicos e Privados;  
 Estabelecimento do fluxo das ações de vigilância a Saúde do Trabalhador;  
 Implantação protocolo baseado no Manual de Atenção à Saúde do Trabalhador, para indução de ações de saúde, tendo por referência as diretrizes contidas na Política Nacional da Saúde do Trabalhador;

Fortalecimento do serviço de vigilância em saúde do trabalhador contratando profissionais para realizarem estas funções

5.10 Gestão do SUS

5.10.1 Metas

Adequar o Fundo Municipal de Saúde até o ano de 2010;  
 Garantir a pactuação de atendimento em níveis de complexidade não atendidos pelo município, nos anos de 2010 a 2013;  
 Reiterar a importância da participação do controle social com o compromisso de apoio à sua qualificação, nos anos de 2010 a 2013.  
 Fortalecer o Sistema de Planejamento Estratégico do SUS, com adoção do processo planejado participativo, neste incluído o monitoramento e a avaliação, como instrumento de gestão do SUS, nos anos de 2010 a 2013;  
 Garantir que o município invista no mínimo 15% do orçamento com serviços de saúde, nos anos de 2010 a 2013;  
 Facilitar e promover a participação dos servidores a ações que visem a educação permanente, nos anos de 2010 a 2013;  
 Integrar o Sistema de Informatização da Secretaria Municipal de Saúde, até 2010;

Tabela 34 - Previsão Orçamentária

Ação	Recurso					Resultado Esperado
	2010	2011	2012	2013		
Manutenção do Gabinete do Secretário	R\$ 485.000	R\$506.000	R\$530.000	R\$553.000		Adequação do Fundo Municipal de Saúde até o ano de 2010;
Manutenção das atividades da Divisão de Administração e Programação	R\$746.000	R\$780.000	R\$814.000	R\$851.000		Garantia de atendimento em níveis de complexidade não atendidos pelo município, nos anos de 2010 a 2013; Reiteração da importância da participação do controle social com o compromisso de apoio à sua qualificação, nos anos de 2010 a 2013. Fortalecimento do Sistema de Planejamento Estratégico do SUS, com adoção do processo planejado participativo, neste incluído o monitoramento e a avaliação, como instrumento de gestão do SUS, nos anos de 2010 a 2013; Integração do Sistema de Informatização da Secretaria Municipal de Saúde, até 2010; Garantia de investimento de no mínimo 15% do orçamento com serviços de saúde, nos anos de 2010 a 2013;
Ação não orçamentária recurso previsto na manutenção do Gabinete e da Divisão de Saúde Pública e Divisão de Administração e Programação.	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Facilitação e promoção da participação dos servidores a ações que visem a educação permanente, nos anos de 2010 a 2013.

5.10.2 Ações

Articulação e apoio das ações para regulamentação e do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, nas três esferas de governo.  
 Realização de concurso público municipal para todas as categorias com plano de cargos, carreiras e salários, que valorize condignamente todos os profissionais de saúde, equiparando os salários de acordo com o seu nível de formação: fundamental, médio e superior.

Disponibilização recursos para as atividades dos Conselhos Municipais e Locais de Saúde.

Apoio à formação e estruturação de comissões nos conselhos locais de saúde e fortalecer as já existentes.  
 Divulgação dos direitos e Deveres dos Usuários do SUS entre os usuários e profissionais de saúde.

Estabelecimento das diretrizes para a gestão do sus, com ênfase na Descentralização; Regionalização; Financiamento; Programação Pactuada e Integrada; Regulação; Participação e Controle Social; Planejamento; Gestão do Trabalho e Educação na Saúde.

Participação nas reuniões das Comissões Intergestores Bipartite regional e estadual;  
 Implantação do fórum de discussão entre os servidores e controle social para priorização das ações de planejamento;

Realização anual do Relatório de Gestão, Programação de Saúde e revisão do Plano Municipal de Saúde, conforme a política nacional Planeja SUS;

Instituição de ações que favoreçam e fortaleçam o planejamento participativo;  
 Articulação com municípios e estados regionalização da pactuação dos serviços de saúde, garantindo acesso a todos os níveis de assistência;

Racionalização dos gastos e otimização dos recursos, possibilitando o ganho em escala nas ações e serviços de saúde de abrangência regional. (Consorcio Intermunicipal)  
 Garantia da participação na elaboração do PPA, LDO e LOA;

Integração dos instrumentos de planejamento PPA, LOA, LDO Plano Municipal e Programação de Saúde

Gerenciamento do financiamento das ações por meio do Fundo Municipal de Saúde;  
 Garantia de infra-estrutura para transportes, que permita o trânsito das pessoas entre os municípios

Elaboração dos fluxogramas para organização das redes de assistência e divulgação para todos os servidores da secretaria de saúde;  
 Participação das discussões das câmaras técnicas;

Responsabilização pela atenção básica e pelas ações básicas de vigilância em saúde;  
 Redução das iniquidades sociais fortalecendo o financiamento de ações para a população de maior risco ou vulnerabilidade, respeitando o princípio da equidade;

Norteamento das ações, programas e políticas de saúde voltada as necessidades de saúde da população como critério para o processo de planejamento no âmbito do SUS;

Apoio aos conselhos de saúde, as conferências de saúde e os movimentos sociais que atuam no campo da saúde, com vistas ao seu fortalecimento para que os mesmos possam exercer plenamente os seus papéis;

Apoio ao processo de formação dos conselheiros;  
 Apoio o serviço de ouvidoria, com vistas ao fortalecimento da gestão estratégica do SUS;

Participação ativa do Pólo Regional de Educação Permanente por meio da elaboração de propostas que estejam em consonância com os conceitos de formação e educação permanente para adequá-los às distintas lógicas e especificidades do SUS, qualificando o serviço e os recursos humanos;

Realização de levantamento junto aos servidores para proposição de temas para formação e desenvolvimento dos profissionais de saúde, atendendo às necessidades do SUS.

Anexo 1: Prioridades da 9ª Conferência Municipal de Saúde

EIXO I – ORGANIZAÇÃO NA ASSISTÊNCIA EM SAUDE

§ Adquirir veículos para melhorar e ampliar a frota da Secretaria Municipal de Saúde, dando melhor atendimento à população;

§ Contratar funcionários para completar as equipes das Unidades Básicas de Saúde;  
 § Redimensionar as áreas de abrangência, aumentando o número das Unidades Básicas de Saúde, desde que estas equipes sejam completas;

§ Capacitar os trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde, com diversos cursos ofertados a todos os cargos;  
 § Efetivar o Protocolo de Enfermagem;

§ Implantar o programa de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde;  
 § Promover palestras de Educação em saúde na comunidade de atuação da equipe Estratégia Saúde da Família, pelos profissionais de área de abrangência;

§ Aumentar o número de atendimentos na especialidade de pediatria;  
 § Contratar terapeuta ocupacional no Centro de Atenção Psicossocial, bem como os demais funcionários necessários para o desenvolvimento dos trabalhos;

§ Reformar e manutenção das doze Unidades de Saúde;  
 § Implantar o Centro de Atendimento endocrinológico;  
 Apoio: A Emenda Constitucional nº 29/2000.

EIXO II – FINANCIAMENTO  
 § Melhorar o acesso ao Posto das cem Casas, investido na infra-estrutura com a construção de uma ponte de acesso da Rua Nossa Senhora da Aparecida até a Unidade de Saúde, facilitando o acesso dos usuários.

§ Manter um veículo a cada duas Unidades de Saúde, para realização de visitas domiciliares e para atender a comunidade com transporte;

§ Construir Unidades de saúde em áreas que ultrapassou o número de famílias cadastradas;  
 § Construir uma Unidade de Saúde na área 3 e 6;

§ Assegurar que o Conselho Municipal de Saúde participe da elaboração do orçamento municipal na área de saúde;

§ Financiar treinamento para toda a equipe de Saúde da Família, para todos os cargos;  
 § Adquirir novas academias ao ar livre, para as regiões mais distantes do centro;  
 Apoio: A Emenda Constitucional nº 29/2000.

EIXO III – VIGILÂNCIA EM SAUDE

§ Manter a equipe completa de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Endemias, conforme preconizado por Unidade, para ofertar a população um serviço de qualidade;

§ Construção do canil municipal, para diminuição de animais de rua;  
 § Promover educação ambiental, referente aos resíduos sólidos;

§ Fortalecer as ações ambientais para preservação dos mananciais e do meio ambiente;  
 § Articular com outros setores para que haja mais ações de saneamento (exemplo Sanepar), em localidades de maior risco;

§ Desenvolver ações educativas para população para identificação de locais de risco que oferecem produtos alimentícios que estão em desacordo com a legislação vigente;  
 § Melhorar os serviços em Vigilância Sanitária com ampliação do Recursos Humanos com equipe multidisciplinar;

§ Aderir as todas as Campanhas de promoção e prevenção do Ministério e promover outras que forem de interesse epidemiológico do município;  
 § Manter os serviços de VIGIAGUA;

§ Fortalecer os Comitês de Mortalidade Materna e Infantil;  
 Apoio: A Emenda Constitucional nº 29

EIXO IV – CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

§ Formar Conselhos locais nos bairros;  
 § Mapear as áreas de riscos por comissões formadas por funcionários das Unidades Básicas de Saúde, líderes religiosos, associação de moradores, comércio local, junto aos órgãos responsáveis por saneamento básico e infra-estrutura, para melhorar a qualidade de vida dos moradores dessas áreas;

§ Promover ações que garantem autonomia do Conselho Municipal de Saúde, participando dos orçamentos, do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orgânica de assistência social, no que refere-se a saúde;

§ Designar verba do PAB variável/ gestão da saúde ao Conselho Municipal de Saúde para estruturar o órgão de forma autônoma com recurso próprio, possibilitando treinamentos, participações em congressos e conferências aos Conselheiros;

§ Promover parcerias entre secretarias para implantar o CRAS, promovendo a intersectorialidade;

§ Implantação do NASF, para dar suporte aos trabalhos da Estratégia Saúde da Família;  
 § Participar efetivamente na melhoria dos atendimentos ofertados pelas Unidades de saúde, com melhor redimensionamento das áreas de abrangência de cada Unidade e implantação de novas equipes e construção de novos postos;

§ Aprovar o Protocolo de Enfermagem para melhor assistência e resolutividade das Unidades Básicas de Saúde, melhorando a assistência e diminuindo a demanda do tratamento Fora Domicílio;

§ Melhorar o transporte da Secretaria Municipal de Saúde, no que diz respeito ao Tratamento Fora Domicílio, Unidades Básicas de Saúde e ofertar transporte aos Conselheiros para as reuniões;  
 Moção:

Incluir no currículo básico do ensino fundamental, uma disciplina que desenvolva a motivação da participação dos jovens no controle social, para aprender sobre cidadania, inclusão e participação popular;  
 APOIO: Emenda Constitucional nº 29/2000;

Viabilização do Instituto Médico Legal em nosso município;

# **OUVIDORIA MUNICIPAL**

***INFORMAÇÕES  
RECLAMAÇÕES  
SUGESTÕES***

**0800 42 2030**